

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
GESTÃO DAS CIDADES

Célia Maria Pedrosa

**Limites e potencialidades do desenvolvimento local: A indústria da
confeção de Divinópolis**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa- Trabalho e Cidade

Orientadora: Professora Dra. Magda de Almeida
Neves

Belo Horizonte - 2005

**Limites e potencialidades do desenvolvimento local: A indústria da confecção
de Divinópolis.**

Célia Maria Pedrosa

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora designada pelo Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Belo Horizonte, agosto de 2005.

Profa. Dra. Magda de Almeida Neves
Orientadora -PUC Minas

Prof. Dr. José Ricardo Garcia Pereira Ramalho
UFRJ

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho
PUC Minas

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais que, há 31 anos, transferiram-se para Divinópolis em busca de melhores condições de vida para os filhos.

AGRADECIMENTOS

À professora Magda de Almeida Neves, amiga e orientadora, pelo apoio e confiança, pela crítica na leitura dos textos, pela competência e clareza das idéias. Porém, as lacunas deixadas neste estudo são de minha responsabilidade.

À Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que me concedeu licença de trabalho para freqüentar parte do Curso.

À Marlene de Carvalho Souto, pela importante colaboração na fase de tabulação dos dados.

Ao Frei Leonardo Lucas Pereira pelo apoio, amizade e solidariedade durante todo o Curso.

À Priscila Florentino de Melo, que muito me ajudou na coleta de dados, transcrição de fitas e digitação.

À Rafaela Veríssimo Costa, estagiária do IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da PUC-Minas, pelo tratamento dos dados da RAIS-MTE.

À minha filha Clarice, pelo carinho e compreensão nos longos momentos de minha ausência.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo, especialmente aos colegas e professores do Mestrado, à Rita, Tio João, Tio Zé, Tia Lúcia e família, Zezé Santana, Bebeth, André e Roza.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da cidade de Divinópolis-MG, sob o impacto da reestruturação produtiva ocorrida a partir do final do século passado, com enfoque para uma aglomeração industrial de confecções. *Divinópolis, cidade pólo da região Centro-Oeste de Minas Gerais, teve seu desenvolvimento econômico influenciado por fatores externos, com uma predominância industrial no setor siderúrgico. Nas décadas de 1980 e 1990, a cidade sofreu grandes reduções de postos de trabalho, que foram provocadas tanto por reestruturações empresariais, quanto pela mais aguda crise vivida pela siderurgia. A aglomeração produtiva de confecções que se formou neste período, colaborou para uma maior diversidade econômica, geração de emprego e modificações no perfil da mão-de-obra industrial através da maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Permitiu ainda a possibilidade de traçar um novo padrão de desenvolvimento, de forma endógena, com melhor distribuição de renda, re-territorialização de processos e participação dos atores locais nas decisões. Utilizando-se de dados quantitativos e qualitativos, analisa-se, neste estudo, o desenvolvimento econômico local e a importância da indústria de confecção para a cidade, as dinâmicas deste segmento e as implicações de sua reestruturação para o trabalho. A forma de reestruturação adotada pela aglomeração de confecção envolve o trabalho domiciliar, informal e precário, com baixo nível de remuneração, ausência direitos sociais e intermitência. Estas dinâmicas são caracterizadoras de uma inserção comercial pela via inferior e tornam-se indicadoras de vulnerabilidade tanto para a indústria de confecção quanto para o desenvolvimento local, considerando-se sua capacidade de geração de emprego e renda.*

Palavras-chave: reestruturação produtiva – desenvolvimento local – trabalho

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the development of *Divinópolis* city in *Minas Gerais* from the point of view of the impact caused by the production reorganization that has happened since the end of last century, with the focus on the ready-made clothing industrial agglomeration. *Divinópolis*, which is a strong reference in the west center of *Minas Gerais* had its economic development influenced by external factors, specially the steel metallurgy industry. During the 80's and 90's the city had considerable job reductions caused by the reorganization of companies as well as by the crisis in the steel metallurgy industry. The agglomeration of ready-made clothing production during this period contributed to diversity in economy, job opportunities increase and industrial hand labor change due to the introduction of women in the work market. It also brought a new pattern of development, in an endogenous way, with a better income distribution and a redefinition of processes and participation of local actor in decisions. Qualitative and quantitative data is used in order to analyse the local economical development, the importance of the ready-made clothing industry as well as the dynamics of this sector and the implication of its redefinition's to the work market. The reorganization format adopted by the ready-made clothing industry agglomeration involves domestic work, informal and precarious, low income rates, lack of social rights and instability. This dynamic shows that the commercial insertion takes place in the inferior stream and indicates that the ready-made clothing industry as well as the local development are vulnerable, concerning the job generation capacity and income.

Keywords: production reorganization - local development - work

RELAÇÃO DE SIGLAS QUE APARECEM NESTE ESTUDO

A.F	- Administração Fazendária
ACID	- Associação Comercial e Industrial de Divinópolis
APL	- Arranjo Produtivo Local
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
ICCAPE	- Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
D/C	- Débito/crédito
DESEP-CUT	- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da Central Única dos Trabalhadores
DI	- Distrito Industrial
DOU	-Diário Oficial da União
EFOM	- Estrada de Ferro Oeste de Minas
EPP	- Empresa de Pequeno Porte
FIEMG	- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FITEDI	- Companhia de Fiação e Tecelagem de Divinópolis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IEL	- Instituto Euvaldo Lodi

IEMI	- Instituto de Estudos e Marketing Industria S/C LTDA
INPAR	-Instituto de Pesquisa e Análise do Mercado Regional
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ME	- Micro Empresa
PEA	- População Economicamente Ativa
PIB	- Produto Interno Bruto
PME's	- Pequenas e Médias Empresas
RAIS	- Relação Anual de Informações
RMBH	- Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	- Serviço Nacional da Indústria
SESI	- Serviço Social da Indústria
SINVEDS	- Sindicato da Indústria do Vestuário de Divinópolis
SOAC	- Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria Confecção de Roupas, Estamparia, Cama, Mesa e Banho de Divinópolis
UNIFENAS	- Universidade de Alfenas (Universidade José do Rosário Velano)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa da Itália com a localização dos distritos industriais	045
FIGURA 2 - Mapa de Minas Gerais com a localização de Divinópolis e Belo Horizonte..	052
FIGURA 3 – Mapa de Minas Gerais com a divisão das dez regiões de planejamento.....	177
FIGURA 4 – Mapa da região Centro-Oeste de Minas Gerais.....	053
FIGURA 5 – Mapa do município de Divinópolis	054
GRÁFICO 1 - Evolução da População de Divinópolis	063
GRÁFICO 2- Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada em Divinópolis, segundo os setores da economia – 1986 – 2002.....	068
GRÁFICO 3 - Participação percentual das indústrias metalúrgica e têxtil na indústria total de Divinópolis- 1986-2002.....	070
GRÁFICO 4 - Percentual de trabalhadores com carteira assinada na indústria metalúrgica e têxtil/vestuário, segundo o gênero - 1986-2002	074
FIGURA 6 - Organograma de um modelo de governança para um arranjo produtivo local.	121

LISTA DE TABELAS

1.A produção industrial e o oferecimento de serviços em Divinópolis – fim da década de 1950	059
2.Distribuição da população do município de Divinópolis entre a zona rural e urbana no período de 1950/2000	062
3.Total de empresas de Divinópolis por regime de recolhimento de ICMS– 2003.	066
4.Percentual do produto interno bruto por setores de atividade econômica em Divinópolis – 1995/200.	067
5.Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada em Divinópolis, segundo os setores da economia - 1986-2002	068
6.Percentual de trabalhadores com carteira assinada na indústria metalúrgica, têxtil/vestuário em relação ao total da indústria de Divinópolis - 1986-2002	069
7.Indústrias de confecção por segmento de mercado no Brasil – 1997 – 2002	163
8.Produção de confecção por porte no Brasil	163
9.Número de indústrias de confecção por região do Brasil - 1997-2002	163
10.Número de indústrias por segmento em Divinópolis (2000/2002)	164
11.Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada na indústria têxtil/vestuário de Divinópolis segundo faixa etária - 1986-2002	076
12.Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada na indústria metalúrgica de Divinópolis segundo faixa etária - 1986-2002	077
13.Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada empregados na indústria metalúrgica em Divinópolis segundo escolaridade- 1986-2002	078
14.Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada empregados na indústria têxtil/confecção em Divinópolis segundo escolaridade - 1986-2002	078
15.Distribuição percentual dos trabalhadores da indústria metalúrgica em Divinópolis segundo faixas de remuneração - 1986-2002	079
16.Distribuição percentual dos trabalhadores da indústria têxtil/vestuário em Divinópolis segundo faixas de remuneração -1986-2002	080
17.Classificação das empresas segundo o número de empregados	083
18.Especificação do número de empregados na empresa	084

19. Volume médio diário de peças produzidas	084
20. Quantidade de peças produzidas em 2003	085
21. Faturamento bruto médio mensal	086
22. Porte da empresa sob o aspecto tributário	086
23. Classificação das indústrias de confecções de Divinópolis segundo o ano de fundação da empresa	088
24. Percentual de indústrias de confecção inscritas, baixadas/cancelados em relação ao total de empresas que vivenciaram a mesma situação em Divinópolis – 1998-2002	090
25. Fatores locacionais mais importantes para empresa, em ordem de prioridade	093
26. Principais dificuldades enfrentadas pela empresa para se desenvolver	095
27. Especificação da atividade exercida pelo empresário antes de atuar no setor de confecção	096
28. Especificação das atividades exercidas pelo empresário na empresa	097
29. Grau de escolaridade do dirigente máximo da empresa	098
30. Especificação da linha de produtos	099
31. Especificação do segmento de mercado quanto à faixa etária	100
<i>32. Especificação dos segmentos de mercado das fábricas de confecção quanto ao poder aquisitivo</i>	101
33. Produção mundial de artigos de confecção	165
34. Principais países exportadores de artigos confeccionados	165
35. Principais países importadores de artigos confeccionados	166
36. Destino da produção dos confeccionados de Divinópolis	104
37. Formas de colocação no mercado dos produtos fabricados pela empresa	105
38. <i>Principais problemas de mercado, citados pelas indústrias pesquisadas</i>	106
39. Estados, regiões ou países fornecedores de insumos e técnicos em manutenção	109
40. Formas de relacionamento com o fornecedor	109
41. Especificação da principal matéria prima utilizada	110
42. <i>Importância das fontes de informação para o desenvolvimento da empresa</i>	112
43. Tempo de realização dos últimos investimentos em máquina e equipamentos	114

44. Fatores que interferiram no sucesso da empresa nos últimos anos, classificados de acordo com a ordem de intensidade	115
45. Principais fatores de competitividade da empresa	116
46. Formas de desenvolvimento de modelos em ordem de prioridade	117
47. Frequência de lançamento de novos modelos	117
48. Participação da empresa em parceria com outras empresas.	123
49. Participação de homens e mulheres na PEA e entre empregados –(Brasil 1976-2002)	131
50. Rendimento dos ocupados por sexo	132
51. Percentual de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por pessoas de 10 anos e mais Segundo sexo- Brasil 2002.	132
52. Distribuição dos empregados na indústria têxtil e do vestuário, segundo a posição na ocupação e o sexo (Brasil – 1999)	140
53. Distribuição dos empregados da indústria têxtil e do vestuário, segundo a posição na ocupação e a raça/cor (Brasil – 1999)	140
54. Indústria têxtil e configuração de empregos em 31/12 segundo tamanho do estabelecimento.	141
55. Indústria têxtil- remuneração média nominal em 31/12 segundo o gênero. remuneração média nominal, em 31/12, segundo o gênero	142
56. Etapas da produção realizadas diretamente ou terceirizadas pelas empresas	144

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	014
2.Globalização, Reestruturação Produtiva e Cidades.....	022
2.1.A crise do fordismo e a reestruturação produtiva do capital.....	022
2.2.O impacto da reestruturação produtiva sobre as cidades.....	025
2.3.As alternativas de desenvolvimento local no contexto da reestruturação produtiva.....	030
2.4.As PME's no contexto do desenvolvimento local – a formação de redes de empresas.....	039
2.5.Os distritos industriais da Terceira Itália e do Vale do Silício.....	045
3.Desenvolvimento local: impacto da indústria da confecção sobre a cidade de Divinópolis	051
3.1.História do desenvolvimento econômico de Divinópolis.....	052
3.2.Impactos do processo de industrialização no crescimento da população local.....	061
3.3.A crise no setor siderúrgico e o surgimento da indústria de confecções em Divinópolis...	063
3.4.Indústria metalúrgica e de confecções: dados comparativos.....	071
4.Dinâmicas da Indústria de Confecção de Divinópolis.....	082
4.1.Características gerais das empresas de confecções.....	083
4.2.Fatores que contribuíram para a formação da indústria de confecção e as dificuldades de seu desenvolvimento.....	091
4.3.Perfil do empresário do setor de confecções.....	095
4.4.A abrangência de mercado e o perfil do consumidor.....	099
4.5.A relação da indústria de confecção local com a cadeia produtiva.....	107
4.6.As formas de inovação no setor.....	110
4.7.Os arranjos produtivos locais e a estrutura institucional de apoio à indústria de confecção.....	118
5.Reestruturação na indústria da confecção de Divinópolis-MG: a precarização do trabalho feminino..	127
5.1.Reestruturação produtiva e precarização do trabalho.....	127
5.2.A precarização do trabalho feminino no contexto da reestruturação produtiva.....	129
5.3.A informalidade no contexto da reestruturação produtiva.....	134
5.4.A informalidade no contexto do trabalho domiciliar da indústria de confecção de Divinópolis.....	137
6.CONCLUSÃO.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS.....	155
ANEXO A – Tabelas.....	164
ANEXO B - Questionário aplicado aos empresários das Indústrias de Confecção de Divinópolis/MG.....	167
ANEXO C - Perfil das costureiras domiciliares entrevistadas.....	173
ANEXO D - Mapa Regiões de Planejamento de Minas Gerais.....	177

1.INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é a análise do desenvolvimento local diante da reestruturação produtiva. Pretende-se refletir sobre a aglomeração produtiva de indústrias de confecções existente na cidade de Divinópolis-MG, sua importância para o desenvolvimento local, suas dinâmicas, seu processo de reestruturação e as implicações para o trabalho.

Ao final da década de 1960 e início da década de 1970, o capitalismo entrou em uma crise marcada pela tendência acentuada à queda da taxa de lucro, colocando em cheque o modo de acumulação fordista. As alternativas encontradas pelo capital para sua sobrevivência implicaram a intensificação do processo de globalização, o desmantelamento do Estado do bem-estar social e em uma reestruturação produtiva, mediante adoção de processos organizacionais pautados pela flexibilidade e pela utilização de tecnologia de microeletrônica. A reestruturação produtiva é entendida neste estudo como:

(...) um processo que compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como redefinição dos papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, visando atender às necessidades de garantia da lucratividade. (CORREA, 2000, p. 202)

Estas novas estratégias do capital apresentaram fortes impactos sobre a sociedade salarial edificada ao longo do Estado fordista. A fragmentação e a descentralização que marcaram estes processos tanto na esfera da organização empresarial quanto na organização estatal também trouxeram novas atribuições para as cidades. Estas, diante do enfraquecimento do Estado-nação, ao mesmo tempo que se tornaram desamparadas, adquiriram certa autonomia para a promoção do desenvolvimento local que, em geral, tem se pautado pela inserção nas redes de comércio e pela geração de emprego e renda.

Neste sentido, o debate sobre o desenvolvimento local ganha relevância. A idéia do novo regionalismo desponta, trazendo duas concepções distintas acerca desta temática: uma concepção globalista e outra regionalista propriamente. A concepção globalista ressalta *formas exógenas de desenvolvimento local, ou seja, o desenvolvimento como um processo de adaptação das cidades às exigências do capital na busca de inserção comercial*. E a concepção regionalista enfoca o desenvolvimento endógeno e formas de re-territorialização. Esta concepção de desenvolvimento implica em uma inserção nas redes de comércio, sem

subordinação externa, procurando valorizar o local mediante a formação do capital social, inovação, preservação ambiental e sem as tradicionais concessões aos investidores que desejam se instalar na cidade.

Uma definição de desenvolvimento local, neste contexto, torna-se complexa e pode apontar diferentes caminhos, sob o aspecto da arena política e ideológica em que se insere. O desenvolvimento local, por estar inserido nos processos gerais da sociedade capitalista globalizada, pode envolver tanto aspectos relacionados à desterritorialização como de reterritorialização, tanto formas endógenas quanto exógenas. Uma abordagem que não considera estas opções, torna-se vaga e inconsistente e, por esta razão, neste estudo, o desenvolvimento local é compreendido a partir da vertente regionalista, conforme definição de Silveira et al (2002, p. 260).

Conjunto de processos interdependentes e complementares que se realizam no território, basicamente em torno de três dimensões interligadas, que se reforçam mutuamente: a formação do capital humano e capital social, o desenvolvimento produtivo do território e a concertação participativa para a gestão do desenvolvimento.

Pretende-se compreender o processo de desenvolvimento ocorrido na cidade de Divinópolis-MG, a partir dos anos de 1980, no curso da reestruturação produtiva, verificando os impactos deste processo na cidade, especificamente no que se refere à crise de um modelo de desenvolvimento voltado para a indústria siderúrgica, edificado ao longo do Estado fordista e do surgimento de novas atividades econômicas centradas na indústria da confecção.

Compreender as dinâmicas da indústria de confecção e sua importância para Divinópolis torna-se relevante pelo fato de seu desenvolvimento ter significado novas formas de geração de trabalho e renda no período em que a cidade enfrentava uma aguda crise de desemprego. A indústria siderúrgica foi responsável pela arrancada industrial de Divinópolis na década de 1950 e até os anos de 1980 era o segmento que ocupava a maior parte da mão-de-obra industrial local. A confecção rompeu com um certo grau de especialização industrial, implicando uma maior diversificação econômica e novas formas de geração de emprego e renda, além de um caráter endógeno de desenvolvimento. A mão-de-obra industrial também sofreu alterações em seu perfil, principalmente quanto ao gênero, já que a siderurgia utilizava intensivamente mão-de-obra masculina e a confecção passou a utilizar maciçamente mão-de-obra feminina.

O desenvolvimento da indústria da confecção, na cidade, acompanhou a mesma tendência de crescimento deste segmento no Brasil, num momento em que o mercado de roupas se expandia. Em seu entorno gravitam outras atividades relacionadas à produção e distribuição de mercadorias, dando formato a uma aglomeração produtiva especializada. Mas, apesar desta aglomeração ter uma grande significação para a cidade e estar se tornando conhecida nacionalmente enquanto pólo de confecção, a principal hipótese que se levanta neste estudo é que sua inserção nas redes de comércio está ocorrendo pela via inferior, ou seja, de forma subordinada, mediante a informalidade, precarização do trabalho e pouca inovação, o que demonstra uma baixa competitividade e conseqüentemente uma grande vulnerabilidade.

Outra hipótese, subsidiária à primeira, que se pretende verificar é que, embora a indústria de confecções se caracterize enquanto uma aglomeração produtiva, não possui as características de um distrito industrial, especialmente as formas de cooperação entre suas empresas, capacidade de inovação e interação com os diversos atores locais.

Segundo Amim e Robins, um distrito industrial refere-se a *um sistema econômico coordenado localmente e bem articulado, especializado, de modo geral, mas não sempre, em um produto caracterizado pela divisão de trabalho entre empresas, obtendo todos os benefícios e economias da aglomeração espacial* (apud Xavier Sobrinho, 2001, p.57). Suas principais características são a formação de redes de cooperação, grande capacidade de inovação que é disseminada entre as empresas e um forte apoio institucional.

Atualmente o segmento de confecção de Divinópolis conta com aproximadamente 598 empresas em funcionamento, todas de pequeno e médio porte. Esta característica é favorável à formação de um arranjo produtivo local, conforme proposta da FIEMG. Define-se um arranjo produtivo local (APL) como uma concentração geográfica de firmas especializadas em um mesmo setor ou em um mesmo complexo industrial que se articulam com o objetivo de promover negociações coletivas na compra de matérias primas, treinar mão-de-obra, desenvolver pesquisas e outras demandas da aglomeração (FIEMG, 2003). Os arranjos produtivos locais são inspirados nos distritos industriais da Terceira Itália e exercem grande influência no desenvolvimento do território no qual se encontram inseridos, sendo considerados uma resposta das pequenas empresas à crise do fordismo. Dessa forma, a indústria de confecção local será analisada sob três aspectos: 1) sua importância para a economia local, no sentido de se constituir em uma forma endógena de desenvolvimento; 2) suas dinâmicas, principalmente as formas de interação entre as empresas que formam a aglomeração, capacidade de inovação e estrutura institucional; e 3) o tipo e conteúdo de

atividade de trabalho desenvolvidos. A partir destas observações, pretende-se verificar as hipóteses propostas.

Esta temática tem sido de grande interesse para a sociologia, desde os anos de 1990, quando as transformações do capitalismo promoveram reestruturações que geraram desemprego, ao mesmo tempo que reduziram o papel do Estado, demandando por formas de desenvolvimento pautadas por interações entre diversos agentes locais. A sociologia, especialmente da América Latina, ao incorporar à sua análise as contribuições de outras áreas como a administração de empresa, economia e engenharia de produção, em uma visão multidisciplinar, tem procurado romper com um distanciamento entre a produção acadêmica e o mundo da empresa, o que foi um traço marcante de períodos anteriores (Kirschner, 1996, p. 99.). Conforme afirma esta autora, dos anos de 1930 a 1970, a sociologia voltou-se para problemas macrossociais de desenvolvimento. Na década de 1970, os estudos sociológicos enfatizaram a industrialização, crescimento econômico e exclusão social. E a partir dos anos de 1980, uma temática cara à sociologia foram os processos de reestruturação produtiva e os impactos no mundo do trabalho. Outra análise importante neste contexto tem sido o desenvolvimento regional diante da volatilidade do capital e a guerra fiscal por atratividade de investimentos. Kirschner, (1996, p. 113), ao se referir a alguns estudos sobre o papel social da empresa, afirma que *a empresa é um sistema social com dimensões que ultrapassa os objetivos econômicos e um espaço ao mesmo tempo socializador e socializado, em contínua interação com a sociedade.* É neste contexto que o presente estudo se justifica, ou seja, a compreensão de um conjunto de empresas, a partir de suas interações sociais e seus impactos sobre o território no qual se insere.

A metodologia utilizada neste estudo procura conjugar a análise quantitativa e qualitativa, utilizando-se de dados primários e secundários. O período histórico em que se concentram as principais reflexões é de 1986 a 2004. Esta delimitação temporal justifica-se porque é a partir do final da década de 1980 que se inicia a reestruturação produtiva no Brasil, sendo que a crise do setor siderúrgico e o desenvolvimento da indústria de confecção em Divinópolis ocorrem também a partir deste período.

Os dados secundários foram obtidos através de relatórios de pesquisas já realizadas, especialmente através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), RAIS-MTE (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego), Anuário Estatístico de Divinópolis de 2005, IEMI (Instituto de Estudos e Marketing Industrial S/C Ltda.), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), ICCAPE (Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor) e INPAR (Instituto de Pesquisa e

Análise do Mercado Regional). Trata-se de informações quantitativas e qualitativas que contribuíram para delinear a economia de Divinópolis, especialmente a indústria de confecção.

Através de dados da Fundação João Pinheiro, apresentados no Anuário Estatístico de Divinópolis de 2005, procurou-se caracterizar a economia local, observando-se alguns indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto total de Divinópolis e Minas Gerais e PIB por setores de atividade econômica. Esta caracterização completou-se com os dados da Secretaria Estadual da Fazenda, citados também no Anuário Estatístico de Divinópolis acerca do número de empresas por setor de atividade econômica, com destaque para a indústria metalúrgica e de confecções, e distribuição percentual das empresas quanto ao porte. As informações sobre a evolução da população de Divinópolis foram obtidas através do IBGE.

Os dados da RAIS-MTE contribuíram para identificar os setores que mais empregam trabalhadores em Divinópolis e a participação da indústria metalúrgica e de confecção na ocupação de mão-de-obra local. Outros dados obtidos através da RAIS-MTE permitiram verificar as mudanças no perfil da mão-de-obra do setor industrial a partir do desenvolvimento da indústria de confecção. Pôde-se estabelecer comparações entre a mão-de-obra ocupada no setor metalúrgico e na indústria do vestuário, observando-se variáveis como gênero, faixa etária, escolaridade e remuneração. Estas informações foram relevantes para dimensionar a importância da indústria de confecção sob o aspecto da geração de emprego formal em Divinópolis e para verificar as modificações no perfil da mão-de-obra industrial.

Através de uma pesquisa realizada em 1995 pelo SEBRAE em Divinópolis, com o objetivo de diagnosticar a economia local daquele período, cujo relatório resultou no estudo denominado *Sistema de informações mercadológicas municipais*, foi possível obter dados caracterizadores das transformações econômicas vivenciadas pela cidade, tais como reestruturações empresariais e desindustrialização.

Para compreender as dinâmicas da indústria de confecções local, foram utilizados dados de diversas fontes, tanto primárias quanto secundárias. Parte dos dados primários foram obtidos a partir de uma pesquisa quantitativa realizada junto aos empresários deste segmento industrial, utilizando-se de aplicação de questionários, envolvendo perguntas abertas e fechadas, conforme modelo (ANEXO B). Estes dados contribuíram para a verificação das hipóteses levantadas neste estudo. Os principais aspectos abordados foram: 1) caracterização geral da empresa e do empresário; 2) aspectos gerais da produção; 3) origem dos insumos e destino da produção; 4) aspectos relacionados à inovação e formas de aprendizagem; e 5) formas de interações sociais na aglomeração. Os questionários foram aplicados no mês de

julho de 2004, mediante uma amostra de 10,87% - 65 empresas - do total de 598 indústrias de confecção em funcionamento. A seleção da amostra foi obtida aleatoriamente, utilizando-se de uma lista numerada com a relação de todas as indústrias, sendo que a cada 9 empresas uma foi selecionada.

Com o objetivo de verificar o apoio institucional ao setor de confecções foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto aos representantes de diversas instituições. A escolha desta modalidade de entrevista deveu-se ao fato da mesma permitir maior liberdade ao entrevistador e ao entrevistado para abordar questões não previstas no roteiro inicial, sem perder de vista a pertinência ao tema tratado. Ela permite ainda uma maior exploração e aprofundamento do assunto, sendo aplicável, quando o número de entrevistados é pequeno. Este levantamento permitiu verificar a existência de interações entre as instituições e a aglomeração de confecção local. Verificou-se ainda como estes atores sociais compreendem este segmento, sob o aspecto de sua competitividade, inovação e interações entre empresas, bem como as possibilidades de formação de um arranjo produtivo. Os principais entrevistados foram: 1) Leonardo Mól de Araújo, Gerente Regional do SEBRAE; 2) José Elísio Batista, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico na gestão 2001/04; 3) Valdemar Raimundo Manoel, Presidente do SINVEDS (Sindicato da Indústria do Vestuário de Divinópolis); na gestão 2001-04; 4) Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, Gerente Regional do SENAI; e 5) Raika Lenisa Bueno Fernandes, Coordenadora do Curso de Design: Moda e Estilo oferecido pela Unifenas.

Outras informações que contribuíram para este estudo foram os relatórios de pesquisas já realizadas sobre a indústria de confecção no Brasil e em Minas Gerais, os quais, em interação com os dados da pesquisa direta no segmento local, possibilitaram verificar se o setor de confecções de Divinópolis se encontra em sintonia com as tendências gerais deste segmento industrial. Os dados que possibilitaram esta análise foram: a) *1º Relatório setorial da indústria de confecção brasileira*, cuja pesquisa foi realizada em 2003 pelo IEMI, sob encomenda do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de São Paulo, tendo como objetivo verificar a dimensão e evolução do setor no Brasil e sua contribuição ao comércio exterior; e b) *Diagnóstico setorial de confecções em Minas Gerais*, elaborado a partir de uma pesquisa realizada pelo SEBRAE em 1998, com o objetivo de caracterizar as indústrias de confecção de Minas Gerais. Embora esta pesquisa tenha sido realizada há sete anos, trata-se do levantamento mais completo deste segmento em Minas Gerais.

Para complementar a caracterização da indústria de confecção local, verificando sua evolução, reportou-se também a outros dois relatórios de pesquisa: 1) *Relatório de pesquisa*

sobre a indústria da confecção em Divinópolis, elaborado pelo INPAR a partir de uma pesquisa realizada em 1996, sob a encomenda do SINVEDS; e 2) *Relatório da pesquisa amostral sobre o setor de confecções do município de Divinópolis-MG*, realizado pelo ICCAPE a partir de dados levantados em 2000.

A indústria de confecção está se reestruturando, mediante a adoção de processos organizacionais mais flexíveis, através da subcontratação de costureiras domiciliares. Por esta razão, neste estudo, realizou-se uma investigação sobre o conteúdo deste trabalho. As oficinas das costureiras domiciliares que prestam serviços para as confecções, são chamadas facções, atuam na informalidade, sem qualquer registro de sua existência, havendo somente uma estimativa, feita pelo ICCAPE, da existência de 1.500 núcleos. Neste caso, optou-se por um estudo qualitativo, mediante a *aplicação de questionários semi-estruturados (modelo em ANEXO C) junto a dez faccionistas escolhidas aleatoriamente na cidade*. O pequeno número de entrevistadas retira deste estudo seu caráter representativo uma vez que não permite estabelecer proporções de determinadas características ou verificar a existência de relações entre variáveis e gerar tabelas. Entretanto, tendo em vista o conhecimento prévio acerca de uma certa homogeneidade da população pesquisada, acredita-se que os resultados apresentados possam ser generalizados. *Os principais aspectos observados foram o perfil de quem realiza o trabalho*, renda, jornada de trabalho, formas de negociação com o tomador de serviços e existência de associação representativa.

Esta dissertação se estrutura em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo faz uma análise da crise do fordismo e da reestruturação produtiva que emerge neste processo, procurando analisar seus impactos nas cidades e nas novas concepções de desenvolvimento local. Enfoca-se também a experiência dos distritos industriais italianos como forma de organização centrada no território onde se inserem e sua importância para o desenvolvimento local.

O segundo capítulo faz uma descrição do desenvolvimento econômico de Divinópolis em três etapas: a primeira marcada pela ferrovia no início da formação da cidade; a segunda, caracterizada pela siderurgia que impulsionou a industrialização local a partir dos anos de 1950; e a terceira etapa caracterizada pela crise do setor siderúrgico e pelo desenvolvimento da indústria de confecções. Neste capítulo, procura-se verificar a importância da indústria de confecções para o desenvolvimento local e estabelecem-se algumas comparações entre a siderurgia e a confecção, especialmente sob o ponto de vista do perfil dos trabalhadores de cada indústria.

O terceiro capítulo concentra-se nas dinâmicas da indústria de confecção. O objetivo principal é refletir sobre suas características gerais, como perfil das empresas e dos empresários, tamanho da aglomeração, fatores que contribuíram para sua formação e as dificuldades de seu desenvolvimento; o processo produtivo e a abrangência do mercado; a capacidade de inovação e formas de interações sociais entre as empresas e entre estas e o poder público, entidades de classe e agências de fomento. A partir desta análise, procura-se verificar as possibilidades de a indústria de confecção local constituir-se em um arranjo produtivo local. A capacidade de inovação e as formas de interação são observadas sobre o conjunto das empresas pertencentes ao segmento, verificando a existência de modos de cooperação e de aprendizagem. No contexto dos arranjos produtivos o processo produtivo ocorre de forma desintegrada e o bom desempenho das unidades produtivas depende da eficiência de toda a cadeia produtiva. A estrutura institucional é fundamental para o sucesso de um arranjo produtivo pelo fato de sua administração ocorrer mais no contexto externo do que interno das empresas. Define-se a estrutura institucional como o conjunto de instituições que dão suporte ao arranjo produtivo, tais como instituições de crédito, de treinamento de mão-de-obra, instituições de ensino e pesquisas, agências governamentais de fomento, de serviços tecnológicos e de circulação de informações, dentre outros. A partir destes elementos, pretende-se analisar os limites e potencialidades da indústria de confecções organizar-se em um arranjo produtivo local.

E finalmente o quarto capítulo tem como objetivo analisar o processo de reestruturação pelo qual passa este segmento industrial local, através da utilização do trabalho feminino domiciliar e informal. Inicialmente o capítulo trata dos processos de flexibilização, informalidade e precarização do trabalho, sob o impacto da reestruturação produtiva. A questão das relações de gênero e trabalho é analisada, utilizando-se dos estudos de autoras como Abramo (1998), Posthuma (1998), Hirata(1998), Neves, (2000 e 2001), Leite (2004) e Nogueira (2004). Estes estudos refletem sobre as formas de discriminação da mulher trabalhadora no contexto das cadeias produtivas que se formam nos processos de reestruturação, cujo conteúdo do trabalho reforça as condições históricas de subordinação da mulher na sociedade. A informalidade é analisada neste capítulo, sob o aspecto de sua expansão, seu caráter estrutural e seu enfoque empreendedorista que encobre as situações de precariedade. Ao final, abordam-se as formas de reestruturação que estão sendo adotadas pela indústria de confecção de Divinópolis, envolvendo a informalidade, mediante a contratação de costureiras domiciliares e analisam-se os resultados da pesquisa qualitativa acerca das

costureiras domiciliares deste segmento industrial, enfocando as características que este trabalho assume e suas conseqüências para as mulheres que o realizam.

2. GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CIDADES

Neste capítulo, analisa-se a crise do fordismo e as principais transformações no modo de produção capitalista advindas deste contexto. As reflexões concentram-se na reestruturação produtiva em curso e nas principais tendências organizacionais fundadas no paradigma da flexibilidade e da tecnologia microeletrônica que emergem desta crise e seus impactos no mundo do trabalho.

Uma vez explicitadas as novas tendências organizacionais presentes na reestruturação produtiva, procura-se refletir sobre seus impactos nas cidades. Neste sentido, analisa-se o atual poder das cidades diante de um possível enfraquecimento do Estado-nação, as novas concepções de desenvolvimento local e o papel a ser desempenhado pelos governos municipais.

Se o fordismo marcou as cidades, sob o aspecto de seu crescimento, da concentração de grandes massas de trabalhadores e da intervenção de um Estado centralizado capaz de determinar tendências de desenvolvimento, sua crise irá exigir novas concepções de desenvolvimento local. Dessa forma, procura-se também refletir sobre o conceito do novo *regionalismo* e suas concepções globalista e regionalista propriamente dita.

Ao longo da discussão acerca do desenvolvimento local, enfatizam-se as PME's, bem como suas possibilidades de articulação em redes através de arranjos produtivos locais. A experiência dos distritos industriais da Itália será enfatizada neste capítulo, por se apresentar como uma forma bem sucedida de desenvolvimento local, constituindo-se em uma alternativa à crise do fordismo.

O objetivo deste capítulo é fazer uma reflexão teórica das possibilidades de desenvolvimento local no contexto da reestruturação produtiva. Esta reflexão contribuirá para as análises que serão realizadas nos capítulos seguintes, cuja temática será o desenvolvimento econômico de Divinópolis, a importância da aglomeração produtiva de confecção existente na cidade e as possibilidades deste segmento se organizar em um arranjo produtivo local, a exemplo dos distritos industriais italianos.

2.1.A crise do fordismo e a reestruturação produtiva do capital

O desenvolvimento local e a formação das cidades têm suas dinâmicas vinculadas aos processos gerais do capitalismo. Na era fordista, especificamente, a grande empresa se organizava de forma verticalizada, concentrando enormes massas de trabalhadores e tendo como consequência a formação de grandes cidades. Especialmente nos países desenvolvidos, o fordismo vinculou-se a um modelo de Estado interventor e promotor do bem-estar social, moldando um estilo de vida baseado na expansão econômica, consumo de massa, pleno emprego e seguridade social, procurando garantir um equilíbrio entre o capital e o trabalho. Conforme afirma Gramsci (*apud* Harvey, 2000, p. 121), o fordismo representou *...o maior esforço coletivo (...) para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma nova consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem*. Isso significa, no entendimento de Harvey (2000), que o método fordista tornou-se inseparável de um modo de viver e pensar a vida, de consumismo e de ação do Estado.

Harvey (2000, p.134) entende que o núcleo do fordismo foi mantido até 1973, quando foi abalado por uma forte recessão econômica. De fato, ao final da década de 1960 e início da década de 1970, o capitalismo se apresentava em crise, colocando em cheque o regime de acumulação fordista e o Estado de bem-estar social, diante da tendência à queda da taxa de lucro, o que foi acentuado pela crise do petróleo e pelo aumento da taxa de juros. Outros traços desta crise referem-se à hipertrofia financeira diante de sua autonomia frente ao capital produtivo, à concentração de capitais em decorrência da fusão de oligopólios e às políticas de privatizações (ANTUNES 2002, p.29-30). É comum fazer uma associação entre a organização operária que resistia ao aumento da taxa de mais-valia e reivindicava o controle do processo produtivo e a queda da taxa de lucro. Mas, conforme afirma Mattoso

Esta crise estrutural, cuja manifestação foi a desarticulação das relações virtuosas do padrão de desenvolvimento norte-americano, foi resultado do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, a maior saturação dos mercados internacionalizados, o sobre-investimento generalizado, a crescente financeirização da riqueza produzida e o enfraquecimento da hegemonia norte-americana. A crise então foi ampliada pela brusca elevação dos preços do petróleo decidida pelo cartel da OPEP no final de 1973. (MATTOSO, 1996, p. 52)

Na tentativa de recuperação, o capital financeiro buscou maior liberdade de circulação entre Estados e o mercado ampliou-se mundialmente, procurando eliminar barreiras e obter maior lucratividade, através da intensificação da globalização. Castells (2000) entende a globalização como um fenômeno associado às transformações na esfera informacional, definindo esta era como global-informacional pelo fato de as atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estarem organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. Neste contexto, Castells entende também que um novo espaço industrial se forma, marcado pela

capacidade organizacional e tecnológica de separar o processo produtivo em diferentes localizações, ao mesmo tempo em que reintegra sua unidade por meio de conexões de telecomunicações e da flexibilidade e precisão resultante da microeletrônica na fabricação de componentes (CASTELLS, 2000, p. 412).

A globalização é também considerada como mecanismo que aumenta a desigualdade entre países. Singer (1998, p.21) define a globalização como um *processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países*. A divisão internacional do trabalho, ao longo da história do capitalismo caracterizou-se por um processo de dominação de nações ricas sobre nações mais pobres. O Brasil, por exemplo, em sua fase colonial, foi obrigado a produzir gêneros agrícolas para exportação, tendo que comprar produtos manufaturados. Os impactos da proibição das manufaturas no Brasil colonial foram sentidos por um longo período após sua independência, pelo fato de o país permanecer em uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho.

No atual estágio da globalização, o processo produtivo, considerando principalmente os custos operacionais, pode ser decomposto em diferentes regiões e até países, formando extensas cadeias produtivas. Neste sentido, não se pode falar em nacionalidade de muitos produtos finais diante da fragmentação do processo produtivo. Existem inúmeros exemplos a este respeito, mas um caso típico é o da Benetton, cuja parte de criação e definição do produto ocorre na Itália; uma segunda parte da produção marcada pela tecelagem, tinturaria e corte se realiza na Califórnia; e a parte de final de costura é realizada mediante a contratação a baixo custo de costureiras terceirizadas do sudoeste asiático (Dantas, 1999, p. 220-222). Dessa forma, pode-se afirmar que a globalização equivale a um estágio do capitalismo que conjuga

um processo de internacionalização dos processos produtivos, inovações tecnológicas e flexibilização comercial e financeira.

Chesnais (1996, p. 13) define o fenômeno da globalização como *mundialização do capital*, o que equivale a uma (...) *nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação*. Apesar deste processo ser uma prática não muito recente no capitalismo, seu estágio atual difere dos processos de internacionalização comercial e de capitais de épocas passadas, pelo fato de exigir novos organismos reguladores do comércio e serviços internacionais como foi o caso da transformação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) na O.M.C (Organização Internacional do Comércio), que é uma instituição mais abrangente, que vai além da regulação comercial.

A globalização promove novas regras de competitividade, estabelecendo dinâmicas que tanto incluem quanto excluem regiões e localidades. A inserção nas redes de comércio é marcada por acirrada competitividade, o que tem obrigado as empresas a uma reestruturação organizacional e produtiva. Muitas estratégias empresariais têm como metas a redução de custos, através de processos de automação, práticas flexíveis de trabalho e transferência de unidades produtivas para regiões com menores custos operacionais.

Segundo Castells (2000, p. 175), estas transformações organizacionais têm como objetivo aumentar a flexibilidade da produção, gerenciamento e marketing, diante das incertezas causadas pelo acelerado ritmo das mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico da empresa.

Para Neves (1998, p. 330), estas mudanças aumentam a desigualdade entre países ricos e pobres, *favorecem a especulação financeira em prejuízo do investimento e do crescimento econômico; e promovem transformações no modo de organização do trabalho*.

Enfim, trata-se de mudanças que acarretaram grandes impactos no mundo do trabalho, cujas conseqüências mais visíveis são a redução nos níveis de emprego e uma crescente informalidade na economia. Este tema será analisado no capítulo 4 desta pesquisa, quando serão abordadas algumas formas de precarização, principalmente do trabalho feminino.

Outro aspecto das atuais transformações refere-se ao novo papel do Estado. De um modelo regulador do período fordista, sobrevém o neoliberalismo que procura enfraquecer a capacidade decisória dos Estados, intensificando-se a desregulamentação da economia. Tem-se, portanto, a partir da década de 80, uma reestruturação econômica fora do compromisso com o Estado do bem-estar social e das políticas de pleno emprego.

2.2.O impacto da reestruturação produtiva sobre as cidades

Harvey (2000), ao refletir sobre o espaço enquanto uma especificidade histórica das práticas sociais, afirma:

Sob uma perspectiva materialista, podemos argumentar que concepções temporais e espaciais objetivas são necessariamente criadas por meio de práticas e processos materiais que servem para reproduzir a vida social...um axioma fundamental de minha investigação é que o tempo e o espaço não podem ser entendidos independentemente da ação social. (HARVEY, apud CASTELLS, 2000, p. 436)

Seguindo a afirmativa de Harvey (2000), procura-se refletir sobre as novas interações que estão se constituindo nas cidades, no contexto da reestruturação produtiva. As análises se concentram no papel das cidades enquanto unidades com certo grau de autonomia e suas alternativas de desenvolvimento local, enfatizando as concepções globalista e regionalista que surgem no contexto do novo regionalismo (Klink, 2001). Algumas análises acerca do papel dos governos locais serão realizadas, e será feita uma reflexão sobre a importância das PME's, especialmente sob o aspecto de suas articulações em redes de cooperação.

As cidades da era fordista obedeciam a uma lógica hierárquica piramidal, cujo topo do poder concentrava-se no Estado-nação. Embora esta estrutura se mantenha, há claras demonstrações de que o Estado-nação encontra-se com seu poder decisório enfraquecido, abrindo possibilidades para um certo grau de autonomia das cidades face ao processo de mundialização do capital e dos novos processos organizacionais. Para Veltz (2001, p. 144), embora os Estados nacionais permaneçam como os vetores de recursos vitais para a economia, mediante sua atuação na área de infra-estrutura e políticas sociais, esta estrutura piramidal tem sido alterada em benefício das organizações em redes. As evidências deste fenômeno são inúmeras:

- a intensificação da livre circulação do capital, seja na esfera produtiva, comercial ou financeira, sem maiores obstáculos estatais;
- o elevado poder das empresas transnacionais que negociam acordos com as cidades onde pretendem instalar-se, sem a aquiescência do Estado-nação;
- a autonomia das cidades em fazer empréstimos, transações comerciais, inclusive internacionais sem a intervenção do Estado-nação;

- a falência do Estado-nação no sentido de regular a economia e promover o desenvolvimento local de forma centralizada e subsidiada, obrigando as cidades a buscarem alternativas de desenvolvimento, principalmente mediante a inserção nas redes de comércio.

No plano legal, esta tendência se manifestou no Brasil, a partir da Constituição de 1988, em seu artigo 18, quando os municípios adquiriram o status de membros da federação: *A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição* (Câmara dos Deputados, 2002). Neste sentido, acompanhando as tendências da globalização, os municípios conquistam a autonomia para estabelecerem relações horizontalizadas em nível nacional e até internacional.

Contudo, estas tendências, mais que autonomia, significam também vulnerabilidade das cidades, tanto por uma relativa perda da proteção estatal quanto pelas incertas relações com o capital. Uma das conseqüências deste processo é o aprofundamento das desigualdades regionais, pelo fato de o desenvolvimento deixar de ser pensado de forma centralizada, passando a ser tarefa de cada localidade.

Neste contexto de autonomia das cidades, o espaço urbano passa a ser considerado como espaço das redes. Rede é uma expressão consagrada por Castells (2000) para caracterizar as atuais transformações socioprodutivas, sendo definida como um conjunto de nós interconectados, de geometria variável e de articulação horizontal. Ou seja, as redes podem se expandir e contrair segundo as relações econômicas que se estabelecem, não havendo hierarquia entre os nós. Para Borja e Castells (1996, p.17-47), há uma nova perspectiva de administração das cidades na economia global através da formação de redes.

Sassen (apud Castells, 2000, p. 410) entende que o processo de globalização, ao mesmo tempo em que dispersou as atividades econômicas no espaço, também integrou-as, criando um papel estratégico para as principais cidades do mundo. Estas cidades agem como centros gerenciadores do capitalismo. São as cidades globais que se caracterizam como os grandes nós de uma rede urbana em diferentes níveis e em diferentes funções, a qual se espalham por todo o planeta. As cidades globais funcionam como centro nervoso da economia, em um sistema interativo de geometria variável através do qual as empresas e as cidades devem constante e flexivelmente adaptar-se. Assim, o sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide. E o relacionamento inconstante na rede determina o destino da cidade. Sobre o papel das cidades na rede, Castells analisa que:

Alguns lugares são intercambiadores, centros de comunicação desempenhando papel coordenador para a perfeita interação de todos os elementos integrados na rede. Outros lugares são os nós ou centros da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função-chave na rede. A localização no nó conecta a localidade com toda a rede. Os nós e os centros de comunicação seguem uma hierarquia organizacional de acordo com seu peso relativo na rede. Mas essa hierarquia pode mudar dependendo da evolução das atividades processadas. Na verdade, em alguns casos, alguns lugares podem ser desconectados da rede, e seu desligamento resulta em declínio imediato e, portanto, *em deterioração econômica, social e física (...)* (CASTELLS, 2000, p.437-438)

As cidades organizadas em redes têm os laços com seus interlands relativamente reduzidos diante das crescentes relações que são estabelecidas internacionalmente (Castells, 2000, Veltz, 2000, p. 141). É neste contexto que Castells (2000, p. 404) afirma que o espaço urbano está cada vez mais se transformando em um espaço de fluxos em oposição ao espaço de lugares. Os espaços de fluxos são comuns, desenraizados, diferentes dos espaços de lugares que são enraizados nas identidades locais.

As redes são principalmente de caráter financeiro e produtivo. Especialmente as redes produtivas operam para além do território e também em seu interior, na medida em que o processo produtivo deixa o chão da fábrica e se espalha pelo território urbano, através de um complexo de empreendimentos interdependentes, que se integram de forma flexível em um trabalho difuso e coletivo. No caso do espaço industrial, por exemplo, além das atividades essenciais do processo produtivo, este engloba também uma rede de fluxos de atividades relacionados aos serviços, informações, P&D, capitais, fornecedores e distribuidores, que, quando utilizados na forma terceirizada, provocam um aumento da terciarização.

É neste contexto que se formam as cadeias produtivas que podem se constituir sob o comando hierárquico de uma grande empresa ou de forma horizontalizada, envolvendo pequenos e médios empreendimentos articulados entre si no processo produtivo, sem a dependência da grande empresa.

Sob o aspecto da formação de cadeias produtivas, Gurisatti (2002, p. 83) entende que, embora ainda haja situações em que prevalece o modelo fordista de empresa, a tendência geral é a formação de empresa-rede e redes de empresas. Este autor utiliza o critério da participação e distribuição de renda para diferenciar estes três modelos. Na empresa fordista, o gerenciamento do capital e os lucros estão concentrados em um único escritório direcional. A empresa-rede caracteriza-se pela concentração do planejamento em um único líder, que descentraliza o processo produtivo entre suas subcontratadas quase-autônomas. E nas redes de empresas, tanto o processo decisório quanto os investimentos e lucros são distribuídos em um

grande número de empresas que participam da cadeia produtiva. Nas redes de empresas ocorre uma maior distribuição de renda e participação no processo decisório entre os diversos produtores, bem como os riscos são proporcionalmente distribuídos. Por esta razão este autor afirma que as redes de empresas constituem-se na melhor alternativa ao fordismo.

Abramo (1998) entende que a formação de cadeias produtivas podem implicar em duas situações. A primeira, refere-se ao estabelecimento de relações mais cooperativas e horizontalizadas entre empresas, a exemplo das aglomerações produtivas que Piore e Sabel denominaram especialização flexível e que se expressam atualmente nos distritos industriais da Terceira Itália, que serão analisados ao final deste capítulo. E, a segunda, é caracterizada por uma forte assimetria de poder entre empresas e pela constituição de cadeias de subcontratação a partir de uma lógica de redução de custos com fortes conseqüências em termos de precarização do trabalho. Esta situação tem como exemplo o modelo japonês. Este modelo iniciou-se na fábrica da Toyota, no Japão, ao longo dos anos de 1950 e de 1970 e tem sido imitado, ainda que com adaptações, por montadoras de automóveis e por outros setores industriais em vários países.

A formação de cadeias produtivas estabelece novo conceito de logística que, segundo Silva (2003, p. 81), extrapola os limites administrativos da empresa, antes como uma unidade verticalizada e auto-suficiente, transformando-se em logística horizontal ou de redes. Neste contexto, ocorrem iniciativas de integração de vários meios e rotas de transporte através da construção de terminais multimodais. Este trabalho tem sido realizado com a participação do setor público e privado, principalmente através da privatização de ferrovias, rodovias e portos.

Para Veltz (2001, p. 149), estas arquiteturas multimodais tendem a reforçar a concentração metropolitana, pelo fato de os fluxos transitarem para uma plataforma única de logística, que, em geral concentra em torno das metrópoles e dos grandes nós de infraestrutura aeroportuárias, portuárias etc.. Silva e Corò (apud Monié e Silva. 2003, p.11) entendem que este conceito de logística contribui para a constituição de um espaço público e produtivo de circulação, que descortina novas perspectivas para formas mais integradas e sustentáveis de desenvolvimento dos territórios. Neste sentido, a forma como as empresas empreendem seus programas produz consideráveis efeitos no espaço urbano

As áreas metropolitanas tendem a concentrar atividades com maior exigência tecnológica, do ponto de vista de pesquisa e desenvolvimento como também de pessoal. A própria desverticalização exige uma proximidade das prestadoras de serviços, o que pode gerar um processo de reconcentração metropolitana. Por outro lado, as cidades médias e até mesmo cidades de menor porte podem se tornar atrativas, segundo a lógica locacional do

capital, devido à melhor qualidade ambiental, menores índices de violência, além dos reduzidos custos de mão-de-obra. Acresce-se também o fato de algumas cidades médias tornarem-se especializadas em certos gêneros industriais, o que lhes propicia vantagens comparativas. Dessa forma a reestruturação aciona tanto um processo de concentração como de desconcentração, na medida em que setores da economia são afetados de forma diferenciada, alguns optando pelas metrópoles, outros pelas cidades médias (AMORIM FILHO; SERRA, 2003, p.23).

2.3.As alternativas de desenvolvimento local no contexto da reestruturação produtiva

Considerando que a crise do fordismo acarretou o enfraquecimento do Estado-nação e evidenciou o poder das cidades, conforme já analisado, torna-se relevante a análise de desenvolvimento local no contexto da reestruturação produtiva. Parte-se da idéia de que o desenvolvimento local não se encontra mais inserido em um projeto nacional, mas é fruto de ações locais que, muitas vezes, sob pressão do poder do capital, atuam diante da fragmentação e descentralização do Estado-nação.

A idéia de desenvolvimento sugere distintos significados. Sob o aspecto econômico, vincula-se ao conceito de modernização tecnológica e crescimento econômico. Do ponto de vista humano, o desenvolvimento significa para a ONU *a satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida* (apud OLIVEIRA,2002, p. 11). Fala-se ainda de desenvolvimento social que envolve aspectos relacionados à melhoria das condições de vida da população. Por fim, o desenvolvimento sustentável relaciona-se com o controle dos impactos das atividades econômicas sobre o meio ambiente. Estas distinções de desenvolvimento se entrelaçam e se concretizam no território, moldando o que tem sido chamado de desenvolvimento local.

Neste sentido, pode-se pensar o desenvolvimento local de forma multifacetada, como: “Processo pluridimensional que tem por dimensões fundamentais, a inclusão social, inovações democráticas na gestão pública, a gestão ambiental, o uso racional dos recursos naturais, o fortalecimento da economia local e a mobilização da sociedade” (BROSE, apud CARRION; LOPES, 2004, 213).

No período predominantemente fordista, o desenvolvimento local era fortemente influenciado por um Estado centralizador e subsidiador. A crise deste modelo de Estado

aliada a um processo de globalização e possível enfraquecimento do Estado-nação têm transferido para os municípios o papel indutor do desenvolvimento, cabendo ao poder local o papel empreendedorista que deve buscar a inserção econômica nas redes de comércio internacional. Neste contexto, ganha força o debate sobre as possibilidades de uma localidade enfrentar, com certo grau de autonomia, os desafios impostos pela marcha de globalização do capital. Isso não significa que o desenvolvimento local ocorra de forma isolada dos processos mais gerais do capitalismo, conforme afirma Vainer (apud SILVEIRA et al, 1988, p. 254): *É da natureza do desenvolvimento capitalista a incorporação crescente, vertical e horizontal, de novas esferas, espaços e instâncias de relação social à lógica do centro dominante. Essa é também a natureza do desenvolvimento local.*

Vinculada a idéia de desenvolvimento local encontram-se as urgentes necessidades de geração de emprego e renda, especialmente pelo fato de as cidades sofrerem de forma dramática as conseqüências do desemprego gerado pelos processos de reestruturação produtiva. Na ausência de políticas centralizadoras e proporcionadoras de um desenvolvimento nacional equilibrado, as cidades e regiões buscam, em um *salve-se quem puder*, a promoção de alternativas locais de desenvolvimento, diante da tendência à volatilidade do capital que faz cada vez mais exigências locais, gerando uma fragmentação do espaço nacional mediante uma guerra de cidades por atratividades de empreendimentos externos. Neste sentido, afirmam Neves e Carvalho Neto (2002, p.199).

As cidades têm competido entre si para atrair investimentos, iniciando uma disputa generalizada que envolve isenções fiscais, crédito fácil, doações de terrenos, empréstimos subsidiados e obras de infra-estrutura, participando do que se convencionou a chamar de guerra fiscal, praticada também pelos Estados brasileiros.

Neste contexto, uma nova dimensão de desenvolvimento local surge a partir do que tem sido denominado *novo regionalismo*, que procura enfocar o papel dos atores locais (poder público, empresas privadas, sociedade civil organizada etc.) na condução de suas políticas, sob o ponto de vista de duas tendências - a globalista e a regionalista propriamente dita (KLINK, 2001).

A abordagem globalista compreende o desenvolvimento local como um processo de adaptação às exigências do capital e como forma de as cidades se inserirem nas redes econômicas que se estendem por todo o planeta. Esta corrente tem como principais ícones Borja e Castells (1996), que concebem o desenvolvimento local como uma conexão de

cidades em redes globais, cabendo a cada localidade, e não ao Estado-nação, inserir-se nesta dinâmica de forma competitiva.

Segundo Borja e Castells (apud VAINER, 2001), para que se tornem competitivas, as cidades devem adotar o planejamento estratégico, uma vez que seus desafios passam a equivaler aos das empresas. A proposta do planejamento estratégico consiste em uma articulação local, envolvendo o poder público, a iniciativa privada e sociedade civil organizada, que, contando com o apoio de consultores internacionais, promovem a inserção da cidade no cenário internacional. Trata-se de um instrumento de cunho neoliberal, que sucumbe a cidade aos interesses do capital. Borja e Castells (1996, p.17-47) entendem que o local tem seu papel revitalizado diante da crise de autoridade que o Estado-nação passa frente à globalização do capital. Propõem o estabelecimento de uma relação mais dinâmica entre o local e o global, entendendo que há neste processo uma complementaridade que cria uma sinergia social e econômica. O local torna-se um centro de gerenciamento para o global no sistema técnico econômico, nos campos da competitividade e produtividade. Para isso é necessário que o local se habilite, adquirindo competências, principalmente relacionadas à infra-estrutura, pesquisa e tecnologia e qualificação de mão-obra.

Para Borja e Castells (apud VAINER, 2001), as cidades representam uma mercadoria a ser vendida e também devem competir entre si como fazem as empresas. Internamente as cidades devem ser pensadas como uma pátria, desenvolvendo o sentimento de patriotismo como forma de buscar o consenso e eliminar os conflitos internos. Esta tendência implica na apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e das condições de exercício da cidadania, que, para Vainer (2001, p. 101), significa a negação da *polis como espaço do encontro e confronto entre cidadãos*.

A abordagem regionalista, segundo Klink (2001, p. 22), ressalta a re-territorialização econômica, o desenvolvimento endógeno pautado por um ambiente inovador e a formação de redes horizontalizadas, com a concentração da maior parte possível da cadeia produtiva em uma mesma região, objetivando as economias de aglomeração e evitando a formação de estrangulamentos decorrentes da dependência externa.

Klink (2001, p. 22) entende a re-territorialização como:

um processo que garanta certas condições econômicas, políticas, sociais e culturais que concentram espacialmente num determinado local. Essas condições proporcionam uma especificidade do local (...) que não podem ser substituídas de imediato através das estratégias locacionais das empresas transnacionais, ao menos não sem substanciais custos transnacionais

O desenvolvimento endógeno é concebido a partir de fatores internos relacionados ao capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e não somente os tradicionais fatores de produção (terra, capital e trabalho). Trata-se de uma concepção de desenvolvimento composta de duas dimensões que se entrecruzam: a econômica e a sociocultural. A dimensão econômica refere-se à forma como os atores econômicos se organizam e a dimensão sociocultural refere-se às formas de articulação cívica de uma sociedade. Mais que os tradicionais fatores econômicos, a capacidade de cooperação entre os agentes locais se constitui no principal agente de desenvolvimento. O capital social que se manifesta nas formas de organização social, como confiança, normas e sistemas, torna-se importante para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações (Putnam, 2002). Para este autor, a confiança que se forma e se mantém mediante regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica são elementos fundamentais na composição do capital social. A reciprocidade, segundo Putnam (2002), divide-se em duas espécies: a balanceada que consiste em trocas de igual valor; e a generalizada, cujas relações de troca que ocorrem cotidianamente, embora possam apresentar algum desequilíbrio, constituem-se em expectativas de retribuições futuras.

Da mesma forma que a reciprocidade, o sistema de participação cívica também é um importante componente do capital social. A prática da participação cívica, para este autor, desenvolve a cooperação entre os cidadãos uma vez que

aumenta os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual, promove sólidas regras de reciprocidade, facilita a comunicação e melhora o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos e corporifica o êxito alcançado em colaborações anteriores, criando assim um modelo culturalmente definido para futuras colaborações (PUTNAM, 2002, p. 183).

Putnam realizou um estudo na Itália, a partir da descentralização administrativa adotada em 1970, quando foram estabelecidos governos regionais. Os limites dos novos governos correspondiam em grande parte aos territórios de regiões históricas da península e novas instituições foram criadas em cada região, a partir do nada. Este autor queria saber como as instituições se desenvolveram e se adaptaram ao seu meio social diante desta reforma administrativa. De acordo com Putnam (2002, p.190-191), a Região Norte, por possuir vínculos cívicos horizontais, obteve níveis de desempenho econômico e institucional mais elevados do que o Sul, onde as relações políticas e sociais estruturam-se verticalmente.

Os estudos deste autor conduzem à conclusão de que o desempenho institucional é moldado pelo contexto social em que as instituições atuam. E que o grande contraste histórico-social e econômico entre o Norte e o Sul da Itália propiciou ao Norte um melhor desempenho institucional que ao Sul. Suas análises contribuem para demonstrar as diferenças de desenvolvimento econômico e institucional a partir da influência cultural, histórica e do capital social de cada região. O capital social torna-se um elemento fundamental no desenvolvimento endógeno, na medida em que se compõe de uma sociedade organizada em laços horizontais de cooperação e confiança.

Outro elemento importante no desenvolvimento, destacado pela vertente regionalista, são os processos de inovação. A inovação é inerente ao sistema capitalista, constituindo-se como elemento alavancador de novos ciclos de prosperidade, podendo ser classificada como radical ou de caráter incremental. As inovações radicais ocorrem quando há impacto sobre os ciclos econômicos e as incrementais são de pequena monta que melhoram produtos ou processos (CASTILHOS, 2001, p. 133; LASTRES, 1999, p.124). Segundo Joseph Schumpeter, *os longos ciclos do capitalismo estão submetidos à lógica da 'destruição criadora' embutida na inovação* (SCHUMPETER apud CASTILHOS, 2000, p. 133). Schumpeter (apud CASTILHOS, 2000, p. 133) entendia a inovação como fruto do pioneirismo de um empresário que, aos poucos, era imitado por outros. Dessa forma o envelhecimento das tecnologias levaria o sistema econômico a uma estagnação econômica que se recuperaria a partir de um novo ciclo de inovação. De fato as grandes inovações tecnológicas, tais como a que deu início à mecanização (1770/80 a 1830/40); a força a vapor (1830/40 a 1880/90); a energia elétrica, engenharia pesada (1880-90 a 1920/30); o fordismo (1920-30 a 1970/80); e a microeletrônica, iniciada em 1970 (LASTRES, 1999, p. 34) foram preponderantes para os novos ciclos de desenvolvimento econômico. Ressalte-se que estes ciclos inovativos tornam-se complexos, uma vez que as novas tecnologias passam a exigir novos processos organizacionais de trabalho e gestão da produção que, por sua vez, podem conduzir a um novo regime de acumulação capitalista.

No contexto da reestruturação produtiva, a capacidade de inovação deve ser analisada à luz do conceito do neo-schumpeteriano inglês Dosi¹, que a define como a busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos produtos, processos e novas técnicas organizacionais (apud LEMOS, 1999, p. 126). Diferentemente da concepção

¹ Linha de investigação surgida após Schumpeter que estuda os laços de coerência existentes em cada momento histórico entre as inovações, que fundamentam a emergência de um conjunto de novas técnicas e de novos sistemas econômicos. (CASTILHOS, 2000, p. 134)

schumpeteriana, que considerava a inovação como um ato individual, os neo-schumpeterianos a entendem como um processo coletivo, fruto de interações entre um conjunto de organizações como a iniciativa privada, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisa, poder público, agências financiadoras e de fomento ao desenvolvimento (LEMOS, 1999).

Tendo em vista a desconcentração da produção ocorrida a partir das novas tendências organizacionais, a abordagem neo-schumpeteriana torna-se relevante, uma vez que a eficiência deve ser buscada não de forma isolada em cada empresa, como na era fordista, mas no conjunto de empresas que integram a cadeia produtiva. Em geral, as redes produtivas horizontalizadas criam um ambiente inovador na medida em que seus membros trocam experiências entre si, possibilitando a construção de um conhecimento que antes permanecia implícito a cada empresa.

A concepção de que a inovação ocorre em um processo interativo reforça o conceito de sistema nacional de inovação, que tem por base a idéia de que os atores econômicos e sociais e as relações entre eles determinam em grande medida a capacidade de aprendizado e de adaptação de um país às mudanças do ambiente (LEMOS, 1999, p.138). Transpondo o conceito de sistema nacional de inovação para a esfera local, pode-se verificar que o desenvolvimento é processado por fatores endógenos, envolvendo o contexto institucional e cultural, criando formas de cooperação e interação entre os atores. Esta concepção rompe com a idéia de um desenvolvimento exógeno, desvinculado dos processos sócio-econômicos e culturais, porém ligado a um ambiente inovador criado mediante formas de cooperação entre as empresas e de um apoio institucional obtido.

Neste sentido as atuais transformações políticas, econômicas e sociais podem produzir tanto as formas de desenvolvimento fundadas em uma desterritorialização de empresas, fragmentando o território e precarizando o trabalho, como processos fundados em forças endógenas, em movimentos de re-territorialização que criam novas formas de cooperação produtiva, articulando as micro e pequenas empresas.

Lipietz (1996, p. 11) entende que, apesar do poder econômico do grande capital, é o poder local que determina sua forma de inserção no mundo globalizado. Esta inserção pode ser de forma aleatória, liberal e subordinada ou, ao contrário, negociada: é o comportamento da reestruturação produtiva de uma sociedade local, seus conflitos, seus compromissos, seus coletivos, que determinam a possível inserção num mundo globalizado.

Alguns autores mesclam elementos globalistas e regionalistas para fazer propostas de desenvolvimento local no Brasil. É o caso de Dias Coelho (1996) que, entendendo a sociedade organizada em redes, procura delinear estratégias e políticas públicas de

desenvolvimento local diante da reestruturação econômica. Este autor defende a idéia do planejamento regional a partir da construção de redes, onde cada lugar goza de relativa capacidade de se interligar a outros pontos no espaço, através de uma ação empreendedora de segmentos da sociedade organizada, buscando promover o desenvolvimento local, gerando emprego e renda.

Procurando compreender o novo papel dos municípios em um contexto de crise do padrão fordista de acumulação e do advento dos novos processos organizacionais baseados na flexibilização, Dias Coelho (1996) afirma que o município se potencializa para ser o agente capaz de fazer a integração local/global a partir da construção de redes, da articulação local de fornecedores, de pontos nodais de fluxo de informação.

Para este autor, as aglomerações produtivas que se formam no atual contexto de reestruturação econômica, dependem do apoio do poder local. Neste sentido, os governos municipais deixam de atuar de forma interventora, como na era fordista, para desempenhar o papel de empreendedores *capazes de gerar parcerias com os diversos segmentos sociais*. Dias Coelho (1996) defende a construção da cidadania articulada a forças econômicas sociais locais e regionais e a formação de fóruns que colaborem para a construção de um pacto territorial democrático. Isso pode ser interpretado tanto como uma forma de sucumbir a cidadania as forças do capital ou como de formação de uma virtude cívica, admitindo-se os conflitos e desigualdades. Apesar de predominar uma visão semelhante à vertente globalista, as idéias de Dias Coelho (1996) possuem elementos de um desenvolvimento endógeno. Ao mesmo tempo em que concorda com uma fragmentação do Estado-nação, ao afirmar que se deve pensar a região como se pensa um país, afirma a necessidade de elaboração de estratégias espaciais regionais no sentido de contrapor aos efeitos perversos da globalização como no caso da ação predatória dos recursos naturais. Dias Coelho (1996) aponta para a necessidade de articulação de atores políticos que podem orientar a formação de redes e reorganização territorial e de globalização. Cita como principais atores neste processo as grandes empresas, o mercado informal que deve ser fomentado na forma associativista e integrada ao desenvolvimento local; e por último as associações empresariais e de segmentos organizados da sociedade que também se constituem como atores políticos que contribuem para a democratização da esfera pública. Ressalta que o poder local possui melhor competência para a promoção do desenvolvimento devido à maior proximidade da população e da economia local que outras instâncias superiores.

Alguns estudos têm procurado compreender o desenvolvimento local, à luz do novo regionalismo. Um exemplo é Klink (2001) que aponta a região do ABCD paulista como um

espaço de experiência característica da vertente regionalista. Trata-se de uma região cuja organização social propicia uma forte atuação política, especialmente o movimento operário que desempenhou importante papel na redemocratização do país no final da década de 1970. Segundo este autor, a partir da década de 1990, seus atores locais, especialmente os sindicatos, souberam construir relações de cooperação extremamente politizadas que contribuíram para estabelecer uma governança regional pautada por parcerias e cooperação desenvolvendo projetos como o Consórcio Intermunicipal, a câmara regional, o Fórum e a Agência Regional. O resultado deste trabalho propiciou uma re-territorialização do desenvolvimento local.

Os estudos de Neves e Carvalho Neto (2002) indicam que situação inversa ocorreu em Juíz de Fora-MG, a partir da instalação da fábrica da Mercedes-Benz nesta cidade. Estes autores ressaltam a importância da organização e cooperação entre os atores locais para o estabelecimento de uma boa governança que, por sua vez, é necessária para a viabilidade de políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a geração de emprego e renda. Segundo Neves e Carvalho Neto (2002), a baixa organização dos atores sociais e a recusa da empresa em reconhecer a estabilidade de representantes de trabalhadores e negociar aspectos relacionados ao processo de trabalho prejudicaram a construção de formas cooperativas para *além dos muros da fábrica*, dificultando o estabelecimento de uma governança local.

O principal ator do desenvolvimento, no contexto da reestruturação produtiva, é o governo local. Este exerce papel relevante na elaboração de programas de geração de emprego e renda, face às crescentes reduções de postos de trabalho causadas pelos processos de desindustrialização, inovações de caráter tecnológico e de natureza organizacional. A elevação das taxas de desemprego, por sua vez, aumenta a situação de miserabilidade de massas de trabalhadores urbanos e eleva a violência.

Dowbor (1996) entende que o poder local possui dificuldades por ser restrito seu poder de intervenção diante das forças econômicas globais e da falta de recursos para investimentos. Mas afirma que o processo de democratização contribui para que os governos locais rompam com os circuitos fechados de acumulação, gerando emprego e renda. Para este autor as políticas de geração de emprego e renda devem fundamentar-se em um projeto de desenvolvimento baseado na realidade local, promovendo a expansão da cidadania e redistribuição social do trabalho. O governo local deve atuar como um dos principais atores neste processo, sendo um articulador e facilitador das ações locais de desenvolvimento. Contudo, entende que esta ação não deve ser monopolizada pelo poder público, uma vez que a eficácia será maior quando o projeto for apropriado pela sociedade.

Este autor apresenta diferentes possibilidades de atuação local para se promover o desenvolvimento. Sob o aspecto das condições ambientais sugere a criação do crédito comunitário; o enfrentamento dos círculos fechados da acumulação, como exemplo a eliminação dos intermediários entre produtor e consumidor urbano; um melhor aproveitamento da infra-estrutura física; a elaboração de uma política de enfrentamento da economia ilegal (tráfico de drogas, roubos de carros etc.); e a desburocratização no sentido de simplificar procedimentos administrativos que obstaculizam o desenvolvimento. Além de políticas públicas na esfera da formação profissional e da intervenção em setores com capacidade de gerar empregos, este autor afirma que se deve incentivar às novas formas de organização da produção, valorizando a iniciativa comunitária e as formas de produção cooperativadas, promovendo orientação e controle para uma boa organização dessas atividades. Este autor entende que o desenvolvimento local deve estar articulado com atores e dinâmicas externas e cita como exemplo o estabelecimento de canais de distribuição em locais estratégicos tais como os grandes centros comerciais urbanos.

Dowbor (1996) afirma que, para promover o desenvolvimento local, é necessário ainda mobilização das capacidades locais e novas parcerias entre o público e o privado. Ressalta também a necessidade de elaboração de diagnósticos aprofundados, visando obter informações para o planejamento e condução de ações locais de desenvolvimento.

Lipietz (1996, p.11) entende que uma estratégia de desenvolvimento local deve conter políticas de formação profissional de peso, bem como instrumentos de articulação e fomento das empresas como centros de pesquisas tecnológicas, centros de aconselhamento de gestão e design, feiras, serviços de informática e telemática. Ressalta também a importância de propiciar uma qualidade de vida ambiental atrativa para as empresas, os executivos e os trabalhadores qualificados.

Silveira et al (2002, p. 245) entendem que

o apoio ao desenvolvimento local pode ser visto como uma importante inflexão na trajetória dos experimentos voltados para a reversão das dinâmicas geradoras de exclusão social, que marcaram a década de 90. Mais amplamente, liga-se a tendências e oportunidades geradas no processo de globalização, reestruturação produtiva e crise nos padrões de desenvolvimento(...)

Estes autores apresentam algumas práticas bem sucedidas de implementação de experimentos localizados, como a elaboração de diagnósticos para identificação de problemas

e potencialidades locais, envolvendo a população interessada na condução das ações. Enfatizam o desenvolvimento de um ambiente inovador através formas de cooperação como a articulação de diversos atores sociais na formação de um capital social, a criação de novos espaços de interlocução no sentido de projeção pública do capital social e produção de articulações intra-estatais e estado-sociedade, bem como a elaboração de projetos intersetoriais.

Estas práticas não só ampliam a participação popular como também abrem espaços para inversão de prioridades e favorecimento de camadas mais excluídas. A exclusão social tende a se agravar diante dos processos de reestruturação produtiva, pelo fato de reduzir o número de trabalhadores formais e exigir novas competências profissionais de difícil acesso pelas camadas mais pobres da população. Dessa forma, as políticas públicas devem contemplar as populações marginalizadas que, em geral, criam novas formas de sobrevivência, através pequenos negócios, mas, muitas vezes, enveredam-se para os becos da informalidade e até da economia ilegal.

Os pequenos empreendimentos têm aumentado no atual contexto de reestruturação produtiva. Contudo, seu crescimento ocorre sem a formulação de políticas públicas de apoio. A importância dos pequenos empreendimentos não está na arrecadação tributária mas na geração de trabalho e renda que, sob um aspecto geral, evita a instabilidade social. Estas atividades encontram espaços em torno de grandes empresas, nos processos de terceirização e também nas lacunas deixadas pela transição da produção em massa para a diversificação produtiva. Neste caso, um pequeno negócio pode encontrar seu nicho de mercado, com a vantagem de ser mais flexível e adaptável às oscilações de demanda, tendo em vista a produção em pequena escala. As experiências internacionais e mesmo do Brasil têm indicado que os pequenos empreendimentos possuem maiores condições de desenvolvimento, quando ordenados horizontalmente em elos de uma cadeia produtiva, concentrados em uma mesma espacialidade geográfica.

2.4.As PME's no contexto do desenvolvimento local – a formação de redes de empresas

Tanto a grande como a pequena empresa exercem um papel relevante no desenvolvimento econômico local. Contudo, uma localidade, cuja base econômica é

dependente de uma ou poucas grandes empresas, torna-se vulnerável tanto pelas tendências a novos processos organizacionais e tecnológicos poupadores de mão-de-obra quanto por suas possibilidades de transferências para outros lugares com menores custos operacionais.

Para Urani (2002, p. 9), *na era das megafusões, os territórios que se mostram capazes de gerar mais empregos são aqueles que têm sua base produtiva enraizada na micro e pequena empresa.*

Na era fordista, a PME sempre foi relegada a segundo plano, sendo vista como um espaço de sonegação fiscal e atraso econômico. Já a grande empresa recebia e recebe todos os incentivos para sua instalação, sendo desconsiderados seus efeitos predatórios sobre o espaço urbano. A própria idéia da produção em massa reduzia o papel das micro, pequenas e médias empresas e devido à falta de políticas públicas, muitas cresciam na informalidade, fenômeno que ainda prevalece. Para Silva (2002, p.265), o processo de industrialização implantado no Brasil não foi capaz de promover um *círculo virtuoso entre o desenvolvimento econômico e constituição do Welfare, com reais capacidades para universalizar as vantagens sociais dessa profunda transformação.* E a economia informal foi um mecanismo de sobrevivência para a população que não teve acesso a um emprego formal. Atualmente, ainda que a produção em massa persista em vários setores, a grande empresa não gera tantos empregos quanto no passado, quando sua base tecnológica não se fundava na microeletrônica e em processos flexíveis. Neste contexto, as atenções voltam-se para as PME's por seu potencial de geração de emprego e renda.

La Rovere (1999, p. 145-163) afirma que as PME's possuem vantagens comportamentais relacionadas à sua maior flexibilidade e capacidade de adaptação às mudanças no mercado, podendo operar nichos e respondendo mais rápido às mudanças e adaptações de mercado. Contudo, falta-lhes o potencial inovador, o crédito é menos favorável e menor seu acesso à tecnologia. Neste sentido as políticas de apoio às PME's devem centrar-se no estímulo à inovação, visando torná-las mais competitivas. Este autor afirma que a capacidade de inovação das PME's relaciona-se com o sistema de inovação da região, cujo desempenho depende da articulação entre empresas, associações patronais, comerciais e de classe, centros de ensino e pesquisa, instituições financeiras e órgãos de política.

Um estudo de Bagnasco (2002, p. 33-43) acerca do desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa, analisou o contexto econômico, cultural e institucional de surgimento das PME's na Itália. Embora se trate de país com uma grande especificidade sociocultural, suas análises podem ser pertinentes para uma reflexão das PME's no Brasil. Para este autor, o ressurgimento das PME's na Itália ocorreu sem que houvesse um projeto

político nacional ou local de promoção das mesmas. Sob o aspecto econômico e cultural, entende que as PME's podem ser o reflexo de reações contra o trabalho estandardizado, sem qualificação e desprovido de sentido da grande empresa; da transição do consumo em massa para o consumo diversificado que valoriza a diferenciação; e do processo de flexibilização do uso da mão-de-obra. Por outro lado, afirma que as inovações tecnológicas foram importantes no sentido de possibilitar a utilização de técnicas modernas em pequena escala. Este autor quer saber por que algumas regiões desenvolveram mais as PME's que outras. As respostas remontaram aos fatores culturais e sociais, tendo suas pesquisas indicado que as cidades italianas de pequeno e médio porte receberam pessoas de um meio rural auto-suficiente, de formação polivalente, com certa autonomia, mobilidade e algum capital que permitiram ao atendimento de um perfil típico do pequeno empreendedor. Estes requisitos se caracterizam por uma capacidade de gestão, qualificação técnica, confiança recíproca e bom clima social. Porém, Bagnasco (2002) entende que tais requisitos ocorreram em determinados contextos sociais e culturais que não se perpetuam. Dessa forma, as políticas públicas são importantes para que os sistemas de PME's se consolidem e também para que se promova este sistema de desenvolvimento em regiões menos favorecidas.

Sob o aspecto da articulação das PME's em formas cooperativas, Marshall (apud Klink, 2001), ao estudar os antigos distritos industriais, aponta três condições necessárias para o desenvolvimento de aglomerações produtivas. A primeira condição refere-se à formação de uma mão-de-obra qualificada no contexto da aglomeração, o que proporciona menores custos de contratação, treinamento e aumento da produtividade; em segundo lugar, cita a formação de um amplo mercado consumidor; e, por último, o desenvolvimento de inovações que são internalizadas e difundidas entre as empresas da aglomeração, proporcionando uma rede de conhecimentos. Segundo Klink (2001), as políticas de desenvolvimento, inspiradas na vertente regionalista, que enfocam a re-territorialização, ou seja, a concentração espacial de condições econômicas, políticas, sociais e culturais, devem fazer uma refinada combinação destas condições, visando ao fortalecimento das PME's no contexto do desenvolvimento local.

Em geral, as políticas de apoio às PME's concentram-se na qualificação de mão-de-obra e suporte à sua abertura, como fazem os programas de incubadoras de negócios. Contudo, este procedimento tem sido insuficiente, tendo em vista o elevado grau de falência precoce de pequenos empreendimentos. Quando o apoio à abertura de PME's é canalizado para uma concentração produtiva presente na localidade, esta tende a encontrar maiores facilidades, tais como proximidades de clientes e fornecedores, mão-de-obra qualificada e

instituições de apoio. O próprio processo de formulação de políticas públicas produz melhores resultados quando atua em uma concentração produtiva especializada.

No contexto da reestruturação produtiva, desenvolveram-se, em certas localidades, aglomerações produtivas que se constituíram de pequenos empreendimentos articulados entre si, obtendo vantagens da concentração espacial e uma eficiência coletiva, proporcionando aos diversos atores locais um papel fundamental em sua articulação. Scoth afirma que

essas aglomerações se formam a partir de redes compactas de inter-relações transacionais que vão se constituindo à medida que se aprofunda a divisão social do trabalho e à medida que grupos específicos de produtores são obrigados a interagir entre eles de maneira intensa e multiforme. (SCOTH apud BODDY, 1990, p. 47)

Estas concentrações, cuja maior referência encontra-se na Itália, vêm sendo definidas como distritos industriais em referência às aglomerações produtivas localizadas na Inglaterra do século XVIII e XIX, nas regiões de Sheffield e Lancashire. Alfred Marshall (apud XAVIER SOBRINHO, 2001, p.56), estudioso destes distritos, observou que os mesmos desenvolviam diversas formas de cooperação, obtendo vantagens da concentração espacial.

Courlet (apud XAVIER SOBRINHO, 2000, p.57) define os atuais distritos industriais, destacando a interação entre diversas firmas, decorrentes da desconcentração produtiva, como *um conjunto de empresas – de pequenas dimensões e que constituem partes interdependentes de um mesmo processo de produção – que interage como uma comunidade de pessoas*

Becattini (2002, p.49) descreve o distrito industrial, enfatizando suas relações horizontalizadas entre empresas, sob o controle do mercado e da comunidade:

(...)um grande complexo produtivo, onde a coordenação das diferentes fases e o controle da regularidade de seu funcionamento não dependem de regras preestabelecidas e de mecanismos hierárquicos (como é o caso da grande empresa privada ou nas grandes empresas públicas de tipo soviético), mas, ao contrário, são submetidos, ao mesmo tempo, ao jogo automático do mercado e a um sistema de sanções sociais aplicado pela comunidade.

Compreender a estrutura e funcionamento dos distritos industriais é importante porque eles apontam para uma alternativa bem sucedida de reestruturação produtiva, apresentando boas perspectivas de desenvolvimento, vinculando participação e distribuição de renda.

As micro e pequenas empresas têm crescido nos últimos tempos em decorrência de processos de terceirização, como alternativa de geração de renda diante da redução de postos de trabalho e por estarem encontrando seu espaço no processo de transição da produção em massa para a produção flexível. Contudo, este segmento empresarial, quando atua isoladamente, tem poucas chances de sucesso. Em geral os custos de inovação, tecnologias e treinamento de mão-de-obra são elevados e somente acessíveis às grandes empresas. Quando as micro e pequenas empresas conseguem articular-se com outras do mesmo porte, podem dividir custos não suportáveis por uma única empresa. Neste sentido a organização deste segmento empresarial torna-se uma alternativa para sua sobrevivência, ou seja, as PME's podem se tornar "grandes" se agirem coletivamente. No Brasil a organização PME's está assumindo a forma de arranjos produtivos locais (APL's), que procuram articular empresas, universidades, sindicatos e poder público, dentre outros atores, buscando estabelecer formas de parcerias e cooperação que visem ao desenvolvimento da aglomeração produtiva.

Em geral, as estratégias de ação de uma aglomeração podem se constituir pela via inferior ou superior. A primeira forma consiste em buscar a competitividade pelo baixo custo, principalmente de mão-de-obra. E a segunda via ocorre através da eficiência, inovação e valorização da mão-de-obra através de qualificação, polivalência e boa remuneração (SENGBERGER; PIKE, 2002, p. 115).

Os distritos industriais não são uma simples concentração de empresas do mesmo ramo, nem mesmo um conjunto de empresas diferentes. A peculiaridade dos distritos industriais está em sua organização que consiste em articular empresas de um mesmo setor em redes. A proximidade das empresas é um elemento importante na medida em que promove formas de cooperação através da difusão de idéias, técnicas e inovações que são necessárias neste contexto de acirrada competitividade. O apoio institucional que se manifesta nas facilidades de abertura de novas empresas, acesso ao capital, instalações e conhecimento também são características presentes nos distritos industriais. Outro traço marcante refere-se à flexibilidade da produção, à mão-de-obra qualificada e à confiança presente entre os atores do distrito industrial.

Os clusters apresentam algumas diferenças em relação aos distritos industriais, conforme afirma Silva (2002, p. 259-260):

O cluster define a aglomeração espacial de um conjunto de micro, pequenas e médias empresas relativamente especializadas, qualificando apenas as relações de proximidade que podem favorecer as sinergias e/ou tecnologias entre elas; a noção

de “distrito”, pelo contrário, dá conta de uma configuração econômica, social e institucional específica dessa aglomeração: a rede de empresas.

Em geral, os distritos industriais mais desenvolvidos possuem características como: flexibilidade, caracterizada pela formação de redes de empresas articuladas horizontalmente, o que proporciona maior flexibilidade ao processo produtivo; capacidade de inovação que é alcançada através de um sistema de competição e ao mesmo tempo de cooperação; articulação institucional que garante o bom desempenho do distrito, através do crédito, treinamento de mão-de-obra, serviços tecnológicos e circulação de informação; relações de trabalho pautadas por uma mobilidade social e funcional que, segundo Piore e Sabel (apud XAVIER SOBRINHO, 2001, p.59), é a parte da dinâmica do sistema, através da qual o empreendedor de hoje pode ser o assalariado de amanhã e vice-versa.

Piore e Sabel resgatam os estudos de Alfred Marshall sobre os distritos industriais para delinear, na contemporaneidade, um modelo produtivo não mais fundado na produção em massa e sim na produção em pequenos lotes, conjugando o trabalho artesanal com máquinas de tecnologia de múltiplos propósitos, capazes de se adaptarem às alterações de produção e de demanda. Esta forma de produção é chamada por estes autores de especialização flexível, tendo sido apresentada como uma alternativa ao fordismo que é considerado rígido e dispendioso para um mercado saturado (apud XAVIER SOBRINHO, 2000, p. 83). São as economias de escopo, ou seja, produção de bens para mercados pequenos ou segmentados em oposição às economias de escala. Para estes autores, trata-se do retorno do sistema de produção em pequena escala que precedeu à produção em massa, diferenciando-se pela conjugação de tecnologia e processos artesanais. As inovações no campo da microeletrônica permitem a mudança de escopo produtivo a partir de simples alterações de programas, possibilitando a produção para setores especializados do mercado. Suas diferenças em relação ao fordismo fundam-se na capacidade de mudar o escopo da produção sem maiores transtornos.

Piore e Sabel (apud KUMAR, 1997, p.56) consideram que as transformações atuais equivalem a uma segunda divisão industrial comparável com as transformações do final do século XIX que conduziram à produção em massa. Para estes autores (apud KUMAR, 1997,

p. 60), o computador é a ferramenta que restabelece ao homem o controle sobre o processo de produção, e a especialização flexível representa a restauração da “democracia dos pequenos proprietários” existente na produção artesanal do século XIX.

Segundo Piore e Sabel (apud XAVIER SOBRINHO, 2001, p. 84), a versão contemporânea destes distritos é a Terceira Itália, cuja aglomeração produtiva é formada por *núcleos de pequenas empresas mais ou menos simétricas, constituindo uma complexa rede de competição e cooperação sem que nenhuma seja dominante*. Neste caso, a especialização flexível permite o renascimento das pequenas empresas que se articulam em redes. Contudo, os distritos industriais caracterizados como especialização flexível não são uma exclusividade italiana, constituindo-se em várias localidades, sendo famosos também o Vale do Silício na Califórnia e os distritos de alta tecnologia de Boston.

A especialização flexível tende a favorecer as aglomerações espaciais, devido à necessidade de concentração da cadeia produtiva em uma mesma localidade. Dessa forma, os arranjos produtivos locais e os clusters podem ser considerados como produto da especialização flexível pelo fato desta se ordenar de forma mais adequada em aglomerações espaciais. Os clusters e os arranjos produtivos mais organizados criam novas formas de regulação mediante um arranjo institucional, formas de cooperação e inovações tecnológicas que propiciam uma re-territorialização do desenvolvimento.

De acordo com Silva (2002, p. 269), estimular a formação de distritos industriais, no Brasil, significa tirar a informalidade de sua forma defensiva. Os estímulos a essa forma de organização têm sido realizados pelo SEBRAE e SENAI, cujas atividades têm priorizado a valorização das PME's, conforme será analisado no capítulo 3. Suas sugestões para estimular os distritos consistem em: estimular os empreendimentos coletivos, centrar o trabalho nas redes e não na empresa individual, valorizar o território em que se opera a formação do distrito e a formulação de políticas transversais que procuram envolver atores públicos e privados tais como governos, municipais, estaduais, instituições de apoio técnico à atividade produtiva, empresas públicas, ONG's, instituições financeiras, associações de empresários e produtores locais, grandes empresas nacionais nas iniciativas de mobilização produtiva dos territórios.

2.5. Os distritos industriais da Terceira Itália e do Vale do Silício

A Terceira Itália localiza-se na parte central e nordeste da Itália e sua designação se deve à necessidade de destacá-la do Norte desenvolvido – Primeira Itália – e Sul atrasado – Segunda Itália – (COCCO et al, 2002, p. 13). É composta pelas regiões do Vêneto, Trentino, Friuli-Venezia, Giulia, Emília-Romagna, Toscana, Marche e parte da Lombardia. Este conjunto de regiões faz parte da macrorregião européia chamada Área de Desenvolvimento do Arco Alpino, juntamente com Rhone-Alpes na França, Baden-Wurtemberg e Baviera na Alemanha, Suíça e Áustria (GURISATTI, 2002, p.77).

Esta região tem sido considerada como um modelo de especialização flexível e como o paradigma contemporâneo dos distritos industriais estudados por Alfred Marshall, sendo apresentada como opção pós-fordista bem sucedida, com forte organização de redes de pequenas e médias empresas. Conforme os critérios adotados, há, nesta região, cerca de 60 a 100 distritos industriais (BECATTINI, apud SILVA, 2002, p. 38). A FIG. 1 apresenta o mapa da Itália com a localização dos distritos industriais.

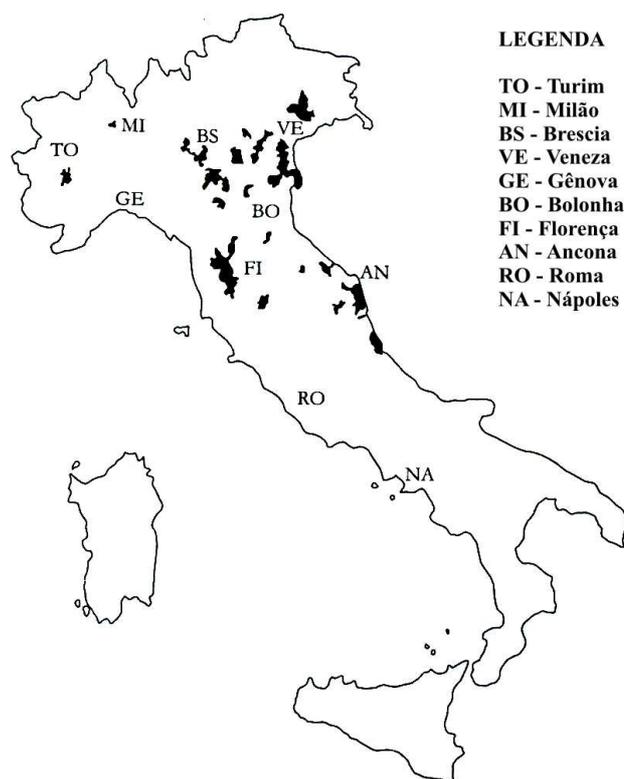


FIGURA 1 – Mapa da Itália com a localização dos distritos industriais.
Fonte: BECATTINI, 2002.

A região é composta por setores tradicionais de baixa exigência tecnológica como vestuário, móveis, calçados e produtos para decoração (GURISATTI, 2002, p. 77-99). Possui uma boa oferta de bens e serviços públicos necessários às atividades industriais e conta ainda com um acúmulo de saber prático que é disseminado entre as empresas através de diversas formas de cooperação. As estratégias administrativas não ocorrem apenas no âmbito interno das empresas mas também em seu contexto externo por meio de uma forma de governança ou planejamento organizativo que procura intervir de forma sistemática nas características de uma região de forma não hierárquica, servindo como guia para os diversos operadores-empresários, baseando-se em uma mistura de cooperação e competição, público e privado; em um comprometimento dos atores; na divisão dos lucros; no trabalho com objetivos determinados e na autonomia de cada unidade (GURISATTI, 2002p. 82). Warglien e Levinthal (apud GURISATTI, 2002, p. 82) definem esta governança como planejamento da paisagem ou do contexto exterior à atividade produtiva. Neste sentido o território deixa de ser um pano-de-fundo das operações para desenvolver uma função integradora.

Vários pesquisadores têm buscado estudá-la com o objetivo de compreender seus aspectos generalizáveis e que podem ser transplantados para outras localidades como alternativa de geração de emprego e renda, bem como modelo de organização de novas formas de regulação em substituição ao modelo fordista. O sucesso da organização em rede

nos distritos italianos implicou em uma concentração de empresas do mesmo ramo industrial, com uma divisão do trabalho entre suas empresas. Esta divisão provoca simultaneamente concorrência e reciprocidade entre essas firmas. Elas trocam entre si máquinas, operários. Há práticas de lealdade e reciprocidade entre gerentes e contratados e parcerias entre associações empresariais, sindicatos de trabalhadores, poder público e sistema de ensino (LIPIETZ, 1996, p.15).

Contudo, não há um consenso a respeito dos distritos industriais italianos representarem uma resposta bem sucedida à crise para o conjunto dos segmentos sociais. Conforme afirma Kumar (1997, p. 52), alguns críticos entendem este processo como uma forma do capital escapar-se da organização dos trabalhadores. Estes críticos, segundo Kumar (1997), procuram relacionar o desenvolvimento das pequenas empresas italianas, ocorrido a partir de 1970, aos processos de descentralização da produção por parte das grandes empresas, em resposta às grandes greves ocorridas neste período. Por outro lado, a legislação italiana, nesta época, isentou as empresas que possuíam menos de 20 empregados da obrigatoriedade de formar os conselhos de fábrica e de conceder estabilidade no emprego para os trabalhadores que participavam do conselho.

Porém, apesar de muitas pequenas empresas terem se constituído no processo de desconcentração produtiva, os laços de dependência foram rompidos através da diversificação de clientes e de atividades (SABEL, apud KUMAR, 1997, p. 53).

Corò (2002, p.147-197) analisa a formação de distritos industriais a partir das PME's, ressaltando sua importância em um momento em que as grandes empresas têm apresentado consideráveis reduções de postos de trabalho. As PME's, quando atuam de forma isolada, não possuem condições financeiras para enfrentar os desafios da acirrada competição global, sendo que sua articulação em redes reduz os custos de investimentos que, por sua vez, são distribuídos entre a coletividade. Conforme afirma Corò (2002, p. 154), *a concentração espacial das relações econômicas não favorece apenas uma rede mais densa de interdependência setoriais, mas sobretudo a troca de informações e a harmonia nos objetivos de desenvolvimento*. Para este autor, o sucesso dos distritos industriais italianos é demonstrado por seus resultados, através de um crescente faturamento, abertura internacional e crescimento do nível de empregos.

Para Silva, G. (2002, p. 253-269), trata-se de uma associação entre crescimento econômico, competitividade e desenvolvimento social, cuja especificidade consiste na formação de redes, na forte intervenção do território e do empresário político que atua transversalmente como um cooperador social. Para este autor, as principais características dos

distritos industriais estão na sua capacidade de inovação, difusão de tecnologia e valorização do saber prático, cuja produção flexível permite fácil adaptação ao mercado. São formas produtivas tradicionais articuladas com novos arranjos institucionais da empresa em rede.

Há um consenso entre vários estudiosos dos distritos industriais no sentido de que o território exerce o papel de articulador e integrador das diversas atividades do distrito, além de uma fonte de identidade. Para Becatini (apud CORÓ, 2002, p. 167), o território é uma das possíveis entidades intermediárias que oferecem a cada agente econômico os recursos relacionais que lhes permitem ligar as próprias iniciativas ao sistema global da produção e das trocas. De acordo com Rullani (apud CORÓ, 2002, p. 168), o território é como uma força produtiva. E para Silva (2002, p. 257), a densidade socioinstitucional, a qualidade das infra-estruturas e dos recursos humanos existentes, entre outros atributos territoriais do gênero, é o que viabiliza, nos distritos, o estabelecimento de redes empresariais flexíveis e altamente competitivas. Considerando que em um distrito industrial a ênfase está na organização externa, a relevância do território está em articular informações, instituições de apoio e a infra-estrutura necessária para o distrito industrial.

Sengenberger (2002, p. 101-142) também enfatiza a organização território como a principal característica dos distritos industriais e, por esta razão, entende que não se deve avaliar o desempenho de cada empresa isoladamente, ou seja, a avaliação deve ser realizada sobre o conjunto do distrito. Segundo este autor, é importante estudá-los pelo fato de serem emblemáticos no processo de reestruturação industrial, porque apresentam perspectivas de desenvolvimento e pelo fato de serem modelos organizacionais que vinculam participação e distribuição de renda.

Cocco et al (2002, p. 13-32) entendem os distritos industriais como um modelo de desenvolvimento fundado no território e como uma forma de organização pós-fordista baseada na produção flexível através da articulação de pequenas e médias empresas em redes de cooperação. A concentração de empresas do mesmo ramo industrial permite parcerias entre associações empresariais, sindicatos de trabalhadores, poder público e sistema de ensino. A articulação flexível adotada tem permitido, segundo estes autores, rápidas respostas às flutuações da demanda, bem como maior acessibilidade às novas tecnologias e à entrada de capitais. Gurisatti (2002, p. 87) aponta outras vantagens como o jogo de equipe com maior participação e disseminação das inovações, a necessidade de pouco capital para participar da cadeia, redução de custos entre os participantes e uma distribuição de renda relativamente equivalente. Participar significa cooperar e envolver-se em desafios coletivos.

Ao defenderem a replicabilidade deste modelo de desenvolvimento em outros países, especialmente no Brasil, Cocco *et al* entendem que esta região possui uma especificidade histórico-cultural marcada pela virtude cívica e formação de capital social que não são possíveis de serem transplantados. Citam também experiências semelhantes que estão ocorrendo em outros países, que demonstram que este modelo de desenvolvimento não se refere exclusivamente a uma experiência histórico-espacial específica, mas trata-se de uma alternativa de geração de emprego e renda, diante dos problemas surgidos em decorrência da mudança de regime de acumulação. Estes autores afirmam que nesta experiência é preciso perceber não apenas suas especificidades históricas mas também os elementos paradigmáticos generalizáveis que podem ser aplicados em outros territórios, dentre os quais elegem três eixos fundamentais: a) as relações entre produção e território; b) as relações entre produção e cidadania; e c) as relações entre atores produtivos e o surgimento do empresário político ou “coletivo”.

Nos distritos industriais italianos a ordenação produtiva desloca-se da grande fábrica para o território, trazendo implicações para a cidadania e para o papel desempenhado pelos empresários no processo produtivo. A produção assume o caráter público, uma vez que se fundamenta no território. A cidadania vincula-se ao elemento econômico, eis que ser cidadão é estar inserido no processo produtivo, sendo a construção do espaço público a construção democrática do mercado (COCO ET AL 2002, p. 13-32).

Para Corò (2002, p. 167), o território funciona como um *fator de integração versátil*. Este autor entende que o desenvolvimento real de uma localidade distrital é o resultado de um *acoplamento estrutural*, que significa uma inter-relação entre a estrutura interna de um sistema local e as transformações do cenário econômico global. Afirma ainda que inexistem uma garantia de que este acoplamento estrutural possa perdurar por muito tempo, ou seja, as mudanças nos mercados ou nos produtos podem não ter a resposta das estruturas locais, tais como fragilidades de transferência tecnológica ou insuficiência cognitiva local para garantir a competitividade de suas empresas. Dessa forma, as condições de seu surgimento podem ser perenes, podendo ocorrer novas tendências à concentração econômica, obedecendo a lógica capitalista da concorrência ser superada pelos oligopólios.

Reich e Delors (apud CORÒ, 2002, p. 152) entendem que, embora industriais tenham se destacado na Terceira Itália, os distritos industriais tendem a se constituir mais enquanto uma regra que exceção pelo fato de as atuais formas de produção se caracterizarem pela desconcentração. Dessa forma, a formação de distritos industriais deve se constituir na plataforma institucional mais adequada para o desenvolvimento da economia pós-fordista.

Neste sentido, Coró (2002, p. 147-197) entende também que os distritos industriais devem ser estudados como um conceito geral da teoria econômica, não se constituindo de características específicas e irreplicáveis. Os distritos são formas de desenvolvimento endógeno que foram estimulados por fatores externos relacionados à crise do fordismo e pela elevada competitividade proporcionada pela globalização. Dessa forma, não apenas a Terceira Itália, mas outros distritos têm se destacado, como é o caso do Vale do Silício.

O Vale do Silício localiza-se na Califórnia e caracteriza-se como uma aglomeração de alta tecnologia. A Universidade de Stanford, ao arrendar suas terras a empresas industriais, indiretamente formou, em seu entorno, um complexo de empreendimentos cujas indústrias procuraram na própria universidade o aparato tecnológico de que necessitavam. Estas empresas em um segundo momento passaram por uma reestruturação, buscando maior competitividade, mediante o enxugamento de suas estruturas e terceirizações. Este processo tornou-se bem sucedido na medida em que pôde contar com subcontratados altamente qualificados formados na própria Universidade, tornando-se uma aglomeração de alta tecnologia através de um ambiente favorável às sinergias, inovação e eficiência coletiva (ROSA SILVA, 2004, p. 40).

Outras regiões cujos distritos industriais se destacam são *West Jutland, na Dinamarca, South-West Flanders, na Bélgica, Baden-Wurttemberg, na Alemanha, e a cidade de Thiers, na França.* (SCHMITZ e MUSYCK apud XAVIER SOBRINHO, 2001, p.57). *Todas elas são estimuladas principalmente pelos custos transacionais espacialmente dependentes* (BODDY, 1990, p.46).

As análises desse capítulo enfatizaram a crise do fordismo e a reestruturação produtiva daí advinda. Globalização, redução do papel do Estado e reestruturação produtiva são as marcas destes tempos que conduzem a novas formas de pensar o desenvolvimento local.

A flexibilização e descentralização produtiva permitem novos espaços de atuação para as PME's, mas impõem-lhes necessidades de inovação, diante do acirramento da competitividade. As interações sociais entre as PME's, organizadas através de D.I's ou A.P.L's, apresentam-se como bem sucedida alternativa para este tipo de empresa se desenvolver. Esta forma de organização não beneficia apenas as próprias PME's, mas produz também bons resultados em termos de desenvolvimento local.

A história do desenvolvimento econômico de Divinópolis e suas atuais tendências, especialmente a formação de uma aglomeração de indústrias de confecção, serão analisados no próximo capítulo.

3.DESENVOLVIMENTO LOCAL: IMPACTO DA INDÚSTRIA VESTUÁRIO SOBRE A CIDADE DE DIVINÓPOLIS

Neste capítulo, as análises concentram-se no desenvolvimento da cidade de Divinópolis-MG. Destaca-se a ferrovia como fator de formação da cidade e a siderurgia como indústria que alavancou o desenvolvimento econômico local, fazendo expandir sua população a partir dos anos de 1950.

Ainda que de forma periférica e parcial, o fordismo se instaurou no Brasil, principalmente a partir da década de 1950, quando aqui se instalaram as grandes montadoras de automóveis, acelerando seu processo de urbanização, como não poderia ser diferente, já que a indústria fordista concentra grandes massas de trabalhadores em um mesmo parque industrial.

Já no final dos anos de 1980, quando a população brasileira estava em sua maior parte nas cidades, ocorreu a crise do paradigma fordista de produção. Em um contexto de redução do papel do Estado na economia, de abertura comercial e início de reestruturação produtiva, muitas cidades passaram a vivenciar processos de desindustrialização, mudanças na localização espacial das atividades econômicas e redução dos níveis de emprego. Na ausência de um Estado nacional interventor, o desenvolvimento econômico passou a ser tarefa dos governos municipais, cujas agendas necessariamente deveriam constar políticas de geração de emprego e renda.

A cidade de Divinópolis, embora de porte médio, torna-se emblemática neste sentido, pelo fato de sua industrialização ter ocorrido ao longo dos anos 50 na esteira da indústria fordista, tendo passado pela crise dos anos 80 e atualmente procurar encontrar seu caminho através de novas formas de desenvolvimento. É, portanto, objetivo deste capítulo analisar as transformações por que a cidade passou no campo da economia e do trabalho, procurando verificar a importância da indústria da confecção neste processo.

A indústria de confecção se originou, na cidade, a partir de meados dos anos de 1970 e se expandiu por volta dos anos de 1980, em meio à crise do setor siderúrgico e na contramão dos processos mais gerais de desindustrialização. Neste capítulo, pretende-se verificar sua importância para a cidade, sob o aspecto da diversificação econômica, da geração de emprego e renda e das modificações no perfil da mão-de-obra e da forma de desenvolvimento endógeno que esta pode desencadear.

3.1.História do desenvolvimento econômico de Divinópolis

Divinópolis está localizada no Centro-Oeste de Minas Gerais, a 114km de Belo Horizonte. A FIG. 2 refere-se ao mapa de Minas Gerais com a localização de Divinópolis e Belo Horizonte.

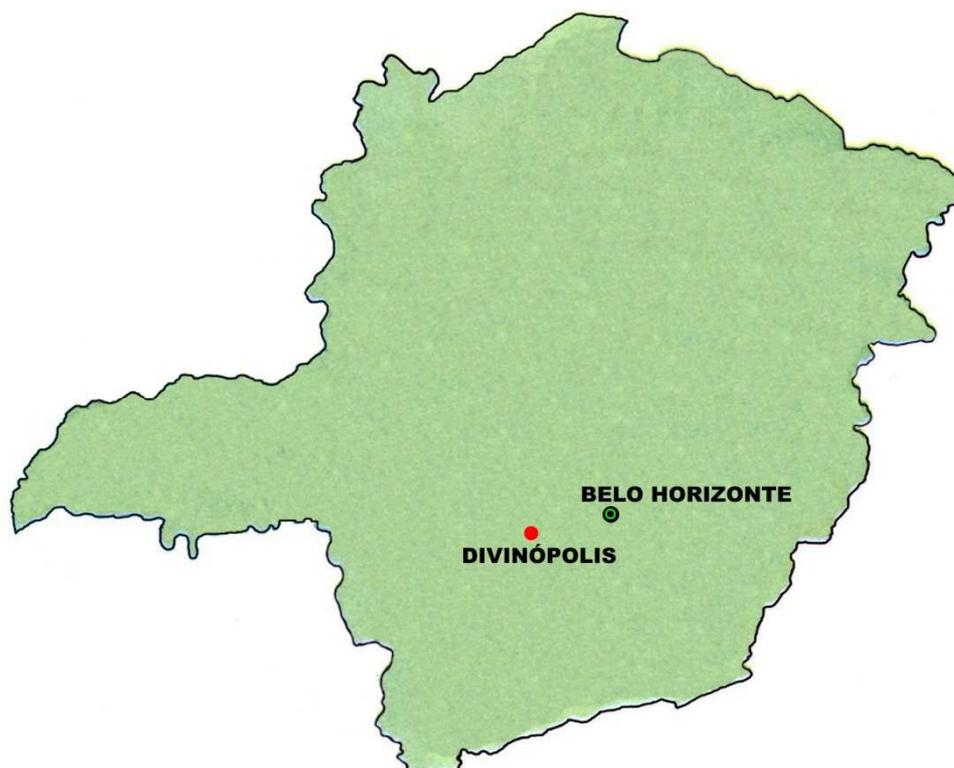


FIGURA 2 – Mapa de Minas Gerais com a localização de Divinópolis e Belo Horizonte.
Fonte: SIMIELLE, 1999 – adaptado por Célia Maria Pedrosa

A região Centro-Oeste é uma das dez macrorregiões de Planejamento de Minas Gerais, conforme divisão feita pela Fundação João Pinheiro, sendo que as demais regiões são: Central, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto Paranaíba, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce.² Por ser o principal centro urbano da região Centro-Oeste, Divinópolis tornou-se sede de órgãos da administração federal e estadual, bem como da administração regional do Alto São Francisco e da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Itapeçerica (AMVI). Os outros centros urbanos da região com

² FIG. 3 – Mapa de Minas Gerais com a divisão das dez regiões de planejamento – ANEXO D.

características intermediárias são: Itaúna, Formiga, Oliveira, Campo Belo, Bom Despacho e Pará de Minas. (A FIG. 4 apresenta o mapa da Região Centro-Oeste de Minas Gerais, com os limites de seus municípios)



FIGURA 4 – Mapa da Região Centro-Oeste de Minas Gerais
Fonte: FIEMG et al, [s.d.]

Em 2005, Divinópolis completou 93 anos de emancipação política, sendo considerada uma cidade de formação recente, se comparada com as demais cidades da região. A participação do município no PIB de Minas Gerais manteve-se na média 1,07% nos últimos anos, sendo o maior do Centro-Oeste, o que é justificado não apenas pelo dinamismo da economia local, mas também pelo vazio industrial que integra uma grande área da região que é ocupada pelo relevo acidentado da Serra da Canastra.³ A área total do município é de 716

³ O Centro-Oeste mineiro é uma das regiões que possui um dos menores PIB's de Minas Gerais, ficando à frente somente da região do Alto do Paranaíba (8º posição), Jequitinhonha/Mucuri (9º posição) e a região Noroeste de Minas que está em último lugar.

km², o que equivale a 0,12% da área de Minas Gerais e sua área urbana possui 192 km² de extensão territorial. Em 2000, a população municipal era de 183.962 habitantes e as estimativas do IBGE indicaram uma população de 193.974 habitantes para 2003, observando-se uma taxa de crescimento de 1,6% a.a.. (FIG. 5 - mapa do município de Divinópolis)



FIGURA 5 - Mapa do município de Divinópolis.
Fonte: Divinópolis, 2003.

As origens de Divinópolis remontam ao século XVIII, durante o ciclo do ouro, quando foi formado um pequeno povoado às margens do rio Itapecerica. As pedras existentes na Cachoeira Grande facilitavam a travessia sem o uso de embarcação e por ali passavam tropeiros e carros de bois, transportando alimentos e mercadorias para os centros mineradores de Vila de Pitangui e São Bento do Tamanduá, atual Itapecerica (CORGOZINHO, 1999). Dessa forma, o rio Itapecerica exerce uma função histórica fundamental na origem da cidade.

Aos poucos, o lugar inicialmente chamado de Paragens do Itapecerica foi se tornando um ponto de descanso para os viajantes. E tempos depois já se constituía em um povoado chamado Arraial do Espírito Santo do Itapecerica.

O arraial, no seu período inicial de 1711 a 1744, pertenceu à comarca de Sabará; de 1744 a 1758 pertenceu à comarca de Vila São José do Rio das Mortes e de 1758 a 1847 pertenceu à Vila de Pitangui. E, finalmente, foi distrito de São Bento do Tamanduá, atual Itapecerica, a partir de 1847, tendo sido elevado à categoria de cidade em 1912.

Um fator fundamental para a emancipação e desenvolvimento da cidade foi a ferrovia. As ferrovias brasileiras começaram a ser construídas em meados do século XIX, no período do Segundo Reinado, tendo financiamento do capital britânico e dos fazendeiros do café. Seu principal objetivo era o escoamento da produção cafeeira até os portos, uma vez que neste período o café consistia no principal produto, o que era característico da economia brasileira, ou seja, monocultura exportadora. Além do transporte do café, as ferrovias contribuíram para reduzir o isolamento de várias regiões.

A atual Divinópolis, em 1889, quando ainda era o Arraial do Espírito Santo do Itapecerica, foi beneficiada pela passagem da Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM - por seu território, tendo sido construída a primeira estação ferroviária em 1890. A EFOM foi construída por volta da década de 1880, sendo parte de uma política do Imperador D. Pedro II de povoar o interior do Brasil. Ela passou por várias cidades mineiras como São como São João d’El Rei, Oliveira, Itapecerica e Barra do Paraopeba (CORGOZINHO, 1999, p. 2-53).

A passagem da EFOM pelo Arraial do Espírito Santo do Itapecerica decorre da construção de um ramal da ferrovia que ligava a cidade de Oliveira até Barra do Paraopeba. Sua travessia pelo Arraial propiciou o surgimento de novas construções e maior trânsito de pessoas, especialmente dos operários que trabalharam em sua construção (CORGOZINHO, 1999, p. 54). Mas, conforme afirma esta autora, a passagem da estrada de ferro foi condição necessária, porém não suficiente para desencadear o dinamismo do arraial. O fator que iria efetivamente impulsionar seu desenvolvimento ocorreu em 1910, quando foi construído o entroncamento ferroviário, vindo de Belo Horizonte no sentido do Triângulo Mineiro. A escolha do entroncamento no Arraial deveu-se ao potencial energético propiciado pela Cachoeira Grande, que poderia fornecer energia não apenas para as futuras oficinas da Rede Ferroviária como também para a eletrificação da ferrovia. Observa-se, desta forma,

novamente, a importância histórica do rio Itapecerica na formação da cidade. Este entroncamento propiciou ao Arraial o transporte ferroviário para Belo Horizonte, Rio de Janeiro, para o oeste e sul de Minas, Triângulo Mineiro, Goiás e São Paulo (CORGOZINHO, p. 61-62).

Em 1910 também foram instaladas, no Distrito do Espírito Santo do Itapecerica, as oficinas da Rede Ferroviária. A partir de março de 1912, já no processo de emancipação, a cidade recebe o nome de Villa de Henrique Galvão em homenagem ao engenheiro chefe da construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas. A partir de outubro de 1912, o nome da cidade é alterado para Villa de Divinópolis, sendo que a designação Cidade de Divinópolis, Comarca de Itapecerica é empregada em procurações a partir de janeiro de 1916 (CORGOZINHO, 1999, p. 72).

Com a instalação das oficinas ferroviárias, foi construída também uma vila operária para servir de moradia aos seus trabalhadores. As vilas operárias foram comuns no Brasil no início do século XX. Eram construídas pelas empresas que buscavam concentrar seus empregados nos arredores da indústria, significando uma forma de controle e disciplinamento dos trabalhadores para além do local de trabalho. Em muitas delas havia o “toque de recolher”, a proibição de bares, o uso de bebidas alcoólicas e prostituição. Tratava-se da imposição de um estilo de vida de obediência, implicando na gerência patronal sobre todas as formas de comportamento dos operários, estabelecendo ainda uma relação de dependência, pois, em caso de desemprego, o operário perdia também o direito à moradia (RAGO, 1987). Uma forma de controle e disciplinamento característico da vila operária das oficinas ferroviárias de Divinópolis estava no som da sirene que apitava várias vezes ao dia, até mesmo para acordar seus moradores às 6h:30min. Até os dias de hoje esse apito é mantido e escutado pelos moradores dos bairros centrais da cidade que se acostumaram ao controle da fábrica.

Dessa forma, foi através de uma política do governo nacional, iniciada ainda do período imperial, ou seja, nos trilhos da ferrovia, que a cidade iniciou seu desenvolvimento. Primeiro pela passagem da Estrada de Ferro Oeste de Minas por seu território, depois pelo entroncamento das vias férreas, antes mesmo de sua emancipação política, o que lhe permitiu o transporte para várias regiões e facilitou sua localização estratégica de futuro pólo comercial e industrial; e terceiro, pela instalação das oficinas ferroviárias na cidade, em 1910, que promoveram a geração de empregos, fortalecendo outras atividades econômicas, especialmente o comércio e a prestação de serviços. E, apesar de sua primeira atividade industrial ter sido uma fábrica de tecidos instalada em 1937, é no setor siderúrgico que ficará

caracterizada sua tendência a partir dos anos 50, através da produção de ferro-gusa, matéria-prima necessária à produção de bens duráveis na era desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

O Brasil impulsionou seu processo de industrialização na era Vargas, com aproximadamente 150 anos de atraso em relação aos primeiros países que se industrializaram. Contando ainda com uma burguesia de frágil poder de investimento industrial, coube ao Estado efetivar a industrialização, tanto como empresário quanto como facilitador do processo, criando a infra-estrutura e protegendo a nascente indústria nacional. Estas políticas possuíam um claro viés keynesiano marcado pela intervenção do Estado na regulação econômica.

Com a hegemonia do capital estatal, o Brasil iniciou seu processo de industrialização, procurando produzir, aqui, o que antes era importado, caracterizando-se esta fase inicial como substituição das importações e voltada para o mercado interno. Esta etapa foi marcada pela produção de bens de consumo não duráveis tais como têxtil, vestuário e alimentos e pela indústria de base, principalmente ferro e aço, matéria-prima que seria utilizada na segunda etapa do processo de industrialização: a indústria de bens duráveis.

Se, na era Vargas, a indústria teve a forte presença do capital nacional, o segundo momento de industrialização do país, que se inaugurou a partir de Juscelino Kubitschek, foi caracterizado pela forte presença do capital estrangeiro e produção de bens duráveis. Juscelino Kubitschek adotou uma política de desenvolvimento acelerado, que foi denominada desenvolvimentista, procurando recuperar o atraso industrial brasileiro. Com o lema de 50 anos em 5, JK procurou fazer com que o Estado desempenhasse a função de indutor do desenvolvimento, direcionando os investimentos e criando infra-estrutura.

Minas Gerais, conforme analisa Dulci (1999), também teve seu impulso desenvolvimentista no período de 1940/1955, caracterizado por forte presença das elites mineiras das áreas políticas, agrárias, empresariais e técnicas na condução de suas políticas. As análises de Dulci (1999) consideram que estas elites souberam unir esforços, para superar o atraso econômico do estado, principalmente em relação a São Paulo, promovendo sua modernização. Ressalte-se que modernização e desenvolvimento para os idealizadores deste processo era *restrita*. Tratava-se de industrialização, especialmente de siderurgia e se

processava, evidentemente, na cidade, o que implicou, segundo Dulci (1999), no abandono de uma idéia inicial de diversificação econômica. Dessa forma, a industrialização de forma especializada era vista como uma forma rápida de modernização.

O processo pelo qual a idéia do desenvolvimento regional passa a ser identificada cada vez mais com a industrialização em si mesma e, dentro desta, com a expansão da indústria siderúrgica e da produção de bens intermediários é que resultará no posterior abandono da imagem de uma economia diferenciada em favor de outra que privilegiará a especialização em tais segmentos industriais, como estratégia para uma rápida modernização do sistema. (DULCI, 1999, p. 58)

Seguindo a mesma tendência mineira à especialização industrial, Divinópolis também teve um surto de desenvolvimento econômico fundado na siderurgia, que se iniciou em 1942 com a instalação da Companhia Mineira de Siderurgia. Nos anos de 1950 várias siderurgias foram instaladas na cidade, aproveitando-se da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que demandava por ferro-gusa para produção de bens de consumo duráveis. Os empresários locais fomentaram a industrialização, aproveitando tanto dos estímulos externos como das condições internas relacionadas ao entroncamento ferroviário que permitiria o escoamento da produção, a abundância do fornecimento de energia propiciada por sua localização na confluência de dois rios – Itapecerica e o Pará - e a existência de um número expressivo de operários oriundos das oficinas da Rede Ferroviária, (CORGOZINHO, 1999, p.192).

Do ponto de vista energético, desde 1918, a cidade já possuía sua usina hidrelétrica situada na Cachoeira do Bracinho, ao lado da ponte do atual Bairro Niterói, com três turbinas, duas de 250 cavalos cada uma e outra de 445 cavalos. E, em 1946, houve outro importante avanço na área de energia - a construção da Usina do Gafanhoto – viabilizada para fornecer energia para a Cidade Industrial de Contagem - e que se encontra atualmente em plena atividade.

Em 1942, a cidade já contava com sua primeira escola profissional administrada pela Rede Mineira de Viação, tendo sido a precursora do SENAI, importante na formação da mão-de-obra tanto das oficinas ferroviárias como da nascente indústria siderúrgica. No final da década de 1950, a cidade possuía cerca de vinte siderurgias, as quais promoveram o desenvolvimento de outras atividades relacionadas ao comércio, serviços, ampliando os postos de trabalho e exigindo maiores infra-estruturas (Corgozinho 1999, p. 196).

A TAB. 01 apresenta as atividades empresariais de Divinópolis na década de 50.

TABELA 01
A produção industrial e o oferecimento de serviços em Divinópolis
fim da década de 1950

RAMO SIDERÚRGICO E DERIVADOS	11 alto-fornos em funcionamento 9 em fase de montagem 7 fundições produzindo artigos semelhantes: pés para máquinas de costura, arados, debulhadores de milho, raios para mandioca, panelas, caldeirões de ferro, engenho de serra, peças para alto-forno, rodas pelto; 1 laminação 3 serralherias 1 fábrica de fogões e aquecedores a gás e querosene
RAMO ENERGÉTICO	4 usinas hidrelétricas
RAMO DE CALÇADOS	12 fábricas de calçados 3 curtumes
RAMO DE CONSTRUÇÃO	3 fábricas de ladrilhos 3 cerâmicas 35 olarias
RAMO MADEIREIRO	15 serrarias e carpintarias 17 fábricas de móveis de madeira
RAMO TÊXTIL	1 fábrica de móveis estofados 1 fábrica de tecidos 1 fábrica de colchas
RAMO ALIMENTÍCIO	1 fábrica de balas 7 padarias 3 fábricas de laticínios 3 fábricas de bebidas e refrigerantes 2 fábricas de macarrão
RAMO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO	1 fábrica
COMÉRCIO	650 casas comerciais
BANCOS	6 bancos 2 caixas econômicas
HOSPEDAGEM	4 hotéis 9 pensões
TRANSPORTES	18 empresas de transporte de passageiros 5 empresas de transporte de carga
EDIFICAÇÕES	8.080 prédios

Fonte: CORGOZINHO, 1999, p. 204

Apesar do planejamento urbano ter sido uma preocupação dos primeiros administradores locais, buscando uma provisão para o futuro, mediante a elaboração de uma planta topográfica que estabelecia ruas largas e perpendiculares, a instalação das indústrias

metalúrgicas locais, principalmente as siderurgias, não foram coerentes com a utilização racional do espaço urbano. Instaladas em vários pontos da cidade, segundo o interesse de seus proprietários, essas indústrias provocaram sérios impactos ambientais e transtornos aos moradores de suas proximidades. O ordenamento industrial veio a ocorrer somente em 1972, com a criação do Centro Industrial Jovelino Rabelo. A construção de distritos industriais fazia parte de uma política estadual, originada em 1935, que objetivava incentivar a industrialização, concentrando estas atividades em áreas específicas, conforme esclarece Dulci (1999, p.73):

A proposta de concentrar atividades industriais em área específica já havia sido apresentada alguns anos antes - no IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, realizado em Belo Horizonte em 1935. Em 1941, Israel Pinheiro a retomou, inaugurando com isso o sistema de distritos industriais que seria gradualmente construído em Minas ao longo das décadas seguintes. Era uma idéia inovadora, que o governo transformou em símbolo de sua inflexão industrializante

Apesar da proposta do governo estadual ter sido gestada a partir de 1935, a construção do distrito industrial de Divinópolis ocorreu tardiamente, uma vez que as grandes indústrias siderúrgicas já haviam se instalado na cidade de forma aleatória, sem que novas empresas com este perfil fossem construídas. Os sinais do processo de desindustrialização já se manifestavam e, em 1995, um estudo realizado pelo SEBRAE (1995) indicava que o Centro Industrial Jovelino Rabelo encontrava-se em precárias condições de infra-estrutura, sendo ocupado por residências em áreas de expansão industrial.

A ausência de planejamento das siderurgias se manifestava tanto externamente, sob o aspecto de seu descompromisso com o espaço urbano, como internamente, do ponto de vista da produção. Como se tratava de um segmento industrial voltado para fora, o planejamento produtivo deveria ser pautado por uma rigorosa observância das demandas externas, o que nem sempre ocorria. Dessa forma, desde a década de 60 até os dias atuais, o setor siderúrgico local tem se caracterizado por ocasionais crises, o que parece ser uma marca do setor. Devido à forte hegemonia que a siderurgia exerceu em Divinópolis, suas crises tiveram grandes impactos na economia local.

Deve ser ressaltado que, embora a siderurgia predomine sobre as demais atividades, a cidade possui outras indústrias relacionadas à metalurgia em geral, como fundições, laminações e fabricação de vários produtos metalúrgicos, inclusive não ferrosos.

As indústrias siderúrgicas locais empregavam em média 400 empregados em cada unidade, com exceção da antiga Companhia Siderúrgica Pains que chegou a possuir aproximadamente 3.400 empregados diretos. Esta siderurgia foi implantada na cidade em 1954 e hoje pertence ao grupo Gerdau. Em geral, predominava no processo produtivo o modo de organização fordista, marcado pela rigidez do processo de trabalho, especialização do trabalhador, produção padronizada e em grande escala.

Sob o aspecto das condições de trabalho, a indústria siderúrgica local foi marcada pela contratação de mão-de-obra barata e desqualificada que trabalhava em um ambiente insalubre e com elevados índices de acidentes. Esta situação teve a resistência de seus operários através das greves do final dos anos de 1970, seguindo o exemplo do ABCD paulista.

O processo de industrialização local foi marcado também pela degradação ambiental com elevados níveis de poluição tanto atmosférica quanto dos rios que cortam a cidade – o Itapecerica e o Pará – sendo que o primeiro tem sua importância não apenas pelo abastecimento de água mas também pela sua função histórica na formação da cidade.

À sua maneira, a indústria siderúrgica promovia o desenvolvimento econômico local, moldando a cidade à *sua imagem e semelhança*: concentrando renda, empobrecendo a camada operária e degradando o meio ambiente. Divinópolis desde a instalação das oficinas ferroviárias já possuía um perfil industrial, e, do ponto de vista ideológico havia até tentativa de formar um orgulho de pertencimento a uma “cidade oficina”, conforme letra do Hino da Cidade.

3.2. Impactos do processo de industrialização no crescimento da população local

Em geral, o processo de urbanização em todos os países foi impulsionado pela industrialização, pelo fato desta demandar por um grande contingente de mão-de-obra, conforme já analisado anteriormente. No Brasil, o crescimento das cidades teve início na década de 40 e seu impacto foi sentido a partir de 1950. A tendência à transferência da população rural para as cidades continuou nas décadas seguintes e, em 1970, o Brasil já era um país urbano, com 56% da população vivendo nas cidades. Embora algumas cidades brasileiras possuam mais características rurais que urbanas, pairando uma dúvida sobre o real número da população que vive no campo e na cidade, o Brasil é um país predominantemente urbano e este fenômeno tem significado mais problemas que desenvolvimento. Em 1980 o

percentual de moradores das cidades subiu para 67% e no início do novo milênio os dados se tornaram alarmantes: 82% da população brasileira passaram a viver nas cidades e, deste total, um terço habita nas nove regiões metropolitanas do país.

Apesar de Divinópolis ser uma cidade de porte médio, sua população apresentou a mesma tendência do país, quando a partir de 1950, sofreu uma grande expansão demográfica diante do incremento da siderurgia que atraiu populações tanto de cidades circunvizinhas quanto de seu meio rural. Esta atração migratória deveu-se não somente ao desenvolvimento industrial local mas também ao predomínio de atividades agropecuárias na região Centro-Oeste mineira, cujo lento crescimento causava a expulsão de sua mão-de-obra. Segundo os censos do IBGE, na década de 50 a população de Divinópolis cresceu 64,82%, enquanto a população total de Minas Gerais havia crescido 26,96% e a do Brasil, 36,49%. O crescimento relativamente baixo de Minas Gerais justifica-se pelo fato de que neste período o pólo de desenvolvimento econômico localizava-se em São Paulo, o que atraiu correntes migratórias de outras regiões, inclusive de Minas Gerais.

A elevada taxa de crescimento populacional foi mantida nos períodos seguintes, mas com tendência ao declínio, já que nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2001 o percentual de crescimento populacional da cidade foi de 50,62%, 46,03%, 31,53%, 31,78% e 21,45% respectivamente.

A TAB. 02 apresenta a evolução demográfica no município de Divinópolis, de 1950 a 2000, indicando o crescimento de sua população urbana paralelamente à redução de sua população rural.

TABELA 02

Distribuição da população do município de Divinópolis entre a zona rural e urbana 1950/2000

<i>ANO</i>	<i>URBANA</i>	<i>%</i>	<i>RURAL</i>	<i>%</i>	<i>TOTAL</i>
1950	-	-	-	-	32.361
1960	42.195	79	11.145	21	53.340
1970	70.696	88	9.648	12	80.344
1980	109.597	93	7.733	07	117.330
1991	144.429	95	7.033	05	151.462
1996	164.607	96	6.955	04	171.562
2000	177.973	97	5.989	03	183.962

Fonte: IBGE

O GRAF. 1 apresenta a evolução da população de Divinópolis, no período de 1950 a 2000. Nele pode-se observar a curva ascendente do crescimento populacional local até os anos de 1980. A partir da década de 1990 ocorre um relativo declínio da taxa de crescimento populacional, provavelmente relacionado à mais aguda crise vivida pelo setor siderúrgico da cidade. Esta crise iniciou-se no final dos anos de 1980 e perdurou até os anos de 1990, quando várias siderurgias encerraram suas atividades, reduzindo a capacidade da cidade de atrair contingentes populacionais de seus arredores. Com a redução das taxas de crescimento a partir da década de 1990, as estimativas de crescimento da população local até 2003, segundo o IBGE, foram de 1,6% a.a., ou seja, taxas menores às anteriores.

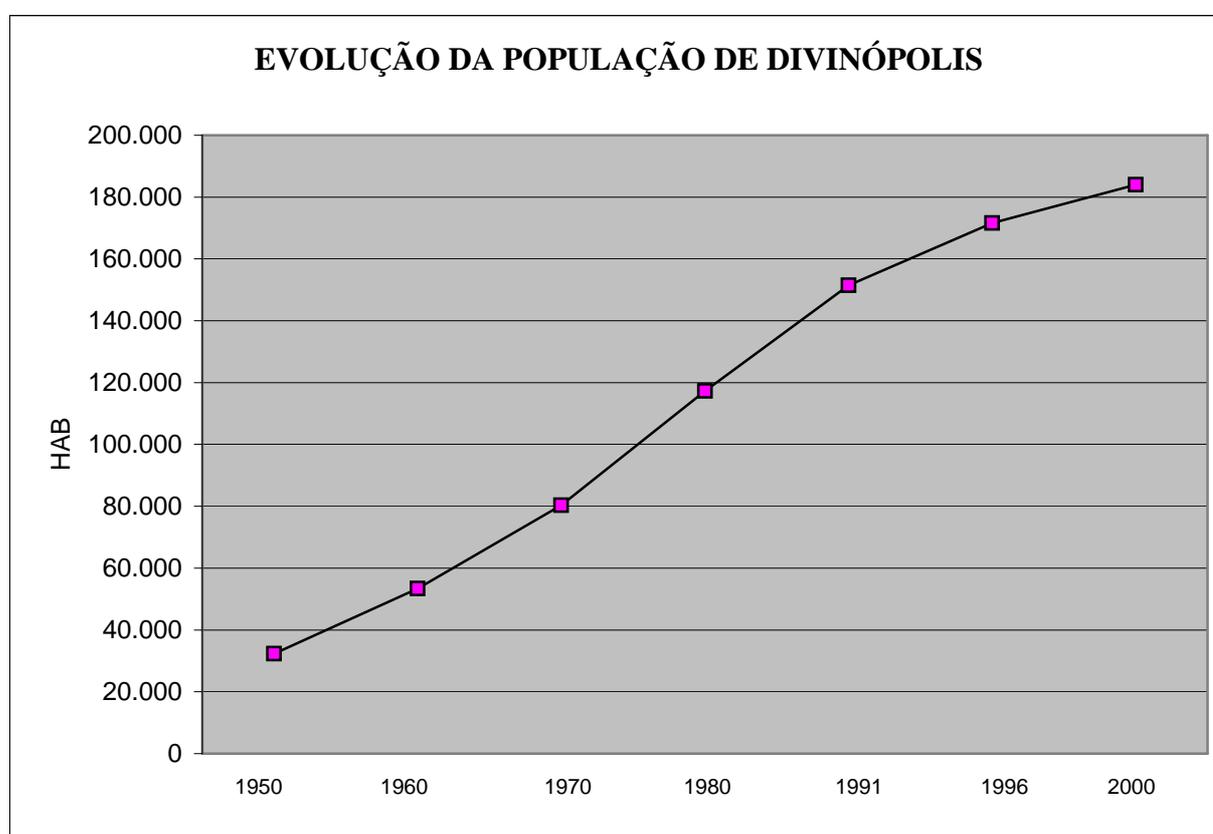


GRÁFICO 1. Evolução da população de Divinópolis no período de 1950-2000
Fonte: IBGE (apud Anuário Estatístico de Divinópolis, 2005)

3.3. A crise no setor siderúrgico e o surgimento da indústria de confecções em Divinópolis

O final da década de 1970 experimentou a forte crise do regime de acumulação

fordista, que partiu dos países centrais e foi sentida pelos países periféricos nos anos de 1980, conforme análise feita no capítulo 1.

Em decorrência desta crise, as empresas procuraram enxugar suas estruturas, substituindo a concentração produtiva por formas descentralizadas de produção, baseadas em terceirizações e articulação de redes das mais variadas formas, com o objetivo de obter maior flexibilidade diante da crise que se instaurara. Por outro lado, as inovações na microeletrônica irão extinguir postos de trabalho e modificar o perfil do emprego, exigindo um novo tipo de trabalhador, com maior conhecimento e flexibilidade.

As cidades também sofrem os impactos da globalização e da reestruturação produtiva, conforme já analisado no capítulo 1. As mudanças ainda são recentes para se fazer uma análise conclusiva, mas é provável que certos empreendimentos tendem a se concentrar nas regiões metropolitanas, devido às suas exigências tecnológicas e facilidades logísticas. Já as cidades médias e até mesmo cidades de menor porte podem tornar-se atrativas ao capital, por apresentarem melhor qualidade ambiental, menores índices de violência, além dos menores preços da terra e da mão-de-obra, conforme já analisado.

Divinópolis também sentiu os impactos destas mudanças econômicas. As condições de desenvolvimento local, antes impulsionadas por fatores externos, perderiam sua força, iniciando-se um processo de retração industrial marcado pelo fechamento da maior parte das siderurgias locais nas décadas de 1980 e 1990, cujas estruturas produtivas, com algumas exceções, apresentavam baixo dinamismo e tecnologia ultrapassada.

Além da crise siderúrgica, ocorreu também um processo de desindustrialização em outros segmentos, como foi o caso do fechamento das fábricas da Coca-cola e da cerveja Kaiser, cuja reestruturação interna levou à concentração da produção em outra localidade. Outras empresas também passaram por processos de reestruturação produtiva, adotando novos padrões tecnológicos e organizacionais com o enxugamento de suas estruturas, resultando em aumento da produtividade e utilização cada vez menos intensiva de mão-de-obra, a exemplo da Companhia Gerdau que possuía aproximadamente 3.400 empregados diretos e que atualmente conta com aproximadamente 400 empregados. Situação semelhante vivenciou a antiga oficina ferroviária com o processo de privatização da RFFSA em 1996, que contava com mais de 1000 empregados diretos, e após se reestruturar, teve este número reduzido.

O comércio atacadista e varejista também perdeu espaço para outros centros comerciais, principalmente para grandes empresas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (SEBRAE, 1995). A proximidade da R.M.B.H. representa para alguns segmentos empresariais de Divinópolis uma desvantagem diante da polarização comercial exercida por

esta região, cujas empresas contam com maior infra-estrutura de logística, escala do mercado, tecnologias e técnicas de mercado mais avançadas.

O SEBRAE (1995, p. 91), ao analisar as potencialidades do município, concluiu que *as condições que anteriormente sustentaram o desenvolvimento de Divinópolis estavam em fase de esgotamento e demandava um novo tipo de desenvolvimento, não mais espontâneo e centrado no esforço de iniciativas localizadas*. Para o SEBRAE, as novas exigências de desenvolvimento deviam-se às mudanças na economia mundial decorrentes do surgimento de novas regras de concorrência, instabilidade da demanda e da adoção em outros pólos regionais de formas flexíveis de produção baseadas nas inovações tecnológicas e organizacionais. Alguns resultados apresentados nesta pesquisa revelaram que:

- a empresa Gerdau S.A., produtora de aço, exercia hegemonia significativa sobre o conjunto das atividades do município, o que sugeria uma base econômica não muito ampla;
- a indústria de confecções não era um ramo consolidado, pois carecia de adaptações tecnológicas, tendo ainda bastante informalismo, e que, apesar destes problemas, abria perspectivas para um mercado de trabalho feminino;
- havia a predominância expressiva de micro e pequenas empresas no setor de comércio e serviços. No setor industrial havia um equilíbrio entre micro, pequenas e médias empresas;
- predominava o baixo grau de preocupação do empresariado com treinamento de pessoal para as áreas de planejamento estratégico e informática. Isso demonstrava um baixo grau de preocupação com fatores importantes para o desempenho das empresas;
- havia um baixo nível de instrução do empresariado, eis que 31% possuía apenas primeiro grau e 40% havia concluído o segundo grau, somente 28% possuía cursos de nível superior. Os níveis mais elevados de escolarização encontravam-se no setor industrial, enquanto que os níveis mais baixos foram registrados no setor comercial;
- em todos os setores da economia, 33% dos empresários escolheram o ramo empresarial por ser atividade já iniciada pela família. O SEBRAE entendeu que a baixa escolaridade articulada com esta informação indicava a predominância do empirismo na prática dos negócios em Divinópolis;
- 80% do empresariado local ainda não havia participado de nenhuma feira comercial fora do município;

- a maior parte dos empresários afirmou que o principal fator que influenciou a localização da empresa no município foi o fato de residir em Divinópolis. O segundo fato foi a potencialidade do mercado;
- e 52% dos entrevistados não eram associados à sua entidade empresarial.

O SEBRAE concluiu que a abertura de empresas no mercado local, naquele período, obedecia a um processo bastante informal. Para este órgão, esta situação demonstrava a necessidade urgente de modernização da estrutura econômica local, mediante um processo que criasse dinamismo à economia e que proporcionasse a inserção ao mercado de trabalho, de grande parte da população que se encontrava empobrecida.

Apesar da existência de uma diversidade de micro e pequenos empreendimentos, a base da economia local até a década de 1990 não era muito ampla, principalmente do ponto de vista tributário, cujas receitas de impostos derivavam em 85% do setor metalúrgico, especialmente o siderúrgico, que gerava também a maior parte dos empregos industriais (PEREIRA, 2004, p. 77). Nesse sentido, a crise do setor siderúrgico comprometia um modelo de desenvolvimento local e seus sinais de esgotamento eram evidentes. Os tempos de um Estado interventor e capaz de propiciar o desenvolvimento local estavam se encerrando e era preciso repensar a cidade sob novos paradigmas. A década de 1980 foi uma época difícil para a economia local, marcada pela estagnação econômica das siderurgias e elevação nos índices de desemprego.

Neste sentido, as micro, pequenas e médias empresas que, no auge do fordismo foram relegadas a segundo plano, sendo vistas como um espaço de sonegação fiscal e atraso econômico e tecnológico, cresceram em importância na cidade pelo fato de gerarem trabalho e renda. Segundo o Cadastro de Contribuintes do Município de Divinópolis, em 2003, do total de 4.689 empresas locais, 85,8% representam as empresas imunes e as de pequeno e médio porte.

TABELA 03

Total de empresas de Divinópolis por regime de recolhimento de ICMS - 2003

	<i>REGIME</i>	<i>TOTAL</i>	<i>PARTIC.%-</i>
<i>TOTAL DE EMPRESAS DE DIVINÓPOLIS</i>	D/C , =	666	14,20%
	ME =	3.355	71,55%
	EPP =	607	12,95%
	ISENTO IMUNE	61	1,30%
	TOTAL	4.689	100,00%

Fonte: A.F./10.02.2003 (apud Anuário Estatístico de Divinópolis, 2005)

A TAB. 04 apresenta a distribuição do PIB local por setores de atividade econômica no período de 1995 a 2000. Nela poderá ser verificado que o setor agropecuário possui pequena significação e que o setor industrial e de serviços correspondem quase à totalidade da economia local. Verifica-se que até 1998 ocorreu uma ligeira ascensão do setor de serviços e a partir deste período, o mesmo é ultrapassado pelo setor industrial que inicia uma fase de crescimento em relação aos demais setores, contrariando uma tendência geral da economia de aumento do setor terciário. Esta mudança pode ser atribuída à indústria da confecção, que desde os anos de 1970 vem crescendo em importância na economia local.

TABELA 04
Percentual do produto interno bruto por setores de atividade econômica em Divinópolis – 1995/2000

PIB	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuário	1,45	1,39	1,21	1,66	1,74	1,60
Industrial	49,57	48,02	46,93	45,86	49,27	51,60
Serviços*	48,98	50,59	51,86	52,48	48,99	46,80

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (apud Anuário Estatístico de Divinópolis, 2005)

*Inclui comércio e a intermediação de serviços financeiros.

Utilizando-se o PIB como indicador econômico, verifica-se que, mesmo após a crise das décadas de 1980 e 1990, a economia de Divinópolis seguiu com forte característica industrial, com atividades principalmente nas áreas de confecções, metalurgia, química, plásticos, papel e laticínios. O segmento de fundição atualmente está se organizando em um arranjo produtivo juntamente com outras cidades da região. A siderurgia de ferro-gusa local tem suas fases de euforia e recessão em decorrência da política cambial, uma vez que a maior parte de sua produção é destinada às exportações. Dessa forma, alguns de seus velhos fornos foram reaquecidos nos anos de 2002-2004. Contudo, este aquecimento durou somente enquanto a política cambial foi favorável, em 2005 iniciou-se o processo de desativação.

A TAB. 05 e GRAF. 2 apresentam a distribuição dos trabalhadores com carteira assinada em Divinópolis, segundo os setores da economia, no período de 1986 a 2002. Poderá ser observado que o setor industrial não apenas possui uma maior participação no PIB

local, como também é o setor da economia que mais absorve o mercado de trabalho formal, ocupando 33,7% da mão de obra. Os setores de serviços e o de comércio juntamente com as instituições financeiras absorvem praticamente a mesma porcentagem de trabalhadores formais, ficando com 30%. Porém, se analisados em conjunto, passam a ocupar a maior parte da mão-de-obra, totalizando 60% do emprego formal. Distante destes se encontram os setores de construção civil e agricultura, absorvendo juntos, menos de 10% do emprego formal.

TABELA 05

Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada em Divinópolis, segundo os setores da economia - 1986-2002

Setores da Economia	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Indústria	43,0	37,6	37,4	33,3	41,1	34,4	31,7	33,2	33,7
Construção Civil	1,0	1,2	2,6	2,4	6,7	5,4	5,5	3,7	4,2
Comércio e Instituições Financeiras	27,6	25,8	28,2	27,6	24,3	27,7	36,1	30,6	29,9
Financeiras									
Serviços	26,4	26,2	26,0	29,9	24,1	28,8	28,5	30,2	29,9
Agricultura	0,5	0,2	0,6	0,9	1,4	3,3	3,6	2,2	2,1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e emprego

Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada em Divinópolis, segundo setores da economia - 1986-2002

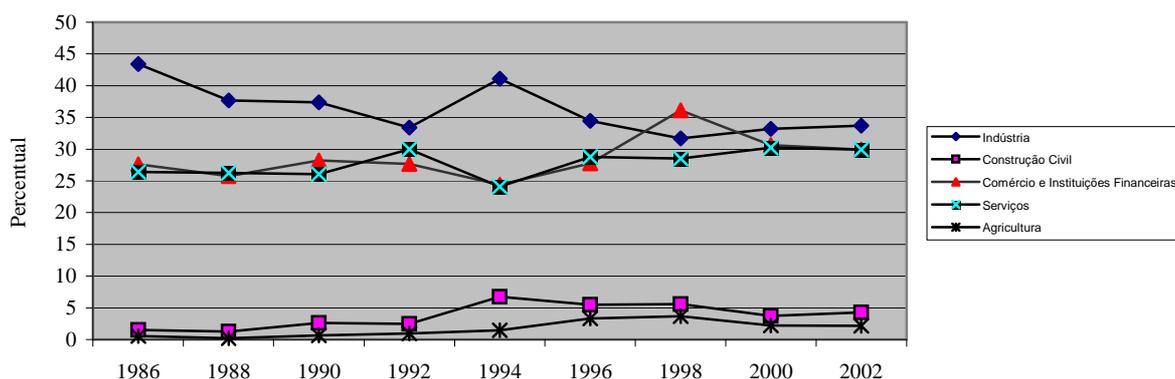


GRÁFICO. 2 – Distribuição Percentual dos trabalhadores com carteira assinada em Divinópolis, segundo os setores da economia – 1986-2002

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e emprego

A TAB. 06 apresenta dados referentes ao período de 1986-2002, acerca do percentual de trabalhadores com carteira assinada na indústria metalúrgica (incluindo siderurgia) e

têxtil/de confecção.⁴ A indústria de confecção será analisada nos tópicos seguintes, estabelecendo-se algumas comparações com a indústria metalúrgica, uma vez que são os dois segmentos mais significativos da indústria divinopolitana.

TABELA 06

Percentual de trabalhadores com carteira assinada na indústria metalúrgica, têxtil/vestuário em relação ao total da indústria de Divinópolis - 1986-2002

	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Ind. Metalúrgica	43	46	39	38	36	28	22	20	25
Ind. Têxtil/conf.	29	25	30	33	37	38	42	45	42

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE

Uma conclusão inicial dos dados acima é que os dois segmentos industriais representaram no período de 1986-2002, em média, 68,66% da mão-de-obra formal do setor industrial, o que equivale a maior parte da mão-de-obra formal deste setor. Outro dado relevante é que ocorre uma inversão de posições nos dois segmentos. Na década de 1980, por volta de 1986, a indústria metalúrgica ocupava 43% do total da mão-de-obra industrial e a indústria têxtil/vestuário ocupava 29%. Em 1988, esta diferença continuou ainda mais expressiva, uma vez que a metalurgia passou a ocupar 46% da mão-de-obra industrial e a confecção ocupava somente 25%. Até 1992, a indústria metalúrgica ainda ocupava 38% de toda mão-de-obra industrial, permanecendo ainda como maior empregadora, mas já apresentando tendências decrescentes. A indústria da confecção apresentava tendência de crescimento e ocupava 33% da mão-de-obra industrial. A partir de 1994, a indústria de confecção ultrapassa o segmento metalúrgico, passando a ocupar 37% da mão-de-obra, enquanto no setor metalúrgico esse percentual era de 36%.

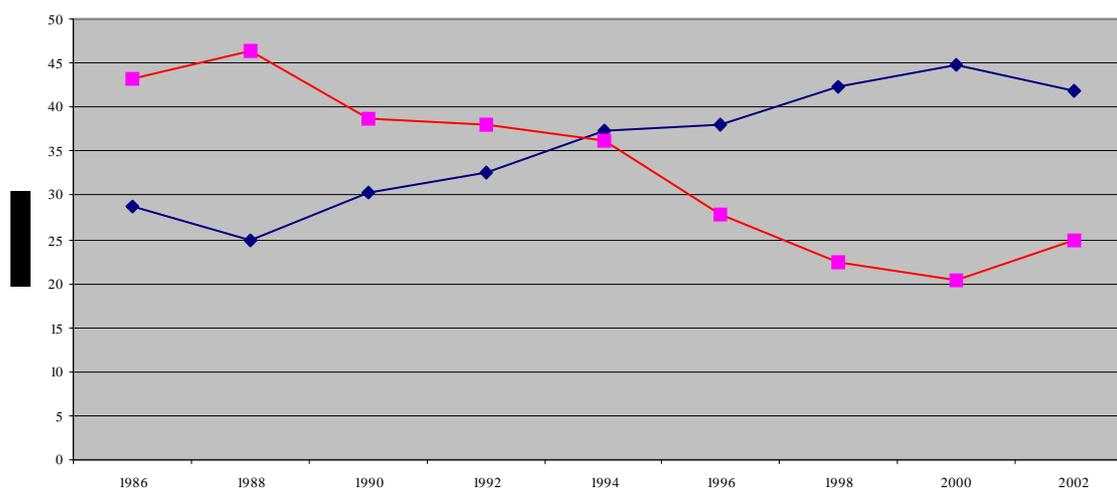
Dessa forma, é nos anos 90 que a indústria da confecção ganha relevância, quando a indústria do gusa entrou em uma profunda crise, oriunda à alteração na política cambial,

⁴ Os dados fornecidos pela RAIS não permitem separar as indústrias têxtil e confecção. Mas um levantamento direto indicou que a indústria têxtil ocupa 9% da mão-de-obra formal das indústrias da confecção e têxtil.

levando ao encerramento das atividades da maior parte das siderurgias. Além do encerramento de atividades, as empresas do setor passaram a adotar novos processos organizacionais baseados na flexibilidade, tendo como consequência uma drástica redução no número de empregos gerados.

Em 2000, as diferenças entre os dois setores acentuaram-se ainda mais, com a indústria têxtil/vestuário ocupando 45% da mão-de-obra industrial e o setor metalúrgico ocupando 20%. Porém, a partir de 2002, estas diferenças se reduzem: o setor metalúrgico sobe para 24,83% e a indústria têxtil/vestuário cai para 41,79%. Este fenômeno pode ser justificado por dois fatores. Primeiro, pelo reaquecimento dos fornos a partir deste período, provocando o aumento da demanda por mão-de-obra. E segundo, pelas evidências de que o setor de confecções está crescendo na informalidade, uma vez que suas indústrias estão adotando estruturas enxutas através da terceirização de parte do processo produtivo, especialmente a parte da costura que ocupa aproximadamente 80% da mão-de-obra de todo o processo produtivo (BNDES; Bastos e Serentino; apud Gaspar e Versiani, 1999). O trabalho terceirizado é informal e realizado no próprio domicílio das prestadoras de serviço, conforme será analisado no capítulo 4 deste estudo.

Participação percentual das indústrias metalúrgica e têxtil na indústria total de Divinópolis - 1986-2002



—◆— Percentual Têxtil sobre indústria total

—■— Percentual metalúrgica s

GRÁFICO 3 - Participação percentual da mão-de-obra das indústrias metalúrgica e têxtil/confecção na indústria de Divinópolis – 1986-2002.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – TEM

O desenvolvimento da indústria de confecção representou não apenas a superação da metalurgia em termos de ocupação de mão-de-obra, mas também significou um crescimento de emprego industrial em Divinópolis nos anos de 1980 e 1990, período que foi marcado por decréscimos nos níveis de emprego industrial em várias localidades. Um estudo realizado por Andrade e Serra (2003, p. 347), envolvendo o conjunto de cidades definidas como pertencentes ao polígono industrial que se estende do centro de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul, apontou algumas conclusões. Uma delas refere-se a um aumento da taxa de pessoal ocupado na indústria de Divinópolis de 3,2% a.a., nos primeiros 5 anos da década de noventa, sendo seu crescimento em decorrência da indústria do vestuário, de alimentos e bebidas. Divinópolis ficou em terceiro lugar em Minas Gerais, perdendo somente para Uberaba que ficou em primeiro lugar no país (7,6%) e Sete Lagoas (5,6%). Considerando a totalidade das cidades analisadas apenas Maringá(PR) com uma taxa de 5,5%, juntamente com Sete Lagoas e Uberaba superou *Divinópolis* (ANDRADE; SERRA, 2003, p. 337-372).⁵

3.4. Indústria metalúrgica e de confecções: dados comparativos

Analisa-se neste tópico a indústria da confecção, estreitando-se as comparações com a metalurgia, principalmente sobre o aspecto do perfil da mão-de-obra. Os dados analisados foram obtidos através da RAIS e envolvem apenas a mão-de-obra formal. Os aspectos relativos à mão-de-obra informal da indústria da confecção serão analisados no quarto capítulo de forma qualitativa. Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de a RAIS apresentar os dados da siderurgia inseridos na metalurgia, e, por esta razão, serão analisados conjuntamente, ressaltando que a siderurgia é a atividade predominante na área metalúrgica de Divinópolis.

A indústria da confecção no Brasil se expandiu a partir da década de 1970 e seu crescimento justifica-se tanto pela formação de um mercado consumidor proporcionado pela urbanização da população brasileira quanto pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, deixando para trás suas tarefas domésticas de costurar roupas. Por outro lado, a crise

⁵ Este estudo apontou um decréscimo no ritmo anual de emprego de algumas cidades do Estado de São Paulo. São elas: São José dos Campos (-4,8%), Jacarei (-4,0%) e Sorocaba (-5,7%). Andrade e Serra acreditam que este fato decorre de um processo de desconcentração espacial da indústria nesta região.

da produção em massa ocorrida a partir da década de 1970, o baixo custo de montagem de uma indústria de confecção e a utilização de pouca tecnologia permitiram que inúmeras pequenas empresas ingressassem no mercado sem a difícil concorrência com a empresa fordista.

Conforme indicou uma pesquisa realizada pelo IEMI em 2003, no Brasil, 70,1% deste segmento é composto de micro e pequenas empresas, 26,9% de médias e somente 3% de grandes empresas.⁶ Segundo o relatório desta pesquisa, o principal segmento de mercado são artigos do vestuário adulto, predominando a linha feminina, tendo a malha como principal tecido.⁷ Apesar de as micro e pequenas empresas corresponderem à grande maioria, sua produção equivale somente a 11% da produção nacional, seguida pelas grandes empresas que produzem 41,1% e as médias que ficam com a maior fatia: 47,8%.⁸ A indústria da confecção localiza-se em maior quantidade na região Sudeste, embora o Nordeste e o Centro-Oeste estejam ampliando sua produção graças aos fortes incentivos dos governos locais e à mão-de-obra barata.⁹ Trata-se de um dos principais segmentos empregadores do país, ocupando mais de um milhão de trabalhadores, o que equivale a 1,3% do total da PEA, 8,8% do total do pessoal ocupado na indústria em geral e $\frac{3}{4}$ do total de empregados na cadeia têxtil¹⁰.

A indústria de confecções surgiu em Divinópolis na década de 70 e seu desenvolvimento coincide com a própria expansão deste segmento no Brasil pelas razões já mencionadas anteriormente. Do ponto de vista do desenvolvimento local, a indústria da confecção contribuiu para a quebra da hegemonia da siderurgia em um momento em que esta se apresentava em crise, significando novas formas de geração de trabalho e renda.

Do total de 1274 indústrias registradas na Secretaria da Fazenda Estadual em 2002, as indústrias de confecções participaram com um número de 700 empresas, o que equivale a 54,94%.¹¹ Importante ressaltar que a maior parte das indústrias de confecção locais são microempresas. Este fato irá diferenciá-las das indústrias siderúrgicas que se caracterizam por serem empresas de maior porte e estarem concentradas em poucas unidades. Por sua vez, a confecção, por ser composta majoritariamente por microempresas, possui uma importância social na distribuição de renda. A indústria da confecção atrai também outros elos de sua cadeia produtiva para a economia local, tais como o comércio atacadista de tecidos, de fibras

⁶ Pesquisa realizada em 2003 pelo IEMI.

⁷ TABELA 07, ANEXO A.

⁸ TABELA 08, ANEXO A.

⁹ TABELA 09, ANEXO A.

¹⁰ Pesquisa realizada em 2003 pelo IEMI.

¹¹ TABELA 10, ANEXO A.

vegetais beneficiadas, fios têxteis, de acessórios do vestuário e de artigos do vestuário. Outros empreendimentos que gravitam no setor são as lavanderias industriais, os fornecedores de máquinas e equipamentos, as fábricas de etiquetas, técnicos em manutenção e outros prestadores de serviços tanto na esfera da produção como na distribuição do produto.

Além de sua significativa importância na área de geração de emprego e renda, a indústria de confecção traçou um novo perfil para a cidade, sob o aspecto econômico, espacial e ambiental, bem como um novo perfil do trabalhador.

Do ponto de vista econômico, vários aspectos diferenciam a indústria da confecção da indústria metalúrgica. Um dos aspectos mais significativos refere-se à diversificação industrial. A indústria metalúrgica local, embora apresente alguma diversidade como a siderurgia (produção de ferro gusa), siderurgia de ferro fundido, metalurgia de laminados, indústria metalúrgica não ferrosa, indústria mecânica e de material elétrico, tem o ferro gusa como sua maior produção. O ferro-gusa, por ser uma matéria-prima, tem sua produção e preços padronizados, ou seja, seu preço é o mesmo, independente de quem o fabrique. Esta característica aliada ao fato de a maior parte da produção ser destinada ao mercado exportador tornam as siderurgias vulneráveis às oscilações da política cambial, o que provoca ocasionais e generalizadas crises do setor, com grandes impactos para a economia local, a exemplo das crises ocorridas quando a cidade era fortemente dependente deste segmento. Já a indústria de vestuário é diversificada, tanto do ponto de vista do produto quanto de seu mercado, o que impede crises generalizadas, embora, em menor grau, o segmento também seja vulnerável a fatores externos relacionados à concorrência estrangeira e à própria imaturidade do setor. Contudo, suas características gerais permitem pensar formas de desenvolvimento menos dependentes de fatores externos e com um caráter endógeno, isto é, voltado para uma melhor distribuição de renda, envolvendo uma maior cooperação entre os agentes locais, articulando fatores econômicos e socioculturais.

Deve ser ressaltado que, sob o aspecto tributário, é o segmento metalúrgico que mais contribui com impostos e a indústria de confecção fica em segundo lugar na arrecadação. Dados da Superintendência Regional da Fazenda/AF III de Divinópolis indicam que, em 2000, a totalidade da participação do setor metalúrgico na contribuição de ICMS foi de 14,84%. Em 2001 sua participação subiu para 30,47% e em 2002 teve uma queda, ficando em 21,28%. O setor de confecções aparece, em segundo lugar, com 5,94% em 2000, 6,23% em 2001 e 4,87% em 2002. A siderurgia de ferro-gusa, em, 2000 contribuía com ICMS em 3,29%, ficando atrás do setor de confecções que contribuía com 4,87%. Contudo, em 2002, a

mesma ultrapassa o setor de confecções, passando a contribuir com 5,64% da totalidade do ICMS. O crescimento do setor siderúrgico de ferro-gusa em 2001, foi de 31,04%, em relação a 2000 e de 49% em 2002, comparativamente a 2001.

Sob o aspecto ambiental, não resta dúvida de que as diferenças entre as indústrias metalúrgicas e de confecção são imensas. A primeira é altamente predatória em relação ao meio ambiente, o que tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores da cidade. Sua poluição ocorre de diversas formas, contaminando o ar, o solo e as águas. Já a indústria de confecção, *ainda que, em alguns casos, produza resíduos líquidos decorrentes de lavanderias, não provoca maiores danos ambientais.*

Do ponto de vista das formas de ocupação espacial, verificam-se grandes diferenças entre estes dois tipos de indústrias. A indústria metalúrgica, especialmente a siderúrgica, instalou-se em diversos pontos da cidade, ocupando grandes áreas, quando ainda não havia uma legislação urbanística rigorosa que racionalizasse o uso do solo urbano e ordenasse a localização de empreendimentos com fortes impactos ambientais. A indústria de confecção também encontra-se espalhada por toda a cidade, mas na maioria das vezes é oculta aos olhos das pessoas que não se encontram envolvidas com o segmento. Muitas confecções são instaladas em residências ou em condomínios residenciais, sendo comum o empresário do setor construir um edifício, destinando o pavimento térreo para a fábrica e os demais pavimentos para apartamentos residenciais. Porém seus canais de distribuição, na forma das “pronta-entregas”, estão bem visíveis e às vezes distantes das fábricas. Concentram-se em pontos estratégicos da cidade, tais como o bairro Bom Pastor e Centro, transformando espaços que antes eram residenciais em espaços predominantemente comerciais.

O perfil do trabalhador formal nas indústrias metalúrgica e de confecção é diferenciado, especialmente quanto ao gênero, remuneração e faixa etária.

Quanto ao gênero, enquanto o segmento formal metalúrgico ocupa entre 4% e 5% da mão-de-obra feminina, mais de 70% da mão-de-obra da indústria têxtil/vestuário ainda é composta por mulheres. As mulheres da indústria da confecção exercem as tarefas de costura, o que representa a grande parte do trabalho neste segmento. Já os homens exercem, principalmente, as tarefas administrativas, de infesto e corte. Estes dados estão representados no GRAF. 4.

Percentual de trabalhadores com carteira assinada na indústria metalúrgica e têxtil/vestuário, segundo o gênero - 1986-2002

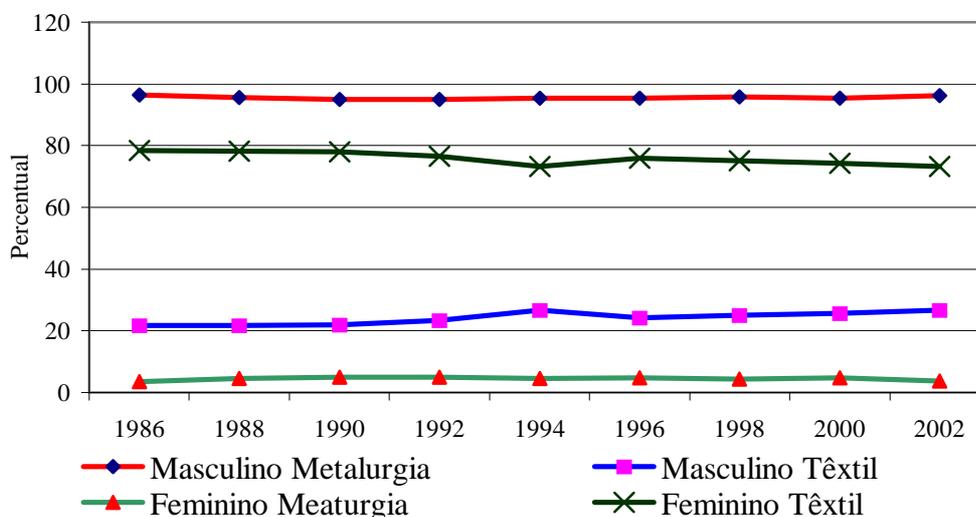


GRÁFICO 4 - Percentual de trabalhadores com carteira assinada na indústria metalúrgica e têxtil/vestuário, segundo o gênero - 1986-2002 -
 Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e emprego

Neste sentido, o desenvolvimento da indústria de confecções em Divinópolis significou maior inserção da mulher no mercado de trabalho, o que por sua vez implicou em mudanças culturais, tais como participação na receita doméstica e maior participação das mulheres no mercado consumidor, o que estimulou outros segmentos comerciais e de prestação de serviços. Contudo, conforme será analisado no capítulo 4, os processos de reestruturação neste segmento industrial têm priorizado a terceirização da costura, através do trabalho domiciliar e informal. Dessa forma, este quadro se modifica, com tendências ao retorno das mulheres costureiras ao trabalho domiciliar, sem os direitos previstos na legislação trabalhista.

No Brasil, de acordo com os Censos demográficos do IBGE, a entrada da mulher no mercado de trabalho ocorreu de forma bastante lenta até a década de 60. De 1920 até 1960 o percentual de mulheres que participava da população economicamente ativa oscilou entre 15,3% (1920) e 17,9% (1960), o que era relativamente insignificante. Um dado relevante é o declínio da participação feminina na PEA entre 1940 e 1950, de 16% para 15,6%. Este fenômeno pode ser justificado pelo fato de o processo de industrialização, ocorrido na década de 1950, ter sido caracterizado pela fabricação de bens duráveis que utilizava maciçamente a força de trabalho masculina.

Sob o aspecto da faixa etária, verificam-se algumas diferenças, uma vez que o segmento metalúrgico ocupa mão-de-obra formal com maior faixa etária, enquanto a indústria de confecção utiliza-se de mão-de-obra formal mais jovem. Este quadro, porém, está se modificando, com uma tendência de a mão-de-obra da confecção concentrar-se nas maiores faixas etárias. Atualmente a maior concentração ainda ocorre na faixa etária entre 25 e 29 anos. Mas em 1986, 40% dos trabalhadores concentravam-se na faixa entre 18 e 24 anos, percentual que gradativamente foi reduzido, chegando a 2002, com a representação de somente 20%. Uma tendência inversa pode ser verificada para os trabalhadores da confecção com mais de 40 anos, cujo percentual em 1986 era de 11%, mas, tendo tido um gradativo crescimento nos anos seguintes, chegou em 2002 com 21%. Observa-se que pelo fato de a indústria da confecção ser um ramo industrial relativamente novo, não possuía nas décadas de 80 e 90 uma mão-de-obra experiente, o que fica demonstrado pela grande concentração de trabalhadores entre 18 e 24 anos, idades características de primeiro emprego. Esta situação apresenta tendência a se inverter, conforme se verifica pelo gradativo crescimento do percentual na faixa etária acima de 40 anos. É provável que os empresários do setor estejam preferindo pessoas com maior experiência, situação que anteriormente não era possível. Por outro lado, deve-se considerar que as tendências de terceirização também modificarão este quadro.

TABELA 11

Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada na indústria têxtil/vestuário de Divinópolis segundo faixa etária - 1986-2002

Faixa etária	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1.998	2000	2002
18 a 24 anos	40	38	37	35	36	34	33	19	20
25 a 29 anos	17	20	19	21	17	19	18	25	26
30 a 39 anos	20	21	21	22	25	24	26	14	15
> de 40 anos	11	13	13	15	14	16	17	18	21

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE

A maior concentração da mão-de-obra metalúrgica está presente nas faixas de idade superiores aos 30 anos. Este fato pode ser compreendido tanto pela baixa mobilidade dos trabalhadores deste segmento que, por desqualificação, permanecem na função em toda sua vida de trabalho remunerado, quanto por ser um setor existente desde a década de 50, que

pode contar com uma mão-de-obra mais experiente. Porém esta situação deve ter sido acentuada após a reforma previdenciária. Como a maior parte do trabalho é considerada insalubre e, em alguns casos, perigosa, muitos trabalhadores tinham direito à aposentadoria especial após 25 anos de trabalho. Entretanto, a reforma na previdência adotou novas regras para aposentadoria, conjugando tempo de contribuição e idade mínima, além de proibir a conversão de tempo comum para o tempo especial. Com estas alterações os trabalhadores metalúrgicos sujeitos ao trabalho em condições insalubres ou perigosas passaram a trabalhar mais de 25 anos, uma vez que não possuíam a idade mínima, ou não puderam realizar as conversões de tempo comum para especial, o que provocou uma concentração de trabalhadores nas faixas etárias mais elevadas. Dessa forma, verifica-se pela tabela abaixo que, em 1998, 29% dos metalúrgicos possuíam mais de 40 anos. Em 2000, este número já era de 30% e em 2002, 36% dos metalúrgicos possuíam mais de 40 anos. Esses dados podem indicar a piora na qualidade de vida desses trabalhadores que não conseguem mais aposentar-se mediante aposentadoria especial, pois conforme se comenta nos círculos da categoria: um metalúrgico com mais de 40 anos é um homem destruído.

TABELA 12

Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada na indústria metalúrgica de Divinópolis segundo faixa etária - 1986-2002

Faixa etária	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1.998	2000	2002
18 a 24 anos	20	20	17	16	18	16	19	17	16
25 a 29 anos	18	18	16	16	17	16	16	30	31
30 a 39 anos	31	30	32	34	33	34	35	23	27
> de 40 anos	27	28	30	32	30	32	29	32	36

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e emprego

Outro aspecto observado refere-se às diferenças quanto aos níveis de escolaridade. Os novos paradigmas tecnológicos e de organização da produção têm substituído o trabalhador braçal, acarretando redução de postos de trabalho e exigindo maior qualificação dos trabalhadores. *A organização tanto do processo de produção como do processo de trabalho de forma enxuta e sistêmica redimensiona as relações de trabalho e as exigências para o trabalhador* (Neves, 1998, p. 329). Em geral, os novos trabalhadores devem possuir maior

tempo de estudo, conhecimento de outras línguas, de informática, capacidade de liderança, de trabalhar em equipe, de solucionar problemas e polivalência nas funções.

Em Divinópolis, tanto as indústrias do vestuário como a metalúrgica têm se utilizado mais dos novos modelos organizacionais, com a adoção da empresa enxuta., que de novas tecnologias. A Gerdau se coloca como exceção pelo fato de ter passado por transformações tecnológicas e por ter montado um sistema de requalificação profissional através da criação de uma escola dentro da própria fábrica.

Em conseqüência ao baixo investimento em tecnologia, tanto a indústria do vestuário como a metalúrgica utilizam mão-de-obra com poucos anos de escolaridade, sendo que, até o ano 2000, mais de 80% de seus trabalhadores possuíam somente até 8 anos de estudo, ou seja, somente até a conclusão do ensino fundamental.

Porém, nos dois segmentos observa-se um declínio neste perfil de mão-de-obra, com a tendência de utilização de mão-de-obra com maior tempo de escolaridade, passando de 8 anos para 11 anos. Em 2000, 84% dos metalúrgicos com carteira anotada possuíam somente até 8 anos de estudo e em 2002 este número era de 73%, sendo que os trabalhadores com 11 anos de estudo aumentaram de 13% em 2000 para 22% em 2002. Na confecção, a faixa de trabalhadores com até 8 anos de estudo reduziu de 86% em 1994 para 66% em 1996, tendo aumentado o número de trabalhadores com 11 anos de estudo, de 19% em 1996 para 33% em 2002. Por outro lado, os trabalhadores que possuem mais de 11 anos de estudo permanecem estagnados nos níveis de 1% do total da mão-de-obra da indústria de confecção. Entre os metalúrgicos a complexidade do trabalho faz com que este percentual seja maior, com a média de 4% ao longo do período de 1986 a 2002.

TABELA 13

Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada empregados na indústria metalúrgica em Divinópolis segundo escolaridade - 1986-2002

Tempo de estudo	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Até 8 anos de estudo	87	85	84	82	84	82	80	84	73
Até 11 anos de estudo	07	10	12	13	12	14	15	13	22
Mais de 11 anos de estudo	03	04	04	06	04	04	04	02	04

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE

TABELA 14**Distribuição percentual dos trabalhadores com carteira assinada empregados na indústria têxtil/confecção em Divinópolis segundo escolaridade - 1986-2002**

Tempo de estudo	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998
Até 8 anos de estudo	85	79	81	83	86	79	79
Até 11 anos de estudo	12	17	18	15	13	19	20
Mais de 11 anos de estudo	01	02	01	01	01	01	01

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE

Embora a participação da mulher no mercado de trabalho esteja se ampliando a cada dia, sua participação ainda tem sido marcada por várias formas de discriminação. Uma das manifestações desta discriminação está nas diferenças salariais. Estudos a este respeito indicam que as mulheres brasileiras recebem salários inferiores aos que são pagos para os homens, bem como as profissões com pior remuneração são aquelas com maior concentração de mulheres.

Esta situação é notória no setor industrial de Divinópolis, quando se analisa a metalurgia e a confecção que são os dois segmentos industriais marcados pelas diferenças de gênero na utilização da força de trabalho. Em geral, os dois segmentos pagam baixos salários para seus empregados, mas, na confecção, os salários são menores que na metalurgia. Os dados da RAIS indicam que, enquanto a maior parte dos trabalhadores metalúrgicos recebe entre 2 e 4 salários mínimos, a maioria dos trabalhadores da indústria de confecção recebe até 2 salários mínimos. As convenções coletivas de trabalho das duas categorias também demonstram estas diferenças, apesar de especificarem apenas o piso salarial. Na convenção coletiva de trabalho de 2003/04 da indústria do vestuário, o piso salarial da arremateira era de R\$310,00 e da costureira R\$350,00. Já o piso salarial das indústrias metalúrgicas de Divinópolis para o período 2003/04 foi determinado em R\$352,00, sendo o piso salarial da Companhia Gerdau de R\$640,00 para o mesmo período.

TABELA 15
Distribuição percentual dos trabalhadores da indústria metalúrgica em
Divinópolis segundo faixas de remuneração - 1986-2002

Remuneração	1986	1988	1.990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Até 2 salários	28	31	17	13	13	15	24	27	25
2 - 4 salários	51	44	47	43	50	46	48	59	53
4 - 7 salários	14	17	24	30	17	16	13	08	13
7 - 10 salários	02	03	06	07	12	09	09	02	05
10 – 15 salários	02	02	03	03	04	03	03	01	02
15 – 20 salários	01	01	01	02	01	01	01	00	01
Acima de 20 salários	01	02	02	01	02	01	02	00	01

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE

TABELA 16
Distribuição percentual dos trabalhadores da indústria têxtil/vestuário em Divinópolis
segundo faixas de remuneração -1986-2002

Remuneração	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Até 2 salários	91	90	79	84	84	79	71	69	78
2 - 4 salários	05	06	17	12	12	18	25	28	19
4 - 7 salários	01	01	02	02	02	02	02	02	02
7 - 10 salários	00	00	01	00	00	00	00	00	00
10 – 15 salários	00	00	00	00	00	00	00	00	00
15 – 20 salários	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Acima de 20 salários	00	00	00	00	0	00	00	00	00

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – MTE

Pôde-se perceber três momentos significativos do desenvolvimento econômico de Divinópolis. O primeiro vinculado à ferrovia, o segundo à siderurgia e o terceiro ao desenvolvimento da indústria da confecção.

Nesse capítulo, procurou-se demonstrar a importância da indústria de confecção para a cidade, especialmente sob o aspecto da geração de emprego e renda, em um momento em que

o setor siderúrgico vivia uma grande crise e os processos de reestruturação produtiva pautavam-se pela extinção de postos de trabalho.

O setor de confecções permitiu maior diversificação da indústria local, rompendo com um certo grau de especialização no ramo siderúrgico e alterou o perfil da mão-de-obra industrial pelo fato de contratar maciçamente mulheres, o que não ocorria com a indústria metalúrgica. Contudo, conforme será analisado no capítulo 4, nos últimos anos este segmento industrial está se reestruturando através da adoção de um modelo empresarial mais flexível e enxuto, o que tem implicado na adoção da terceirização de etapas de seu processo produtivo, especialmente da costura. Este processo tem como consequência o retorno das mulheres costureiras ao trabalho domiciliar, envolvendo a informalidade e precariedade.

Uma característica da indústria de confecção local analisada neste capítulo é a predominância de PME's. Este fato, embora vantajoso sob o aspecto da flexibilidade produtiva, também apresenta desvantagens, sob o ponto de vista das vulnerabilidades enfrentadas pelas PME's. Estas fragilidades podem ser contornadas através de uma articulação de redes de empresas na forma de um arranjo produtivo, a exemplo dos D.I.'s italianos, conforme analisado no capítulo 1. A organização de aglomerações produtivas em APL's permite também pensar formas de desenvolvimento endógeno, envolvendo fatores locais como capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento. Neste sentido, o capítulo seguinte irá refletir sobre as dinâmicas internas da indústria de confecção, verificando suas vulnerabilidades, a existência de inovação, de formas de cooperação e de outras formas de interações que lhe proporcionem condições de se organizar em um A.P.L.

4. DINÂMICAS DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DE DIVINÓPOLIS

Neste capítulo, as análises se concentram nas dinâmicas da indústria de confecção de Divinópolis. O objetivo principal é refletir sobre suas características principais, o processo produtivo, a abrangência do mercado e as formas de distribuição do produto, como suas principais dificuldades; a capacidade de inovação e formas de interações sociais entre as empresas e entre estas e o poder público, entidades de classe e agências de fomento.

A crise do fordismo tem gerado diversas novas formas de organização, mas uma alternativa bem sucedida para as empresas de pequeno porte tem sido a formação de distritos industriais e arranjos produtivos locais.

Os modelos de distritos mais eficientes se constituíram nos países desenvolvidos e procuraram se inserir nas redes de comércio de forma negociada, não subordinada, mediante inovações nas formas de gestão da produção e processos de trabalho. Fazem isso de forma coletiva, com a cooperação entre as empresas, ainda que resguardada a competitividade. Investem em qualificação e valorização da mão-de-obra e contam com um arranjo institucional que garante seu bom desempenho. Os arranjos produtivos locais inspiram-se nos distritos industriais da Terceira Itália e fazem parte de iniciativas de agências de fomento, poder público e iniciativa privada, dentre outros atores.

É neste capítulo que se pretende verificar as hipóteses colocadas neste estudo. A primeira hipótese refere-se à forma como a aglomeração de confecção de Divinópolis se desenvolve. Acredita-se que sua inserção nas redes de comércio está ocorrendo de forma subordinada, mediante uma reestruturação que se utiliza da informalidade, precarização do trabalho e pouca inovação, o que demonstra uma baixa competitividade e conseqüentemente uma grande vulnerabilidade. Outra hipótese, subsidiária à primeira, que se pretende verificar é que, apesar de o segmento de confecção se caracterizar enquanto uma aglomeração produtiva, esta não possui as características de um distrito industrial, especialmente quanto às formas de cooperação entre suas empresas e entre as instituições que lhe dão suporte.

Para a verificação dessas hipóteses, procurou-se caracterizar a indústria de confecção, utilizando-se de fontes primárias e secundárias. Recorreu-se comparativamente à pesquisas já realizadas tanto em nível de Brasil, Minas Gerais, como a outras realizadas no próprio segmento local. Utilizou-se também de dados da Administração Fazendária apresentados no Anuário Estatístico de Divinópolis (2005), além de aplicação de questionários e entrevistas

com entidades representativas, agências de fomento e centros de pesquisa relacionados ao segmento, conforme metodologia descrita na introdução geral deste estudo.

4.1. Características gerais das empresas de confecções

Pretende-se caracterizar o porte das empresas, sob aspectos do emprego gerado, produção, faturamento e de tributos. Nem sempre o tamanho da empresa sob o ponto de vista tributário coincide com seu tamanho em termos de emprego gerado, e não há, necessariamente, relação entre número de empregados diretos e produção, ou entre emprego gerado e faturamento, uma vez que os modelos de empresa enxuta têm ocultado o real tamanho das organizações.

Para a classificação das empresas analisadas, segundo o número de empregados diretos, neste estudo optou-se pelos critérios propostos pelo SEBRAE, conforme TAB. 17:

TABELA 17
Classificação das empresas segundo o número de empregados

Porte	Número de empregados		
	Indústria	Comércio	Serviço
Micro	Até 19	Até 9	Até 9
Pequena	De 20 a 99	De 10 a 49	De 10 a 49
Média	De 100 a 499	De 50 a 99	De 50 a 99
Grande	Acima de 500	Acima de 100	Acima de 100

Fonte: SEBRAE, 1999

A partir desta tabela, observou-se que, no conjunto das empresas pesquisadas, as micro-empresas representam 61,5%, as pequenas 37% e as médias apenas 1,5%, não havendo grandes empresas. Como os processos de subcontratação ocultam o real tamanho das empresas, na fase de coleta de dados desta pesquisa, foram encontradas fábricas que concentram todo o processo produtivo em uma única unidade, e outras que criam os modelos, cortam e encaminham para as facções. Há empresas que produzem, em média, 1000 peças/dia, o que geraria empregos diretos para, aproximadamente, 100 costureiras, mas que possuem apenas quatro ou cinco empregados que atuam na área administrativa.

TABELA 18**Número de empregados por empresas**

	% de	% acumulado
01 — 10	47,7	47,7
10 — 20	13,8	61,5
20 — 30	10,8	72,3
30 — 40	6,2	78,5
40 — 50	6,2	84,7
50 — 60	3,1	87,8
60 — 70	1,5	89,3
70 — 80	4,6	93,9
80 — 90	3,1	97,0
90 — 100	1,5	98,5
100 — 110	1,5	100
TOTAL	100,0	-

Fonte: Pesquisa direta/2004

Predomina, nas indústrias de confecção de Divinópolis, a produção em pequena escala. Sob o aspecto da produção diária, 20% dos entrevistados produzem em média até 50 peças/dia (exclusive 50), 58,5% produzem um volume médio de até 200 peças/dia (exclusive 200) e somente 16,9% produzem acima de 300 peças/dia. Dentre as empresas que produzem acima de 300 peças/dia, algumas chegam a produzir 2000 peças/dia. Este dado é indicativo de que um pequeno percentual de indústria é responsável pela maior parte do volume produzido. Por outro lado, verifica-se que a grande maioria produz em pequena escala, indicando que a confecção divinopolitana se orienta mais para o mercado varejista que para o atacado e apresenta uma postura mais comerciante do que industrial.

TABELA 19**Volume médio diário de peças produzidas**

PRODUÇÃO MÉDIA DIÁRIA	% de empresas	% acumulado de empresas
(...) — 50	20,0	20,0
50 — 100	12,3	32,3
100 — 150	15,4	47,7
150 — 200	10,8	58,5
200 — 250	6,1	64,6
250 — 300	7,7	72,3
300 — (...)*	16,9	89,2
NS/NR	10,8	100
TOTAL	100	-

Fonte: Pesquisa direta/2004

*De 300 a 2.000 peças diárias

Tendo em vista a ocorrência de uma certa sazonalidade no setor, com picos produtivos nos períodos que antecedem o inverno e o Natal, procurou-se verificar também a produção média de 2003. Das empresas entrevistadas, 33,9% produziram até 20.000 unidades/ano e 18,5% produziram entre 100 mil e 500 mil unidades/ano.

Um dado relevante é o fato de que 10,8% dos entrevistados não souberam ou não responderam sobre sua produção diária e 13,8% não responderam sobre sua produção média anual. Estes percentuais, embora não sejam expressivos, caracterizam a ausência de planejamento e controle da produção de uma parcela do segmento, em uma época marcada por um rigoroso controle da produção segundo as necessidades demandadas.

TABELA 20
Quantidade média de peças produzidas em 2003

PRODUÇÃO/2003 (em 1000 unidades)	%	% acumulado
(...) — 20	33,9	33,9
20 — 40	10,8	44,7
40 — 60	13,8	58,5
60 — 80	4,6	63,1
80 — 100	4,6	67,7
100 — (...) *	18,5	86,2
NS/NR	13,8	100
TOTAL	100,0	-

Fonte: Pesquisa direta/2004

*De 100 mil a 500 mil unidades

Em geral, o faturamento das empresas possui uma relação direta com a produção, embora o valor de cada peça possa variar de preço. Neste estudo, verificou-se que predomina na indústria de confecção de Divinópolis não apenas a produção em pequena escala como também o baixo faturamento. Dentre as empresas pesquisadas, observou-se que 29,2% possuem em média um faturamento bruto mensal de vinte mil reais, concentrando-se na faixa *mais baixa da tabela*. Outro dado relevante é que 41,5% se recusaram a responder a esta pergunta, sendo esta ausência de transparência um indicativo de sonegação fiscal.

TABELA 21**Faturamento bruto médio mensal**

Em 1000 reais	%	% acumulado
(...) — 20	29,2	29,2
20 — 40	7,7	36,9
40 — 60	4,6	41,5
60 — 80	1,6	43,1
80 — 100	-	43,1
100 — (...)*	15,4	58,5
Não Respondeu	41,5	100
TOTAL	100,0	352,3

Fonte: Pesquisa direta/2004.

*De R\$100.000,00 a R\$300.000,00

Da mesma forma que a produção possui uma relação direta com o faturamento, este, obrigatoriamente, deve ter uma relação direta com o porte da empresa sob o ponto de vista tributário. Embora um número considerável de empresas não tenha informado seu faturamento, a caracterização das empresas, sob o aspecto arrecadação tributária, mantém a mesma tendência dos itens acima, ou seja, a maior parte são microempresas, seguidas das pequenas e por último as médias, não havendo, entre os entrevistados, empresas grandes.

TABELA 22**Porte da empresa sob o aspecto tributário**

RESPOSTAS	%
MICRO	58,5
PEQUENA	29,2
MÉDIA	12,3
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa direta/2004.

Diante destes dados conclui-se que predomina, entre as confecções de Divinópolis, a microempresa, tanto sob o aspecto do emprego gerado, quanto da produção, arrecadação tributária, havendo ainda a predominância de uma produção em pequena escala.

Outro fator importante na caracterização da aglomeração das indústrias confeccionistas de Divinópolis refere-se ao seu tamanho, seu grau de maturidade e suas vulnerabilidades. Para avaliar os dois últimos itens, consideram-se as variáveis idade e rotatividade das empresas, ou seja, o número de empresas que são abertas e que encerram suas atividades anualmente.

De acordo com a Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais (apud anuário Estatístico de Divinópolis, 2005), no ano de 2001, existiam em seus arquivos 700 indústrias de confecção registradas. Contudo, tanto na indústria de confecção quanto em outros segmentos empresariais, principalmente de pequeno porte, nem todas as empresas registradas legalmente encontram-se em funcionamento. Mas, precisar este número neste segmento empresarial é uma dificuldade pelo fato de muitas destas empresas atuarem silenciosamente em barracões de fundos de quintais e no interior das residências, confundindo tarefas domésticas e profissionais, sem que se tenha notícias de suas atividades. Nem mesmo as entidades representativas – a FIEMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais) e o SINVESD (Sindicato das Indústrias do Vestuário de Divinópolis - possuem esta informação. Curiosamente, este dado foi obtido através da entidade representativa da categoria de trabalhadores, pelo fato desta participar do recebimento do imposto sindical e da contribuição confederativa.¹² O sindicato profissional apresentou uma listagem obtida a partir da contribuição confederativa, contendo 598 empresas em funcionamento, o que equivale a 85,43% das empresas registradas no órgão fazendário. Contudo, esta diferença já foi maior, eis que uma pesquisa realizada em 1996 indicava a existência de 1311 indústrias registradas na Administração Fazendária e somente 588 em funcionamento, um número equivalente a 44,85% do total de indústrias registradas.¹³ Já em 2000, o número de indústrias de confecção registradas na Administração Fazendária era de 1208, não havendo dados para o número daquelas que efetivamente estavam em funcionamento.¹⁴

Por outro lado, embora haja uma redução do número de empresas registradas, percebe-se que tem ocorrido uma relativa estabilidade quanto ao número total de indústrias de confecção em atividade, uma vez que em 1996 havia 588 empresas em funcionamento e atualmente este número é de 598. Entretanto, esta relativa estabilidade quanto ao número total de empresas em atividade não significa necessariamente a estabilidade empresarial, no sentido

¹² A Contribuição confederativa é estabelecida pela convenção coletiva de trabalho, através da qual todo empregado, sindicalizado ou não, deve contribuir mensalmente, mediante do desconto em folha de pagamento, com o percentual de 1% de seu salário para o sindicato profissional.

¹³ Relatório de pesquisa realizada pelo IMPAR em 1996.

¹⁴ Relatório de pesquisa realizada pelo CAPE em 1999.

de que haja um grupo de empresas permanentes ao longo da história da confecção de Divinópolis. Este dado pode ser percebido pela análise da idade das empresas, conforme tabela 23, que se constitui em um indicador para a compreensão do grau de estabilidade e maturidade do segmento.

TABELA 23
Classificação das indústrias de confecções de Divinópolis
segundo o ano de fundação da empresa

ANO DE FUNDAÇÃO	f	Fr	Fra
1973 — 1976	1	1,5	1,5
1976 — 1979	1	1,5	3,0
1979 — 1982	2	3,1	6,1
1982 — 1985	4	6,2	12,3
1985 — 1988	7	10,8	23,1
1988 — 1991	4	6,2	29,3
1991 — 1994	14	21,5	50,8
1994 — 1997	8	12,3	63,3
1997 — 2000	10	15,4	78,5
2000 — 2003	14	21,5	100,0
TOTAL DE INDÚSTRIAS PESQUISADAS	65	100,0	-

Fonte: Pesquisa direta/2004

Nesta tabela observa-se que, embora o segmento tenha se constituído a partir dos anos de 1970, entre as empresas entrevistadas, apenas 1,5% iniciaram suas atividades no período de 1973 e 1976 (exclusive 1976). Outro dado relevante é que 70,7% das empresas entrevistadas iniciaram suas atividades entre os anos de 1991 e 2003, ou seja, a grande maioria das empresas estão em funcionamento há menos de 12 anos. Isso significa não apenas que as indústrias do setor são relativamente novas, mas também que o setor ainda carece de um certo grau de maturidade e que a grande maioria das empresas que iniciaram suas atividades na década de 1970, não estão em funcionamento atualmente.

Esta característica deste setor na cidade já foi apontada em aglomerações desta atividade industrial em outras localidades, conforme se verifica pela conclusão de um

levantamento realizado na indústria da confecção da Região Metropolitana de Belo Horizonte em 1998:

Embora a indústria têxtil seja tradicional do Estado de Minas Gerais, e, especificamente, em Belo Horizonte, as empresas do setor de confecção são relativamente novas. Das empresas pesquisadas, 51,99% têm até 10 anos, 34,4% de 11 a 20 anos, e apenas 13,7% possuem mais de 20 anos de idade, o que perfaz uma idade média de 16 anos. Esses dados apontam não só para a alta rotatividade das empresas no setor, confirmando o seu ciclo contínuo de nascimento e morte, como para as dificuldades de seu crescimento. (VERSIANI; GASPAR, 1998, p. 259)

Dentre as empresas pesquisadas em Divinópolis, verifica-se que os períodos em que ocorreu maior abertura de empresas, foram nas faixas de 1991 e 1994 (exclusive 1994) e de 2000 e 2003, ambos com um percentual de 21,5% cada. O primeiro período coincide com a fase inicial do Plano Real, podendo ser considerado como uma certa euforia das atividades produtivas e expansão do consumo diante do novo plano econômico. Todavia, o percentual de abertura de novas empresas caiu consideravelmente no período seguinte, entre 1994 e 1997, fenômeno que também pode estar relacionado às conseqüências da política cambial do Plano Real que estabeleceu uma paridade do dólar com a moeda brasileira, e somada à política de abertura comercial, facilitou a importação de confeccionados, prejudicando a indústria nacional. Situação inversa pode ser verificada no período mais recente que também indicou maior abertura de empresas, entre 2000 e 2003. O fator relacionado à abertura de novas indústrias de confecções neste período pode estar associado à mudança na política cambial do Governo Federal. A partir de 1999, o Governo Federal adotou o livre câmbio, o que provocou uma desvalorização da moeda nacional, dificultando as importações e conseqüentemente fortalecendo a indústria nacional. Assim, a confecção de Divinópolis que enfrentava dificuldades diante da concorrência estrangeira, encontrou espaços para expansão neste período, face à redução das importações. Porém, estas dificuldades não foram sentidas somente em Divinópolis, mas também em nível nacional. Eis que em 1998 o Brasil importava 40.338 toneladas de confecções e em 1999, com a desvalorização da moeda nacional, este número caiu para 25.821 toneladas,¹⁵ o que favoreceu à abertura de novas empresas a partir de 2000. Dessa forma, verifica-se um certo grau de vulnerabilidade neste ramo industrial face à concorrência estrangeira.

¹⁵ 1º Relatório setorial da indústria de confecção brasileira, 2003 – IEMI

Este ciclo relativamente curto da indústria da confecção de Divinópolis é comprovado também pelos dados da Secretaria Estadual da Fazenda (apud Anuário Estatístico de Divinópolis, 2005) que indicam o número de indústrias que foram abertas e fechadas no período de 1998 a 2002. Do total de empresas inscritas no órgão fazendário estadual em 1998, 18% pertenciam ao segmento de confecção, contudo, 63,46% das empresas que baixaram ou bloquearam suas atividades também pertenciam à indústria da confecção. O elevado percentual de baixas e bloqueios destas indústrias manteve-se nos anos de 1999 com 58,83% e em 2000 com 68,65%. Já em 2001, a situação se modifica com a superação do número de baixas (7,32%) pelo número de inscrições (13,70%).

TABELA 24

Percentual de indústrias de confecção inscritas, baixadas/cancelados em relação ao total de empresas que vivenciaram a mesma situação em Divinópolis – 1998-2002

Ano	Inscrições - %	Baixas/bloqueio
1998	18,00	63,46
1999	23,59	58,83
2000	20,00	68,65
2001	13,70	7,32
2002	12,32	- *

*Os dados ainda não haviam sido computados.

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA ESTADUAL de 31/12/2002
(apud ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE DIVINÓPOLIS, 2005)

Embora os dados do órgão fazendário indiquem um elevado número de fechamentos de empresas em 2000, quando já se observava um reaquecimento do setor, este fato pode se referir à regularização junto ao fisco. É que, conforme indicado, apenas 44,85% das empresas registradas estavam em funcionamento em 1996. Provavelmente as empresas que estavam paralisadas, mas sem o correto bloqueio no órgão de fiscalização, regularizaram esta situação nos anos seguintes. Neste sentido, os dados da pesquisa realizada em 2004 apresentaram uma diferença menor entre as indústrias inscritas no órgão fazendário e aquelas que efetivamente estavam em funcionamento. É possível que o período de 1998 a 2000 tenha sido uma época em que muitos empresários do setor regularizaram junto ao fisco uma situação que já vinha ocorrendo de fato.

Contudo, mais que a regularização de uma situação, os dados do órgão fazendário confirmam um certo grau de vulnerabilidade do setor de confecções local, tanto por fatores

relacionados à concorrência estrangeira, conforme já analisado, como por fatores internos, como se verificará adiante. Ou seja, se por um lado, há um significativo número de indústrias de confecções que são abertas anualmente, não menos significativo é o número de indústrias que encerram suas atividades temporariamente ou definitivamente.

Um dado relevante é que o processo de redução do número de indústrias de confecção ocorreu não só em Divinópolis, mas também em toda a região Sudeste. Dados levantados pelo IEMI indicaram que em 1997 havia 11.856 unidades em atividade, registradas em toda a região Sudeste, e em 2002 o número era de 9.667 indústrias de confecção, o que equivale a uma redução de 18,46%.¹⁶ Este relatório indicou uma redução no número de indústrias deste setor nas regiões Norte e Sudeste e um pequeno aumento nas demais regiões, especialmente na região Nordeste. Segundo o IEMI, o aumento das indústrias de confecção na região Nordeste decorreu de incentivos fiscais e mão-de-obra barata.

Para Leite (2004), a redução das confecções na região Sudeste e seu aumento no Nordeste refere-se a um processo de reespecialização da indústria no país. Esta autora afirma que, embora estas alterações possuam alguns aspectos positivos relacionados à descentralização da produção, fica claro que o sentido desta reespecialização é a competição por preços, o que dificulta a competição por qualidade.

4.2.Fatores que contribuíram para a formação da indústria de confecção e as dificuldades de seu desenvolvimento

Compreender a formação de uma aglomeração produtiva espacial torna-se relevante pelo fato de se verificar as possibilidades de replicabilidade ou aprimoramento destes condicionantes em outras localidades através de políticas de geração de emprego e renda. Conforme a teoria de Marshall, os antigos distritos industriais se formaram em decorrência de fatores como proximidades de clientes, de fornecedores ou de outras empresas; mão-de-obra especializada ou de custo reduzido; e formação de um conjunto de conhecimentos e inovações que eram disseminados entre o conjunto das empresas. Pretende-se verificar a presença destes elementos no contexto da formação da indústria de confecções de Divinópolis.

¹⁶ Relatório de pesquisa apresentado em 2003 pelo IEMI, tendo como recorte temporal o período de 1997 a 2002.

Conforme já analisado, a indústria de confecção se expandiu no Brasil na década de 1970 e a montagem de uma fábrica não requer grandes custos e tecnologias, o que facilita a entrada de pessoas com pouco capital neste tipo de negócio. No entanto a indústria da confecção não se encontra pulverizada em muitos municípios, apresentando uma tendência a se aglomerar em alguns pólos. Em Minas Gerais, por exemplo, os principais pólos de confecção são Região Metropolitana da Grande Belo Horizonte, Juiz de Fora, Divinópolis e Uberlândia. Outras cidades que possuem aglomerações desta indústria, cujo número de empresas é menos expressivo são: Patos de Minas, Uberaba, Sete Lagoas, Governador Valadares, Formiga, dentre outras.

Com exceção da R.M.B.H., verifica-se que os três principais pólos de confecção de Minas Gerais – Juiz de Fora, Divinópolis e Uberlândia - possuem algumas características comuns que podem ter contribuído para a formação da aglomeração de confecção. A primeira característica reside no fato destas cidades serem de porte médio e se constituírem enquanto pólo regional, o que lhes proporciona um bom mercado consumidor e dinamismo comercial. A segunda característica está no fato destas cidades já possuírem uma tradição industrial, permitindo que o desenvolvimento deste segmento seja inserido em uma certa infra-estrutura já formada como um sistema financeiro, logística, agências de fomento, entidades de classe e principalmente uma mão-de-obra disciplinada ao trabalho industrial.

Em Divinópolis, é provável que as características acima tenham influenciado o desenvolvimento da indústria de confecção. Isso fica demonstrado pelas respostas dos questionários, quanto ao item acerca dos fatores locacionais mais importantes para a criação da empresa. O principal fator apontado foi a proximidade de clientes. Estes clientes, certamente, decorrem tanto da população local quanto da polarização regional exercida pela cidade, formando um bom mercado consumidor. Os demais fatores que se seguiram, em ordem de importância, foram a proximidade de fornecedores, a mão-de-obra especializada e a proximidade de outras empresas. Os incentivos governamentais e o custo de mão-de-obra aparecem em último lugar na ordem de importância.

Deve ser ressaltado, contudo, que este estudo investigou a atuação de empresários, cuja maioria se estabeleceu no setor há menos de 12 anos, quando o segmento já havia se constituído. Dessa forma, alguns fatores apontados, como a proximidade de fornecedores,

constituíram-se ao longo do desenvolvimento da indústria da confecção, não podendo ser considerados como facilitadores de sua origem, mas que fomentaram a formação da aglomeração.

TABELA 25
Fatores locacionais mais importantes para a criação da empresa,
em ordem de prioridade

RESPOSTAS	1º LUGAR	2º LUGAR	% 3º LUGAR
Proximidades de clientes	29,2	26,2	4,6
Proximidade de fornecedores	23,1	12,3	7,7
Mão-de-obra especializada	15,4	12,3	12,3
Proximidades de outras empresas	10,8	13,8	9,2
Incentivos governamentais e ou locais	10,8	6,2	0,0
Custo de mão-de-obra	3,1	13,8	13,8
Outros	1,5	-	-
Não respondeu	6,2	15,4	52,3

Fonte: Pesquisa direta/2004. RESPOSTAS MÚLTIPLAS

Verifica-se que os elementos apontados por Marshall foram encontrados na formação da aglomeração da confecção local, o que pode se constituir em um modelo para a compreensão das concentrações contemporâneas. Mas, se por um lado este segmento industrial encontrou na cidade algumas condições para a sua formação, as análises que se seguem indicam que o mesmo carece de políticas públicas de apoio ao seu desenvolvimento.

Conforme já analisado, a indústria de confecção possui um certo grau de falência precoce. Além dos fatores indicados anteriormente, os levantamentos deste estudo apontaram várias dificuldades de desenvolvimento das confecções de Divinópolis, que permitem algumas conclusões. Um fator que pode estar relacionado a este grau de falência precoce refere-se à forma como os empresários se inserem no ramo de confecção: 93,8% dos entrevistados estruturaram sua própria fábrica, enquanto 6,2% adquiriram uma fábrica já estruturada. Por tratar-se de um segmento que exige um baixo custo de investimento inicial e

pouca tecnologia, é possível compreender por que isso acontece. Estruturar uma confecção requer a elaboração de uma cultura organizacional, envolvendo desde o processo de produção até a distribuição do produto final, o que exige experiência e conhecimento. Pesquisas anteriores indicam que a maior parte dos empresários do setor iniciaram suas atividades sem curso de qualificação específica ou contratação de consultorias técnicas.¹⁷ Isso significa que um grande número de microempresas são lançadas no mercado sem conhecimento dos fatores relevantes para a definição de um posicionamento mercadológico adequado e acabam por paralisar ou encerrar suas atividades após um período inicial de experiência. É evidente que, em um ambiente de elevada competitividade, tais fatores tornam-se indicativos de grande vulnerabilidade, revelando a instabilidade das empresas não apenas a fatores externos como também ao próprio negócio.

Na opinião dos empresários pesquisados, a maior dificuldade para a empresa se desenvolver está relacionada à elevada carga tributária. Apesar de a maioria das confecções locais serem microempresas e possuírem uma carga tributária menor, a cadeia produtiva que antecede a fabricação de roupas é caracterizada por empresas de maior porte, cuja carga tributária eleva o preço dos insumos necessários à fabricação de roupas. Considerando que se trata de um setor que emprega grande número de trabalhadores, uma estratégia plausível seria o retorno de políticas setoriais para as áreas de maior geração de emprego, como ocorreu no período em que Itamar Franco esteve na presidência da República.

A inadimplência foi apontada como o segundo dificultador do desenvolvimento do segmento. Conforme será analisado adiante, acredita-se que esta dificuldade está relacionada com a forma de colocação do produto no mercado e com o perfil de clientes que esta indústria atrai.

É importante destacar também que 56,9% dos empresários pesquisados reclamaram contra a falta de apoio governamental para o desenvolvimento de sua empresa. Conforme mencionado no capítulo 1, o grande sucesso dos distritos industriais italianos deve-se a uma governança externa à fábrica, formada por empresários, entidades representativas, escolas e poder público, dentre outros atores. Este é um caminho que tem sido buscado pelas agências

¹⁷ Pesquisa realizada pelo INPAR em 1996.

de fomento, especialmente o sistema FIEMG, mediante a formação dos Arranjos Produtivos Locais. Outras dificuldades apontadas pelos empresários foram: concorrência, dificuldades de créditos, de vendas, a defasagem tecnológica e as dificuldades no processo de gestão.

TABELA 26
Principais dificuldades para o desenvolvimento das empresas

RESPOSTAS	%	BASE
Elevada carga tributária	67,7	65
Inadimplência	61,5	65
Falta de apoio governamental	56,9	65
Concorrência nacional ou estrangeira	40,0	65
Dificuldade na obtenção de recursos financeiros	27,7	65
Falta de pessoal qualificado	26,2	65
Dificuldades de vendas	13,8	65
Defasagem tecnológica	10,8	65
Dificuldade no processo de gestão da empresa	9,2	65
Dificuldade de mudar a cultura da empresa	7,7	65
Falta de qualidade do produto	3,1	65
Excessos de erros e desperdícios	3,1	65

Fonte: Pesquisa direta/2004. RESPOSTAS MÚLTIPLAS.

Apesar do elevado grau de falência precoce da indústria de confecção em Divinópolis, verifica-se que 66,2% dos entrevistados têm suas empresas instaladas em local próprio, somente 29,2% estão instaladas em locais alugados e apenas 4,6% em locais cedidos. Esta característica não se manifesta no conjunto das indústrias de confecção de Minas Gerais, em que 51,5% das empresas estão instaladas em imóveis alugados, 44,1% em locais próprios e 4,4% em locais cedidos.

4.3. Perfil do empresário do setor de confecções

O fato de Divinópolis ser pólo comercial regional foi um elemento importante para o

desenvolvimento da indústria de confecção, por incentivar muitas pessoas a produzirem o que já vendiam de terceiros. A existência de uma cultura comercial contribuiu para a formação de um comportamento mais varejista do empresário da confecção. Este perfil mais comercial que industrial e mais varejista que atacadista pode estar relacionado com as atividades desenvolvidas pelo empresário, anteriormente ao seu ingresso no setor de confecções. Compreender estas características torna-se relevante por suas implicações no processo de formação do segmento e para uma maior compreensão de suas dinâmicas.

Sobre as atividades desenvolvidas pelo empresário anteriormente ao seu ingresso no setor, há uma crença de que estas estavam relacionadas ao setor siderúrgico. Há afirmações no sentido de que, durante a crise siderúrgica, muitas pessoas ficaram desempregadas e resolveram ingressar na área da confecção, conforme descreve um *Guia de Compras* produzido pelo SINVEDS (2004, p. 10):

O pólo divinopolitano ganhou importância e percebeu seu maior desenvolvimento no fim da década de 70, em virtude de uma queda no setor siderúrgico. Nesta época, diversos trabalhadores da siderurgia perderam seus empregos e tiveram que, como única alternativa, auxiliar suas esposas na prestação de serviços de costura, atividade já difundida na cidade, ainda de forma artesanal e doméstica.

A tabela 27 é um indicativo de que esta idéia é equivocada. A atividade anteriormente exercida pelos empresários entrevistados do setor que aparece com maior incidência é a de comerciário. Ou seja, pessoas que atuavam como vendedores, provavelmente no comércio de confecções, resolveram abrir seu próprio negócio. A segunda atividade com maior incidência é a de empresário de outro ramo e em terceiro lugar destacam-se os vendedores viajantes. As costureiras faccionistas aparecem em quarto lugar, as sacoleiras¹⁸ em quinto e os desempregados e as domésticas aparecem nos últimos lugares. Ou seja, com exceção dos empresários de outros ramos, 64,5% das atividades exercidas anteriormente pelos empresários do segmento de confecção relacionam-se com o próprio setor.

¹⁸ Sacoleiras são comerciantes que vão até as residências vendendo produtos, principalmente roupas.

TABELA 27
Especificação da atividade exercida pelo empresário
antes de atuar no setor de confecção

ATIVIDADE ANTERIOR	%
Vendedor Viajante	13,8
Sacoleira	4,6
Costureira/Faccionista	9,2
Empresário de outro ramo	21,6
Comerciário	36,9
Desempregado	3,1
Doméstica	3,1
NS/NR	7,7
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa direta/2004

Resta saber se, entre a atividade anterior e o ingresso no setor de confecção, o empresário ficou algum tempo desempregado. Os dados deste estudo indicam que 73,3% dos pesquisados optaram por ingressar na área não por estarem desempregados. Somente 9,2% dos pesquisados afirmaram que ingressaram no negócio após um período de desemprego, mas não permaneceram nesta situação por mais de 6 meses. E 16,9% não responderam ou não souberam responder a este item, o que pode ser indicativo de que estavam em uma atividade informal ou precária.

Conclui-se que o segmento partiu de pessoas que já possuíam algum capital, pois estavam exercendo atividade remunerada; possuíam uma relativa autonomia e iniciativa pois tinham sido vendedores viajantes, sacoleiras ou empresários de outros ramos; e possuíam alguma experiência na área produtiva como as costureiras faccionistas. Não restou comprovado que os empresários da indústria da confecção sejam trabalhadores oriundos do setor metalúrgico.

A experiência anterior dos empresários do setor na área de vendas, teve forte influência em suas atividades na indústria de confecção, uma vez que a área de vendas aparece em segundo lugar nas atividades que exercem em sua indústria, depois da atividade administrativa.

TABELA 28

Especificação da(s) atividade(s) exercida(s) pelo empresário na empresa

ÁREA DE TRABALHO	%			
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
Área administrativa	84,6	6,2	3,1	-
Área de produção	6,2	18,5	3,1	18,5
Área técnica/planejamento	6,2	7,7	23,1	6,2
Área de vendas	3,1	36,9	7,7	1,5

Fonte: Pesquisa direta/2004

Ao longo do levantamento de dados pôde-se perceber que a tarefa “administrativa”, embora tenha sido apresentada em primeiro lugar, é realizada pelo empresário como um “pano-de-fundo” das demais atividades. Ou seja, é realizada enquanto o empresário vende ou desempenha outras tarefas.

A indústria de confecção de Divinópolis é composta em sua maioria por micro-empresários. Sob o aspecto da cultura organizacional das microempresas, há uma tendência do empresário em desempenhar inúmeras tarefas em seu empreendimento. Este dado foi observado pela própria dificuldade de se agendar com ele um horário para a realização da coleta de dados. Em alguns casos o agendamento dependeu do retorno do empresário de uma viagem que realizava para vender suas mercadorias e, na maioria das vezes, os dados foram coletados com muita insistência desta pesquisadora e nos intervalos entre uma tarefa e outra realizada pelo entrevistado. No ato da coleta de dados, alguns empresários encontravam-se trabalhando como vendedores. Somente nas fábricas de maior porte foi possível coletar os dados em um escritório. Este perfil tarefeiro impede que o empresário reflita sobre seu próprio negócio, conforme afirma o gerente do SENAI de Divinópolis: “O empresário é muito operacional, faz muitas coisas e se esquece de pensar no futuro da empresa. É mais varejista que industrial”.¹⁹

O comportamento comerciante mais que industrial e varejista mais que atacadista foi percebido como um traço característico da cultura do empresário de confecção e já fora observado por outras pesquisas.²⁰

¹⁹ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis, em 22.03.2005.

²⁰ Pesquisa realizada pelo INPAR em 1996.

Embora com um perfil bastante tarefairo, a formação dos empresários é um indicativo de que estes dispõem de condições para se inserir em processos de qualificação e assimilação de uma cultura organizacional marcada por um ambiente inovador. Neste estudo, os dados indicam que a maior incidência é daqueles que concluíram o ensino médio completo, cujo percentual é de 43,1%, e em segundo lugar destacam-se os empresários que concluíram o ensino superior, cujo número equivale a 21,5% dos respondentes.

TABELA 29
Grau de escolaridade do dirigente máximo da empresa

GRAU DE ESCOLARIDADE	%	% acumulado
Analfabeto	1,5	1,5
Ensino fundamental	4,6	6,1
Ensino fundamental	7,7	13,8
Ensino médio incompleto	6,2	20,0
Ensino médio completo	43,1	63,1
Superior incompleto	10,8	73,9
Superior completo	21,5	95,4
Pós-Graduação	0,0	0,0
NS/NR	4,6	100
TOTAL	100	-

Fonte: Pesquisa direta/2004

4.4.A abrangência de mercado e perfil do consumidor

Analisa-se aqui o mercado da indústria de confecção de Divinópolis a partir do tipo de produto fabricado e de seu consumidor preferencial, além da abrangência geográfica e das formas de distribuição do produto. Quanto ao perfil do consumidor, as descrições concentram-se no gênero, faixa etária e poder aquisitivo. Verificar estas características torna-se relevante para a compreensão de suas potencialidades e vulnerabilidades.

As atividades de confecção de tecidos, em geral, consistem na fabricação de produtos relacionados ao vestuário (roupas, meias e acessórios), à linha do lar (cama, mesa e banho) e artigos técnicos (equipamentos de proteção individual etc.). No Brasil, em média, 83% das indústrias de confecção fabricam produtos relacionados à linha do vestuário, como não poderia ser diferente face à maior demanda.²¹

²¹ 1º Relatório setorial da indústria de confecção brasileira, 2003 – IEMI

Em Divinópolis, a totalidade dos pesquisados atua, em primeiro lugar, na área de vestuário, sendo que, além de roupas, 7,7% das empresas fabricam também meias e acessórios e 3,1% fabricam produtos da linha do lar.

Embora as fábricas locais caracterizem-se por fabricar diversas linhas de produtos do vestuário, a maior incidência de respostas foi para roupa esporte (27,7%), roupa jeans (26,2%) e camisas (21,5%). A confecção de roupa jeans foi a primeira linha de produtos da indústria local, nos anos de 1970. Isso se justifica pelo fato de que nesse período ainda predominavam as tendências padronizadas do consumo fordista, sendo a calça jeans seu maior símbolo. A diversificação da produção ocorreu a partir dos anos de 1980, acompanhando as tendências de segmentação do mercado, com a utilização de outros tecidos, principalmente a malha.

TABELA 30
Especificação da linha de produtos

LINHA DOS PRODUTOS	%		
	1º lugar	2º lugar	3º lugar
Roupas Jeans	26,2	15,4	0,0
Roupas Infantis	9,2	9,2	0,0
Uniformes	1,5	1,5	0,0
Roupa Social	6,2	7,7	0,0
Vestidos de Noivas	0,0	0,0	0,0
Camisas	21,5	10,8	0,0
Sportware (Academia) Moda Esportiva	6,2	3,1	1,5
Moda Íntima, Roupa para dormir	0,0	0,0	0,0
Roupa Esporte	27,7	1,5	0,0
Maiôs	1,5	0,0	0,0
Acabamentos	0,0	0,0	0,0
Não Respondeu	0,0	50,8	98,5

Fonte: Pesquisa direta/2004

Em Minas Gerais, este segmento industrial segue as seguintes tendências, segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE: a roupa esporte e social ocupa 50,9% da produção, as roupas infantis 24,6%, roupas jeans 18,7%, sportware 14,3% e roupas profissionais 13,1%.²²

Embora no Brasil a proporção entre homens e mulheres seja bastante equilibrada – 49,2% de homens e 50,8%²³ de mulheres, o relatório do IEMI indicou que em 2002, a maior parte da produção da confecção brasileira destinou-se ao sexo feminino (44,66%), ficando em segundo lugar a produção para o mercado masculino (38,67%) e em terceiro a roupa unissex

²² Diagnóstico Setorial de Confeccões em Minas Gerais, realizado em 1998, p. 15.

²³ Números absolutos no Brasil: 85.932.000 homens e 88.701.000 mulheres - IBGE, censo de 2000.

(18,46). O maior consumo de roupas pelo sexo feminino é justificado por fatores culturais relacionados principalmente a uma maior variedade de artigos consumidos pelas mulheres, bem como pela menor durabilidade dos artigos femininos.²⁴

Em Divinópolis, dentre as fábricas estudadas, 44,6% produzem roupas exclusivamente para mulheres, 41,5% produzem roupas unissex e somente 13,9% produzem com exclusividade para os homens.

Quanto à faixa etária, percebe-se que a indústria local não se preocupa tanto com a especialização e deixa de explorar os nichos de mercados. Embora o cliente preferencial seja o adulto, verificou-se que muitas fábricas produzem para todas as faixas etárias, conforme foi observado pela coleta de dados, uma vez que este item admitiu mais de uma resposta.

TABELA 31

Especificação do segmento de mercado quanto à faixa etária

FAIXA ETÁRIA	%*	BASE
Recém-nascido	3,1	65
Infantil	26,2	65
Juvenil	29,2	65
Adulto	90,8	65

Fonte: Pesquisa direta/2004.

*Respostas múltiplas

A idade média dos brasileiros é de 28,4 anos e 40% da população encontra-se com idade abaixo de 20 anos²⁵, o que indica um bom mercado nas linhas infanto-juvenil. Sob o aspecto das estratégias de mercado, a não percepção de nichos conduzem a uma produção para um mercado anônimo, sem um público definido, que, tendo-se em vista a elevada competitividade, pode ser um fator negativo.

Outro fator que caracteriza a ausência de nichos de mercado é a falta de especificação do segmento quanto ao poder aquisitivo. A maior parte das confecções responderam que produzem para todas as classes de consumo.

²⁴ 1º Relatório setorial da indústria de confecção brasileira, 2003 – IEMI, p. 31.

²⁵ 1º Relatório setorial da indústria de confecção brasileira, 2003 – IEMI, p. 41.

TABELA 32
Especificação dos segmentos de mercado das fábricas de confecção quanto ao poder aquisitivo

PODER AQUISITIVO	%		
	1º lugar	2º lugar	3º lugar
Baixo poder aquisitivo	9,2	3,1	3,1
Médio poder aquisitivo	40,0	7,7	1,5
Alto poder aquisitivo	4,6	10,8	-
Todas as classes de consumo	44,6	3,1	1,5
Não Respondeu	1,5	75,4	93,8

Fonte: Pesquisa direta/2004.

O que define o segmento do mercado quanto ao poder aquisitivo é a marca, preço, modelo e qualidade. Apesar desta pesquisa não ter realizado um estudo sobre a existência de grifes famosas no setor, sabe-se que não existem em Divinópolis fábricas cujas marcas sejam conhecidas em âmbito regional ou nacional, que poderiam indicar um público de maior poder aquisitivo. Sobre a imagem da confecção divinopolitana, o gerente do SEBRAE assim se manifestou:

Acredito que a imagem de nossos produtos ainda é de produtos de má qualidade. Conheço muitas pessoas que não compram em Divinópolis por acreditar que os produtos são ruins. E tudo isso é consequência da situação da competição das empresas na cidade. Agora, existem também empresas que buscam novos mercados e que estão realmente na ponta. Existem empresas muito boas e empresas muito ruins.²⁶

Quanto ao item preço, conforme será observado em outros dados desta pesquisa, um dos fatores de competitividade de Divinópolis é o baixo preço das roupas, o que pode ser considerado um indicativo de um público com baixo poder aquisitivo. Neste sentido, analisou o gerente do SEBRAE de Divinópolis:

Existem poucas empresas que produzem para a classe alta, mas 90% das empresas produzem para a classe baixa. Acredito que a culpa desta atual situação seja da concorrência que acirrou o mercado. A tática de baixar os preços atrai consumidores

²⁶ Entrevista concedida em julho de 2004 por Leonardo Mol de Araújo – gerente do SEBRAE de Divinópolis.

de baixa renda. Não foi algo pensado, esta situação foi consequência do processo de competitividade.

Embora a maior parte dos pesquisados tenha respondido que produz para todas as classes de consumo, seguida pelas classes de médio poder aquisitivo, não há evidências de que isso ocorra e a hipótese é que seu público alvo seja de médio e baixo poder aquisitivo. Para o presidente do SINVESD, a produção para um público de menor poder aquisitivo pode implicar mais em acertos que em erros, pela própria característica do mercado brasileiro, cuja concentração de renda é das maiores do mundo.²⁷

Uma pesquisa do setor, realizada ainda em 1996, percebeu esta característica da confecção divinopolitana como uma falta de sintonia com as novas regras de competitividade:

Essa situação evidencia uma nítida falta de sintonia com uma das principais regras de funcionamento da economia da era da competitividade. A ausência de especificação de mercados é uma circunstância que reduz a capacidade competitiva dos produtos locais, principalmente quando se trata do acesso a segmentos de consumidores de melhor poder aquisitivo e mais exigentes. A persistir esta tendência, a produção local de confecções certamente conviverá com fortes restrições à sua expansão rumo a mercados de melhor nível e, como consequência, tende a permanecer circunscrita aos segmentos atualmente abrangidos, notadamente de modesto poder aquisitivo e cuja principal exigência são os preços praticados.²⁸

A importância da percepção de nichos de mercado, especialmente para as empresas de pequeno porte, torna-se relevante na medida em que as atuais tendências do mercado são caracterizadas pela efemeridade, fragmentação, diferenciação e personalização da produção. Trata-se de uma mudança que atinge a maioria dos segmentos industriais, mas, de forma mais contundente, reflete-se na confecção de roupas. Conforme afirmam Versiani e Gaspar (1999)

A demanda desse setor, sendo bastante diversificada, estrutura-se em um contínuo composto de dois pólos extremos. De um lado, o mercado que se caracteriza pela demanda de produtos impessoais e, de outro, aquele que se exprime pelo gosto e preferência pessoal. No primeiro caso, prevalece o consumo padronizado, com a produção destinada a necessidades objetivas e práticas e cuja ênfase recai na qualidade e durabilidade do produto. Já no segundo pólo há a predominância do atendimento das necessidades da beleza, conforto, caimento e estilo. A demanda estrutura-se na busca a exclusividade ou de estilos que reflitam características ou idiossincrasias pessoais. Para os consumidores o que importa são produtos que

²⁷ Entrevista concedida em julho de 2004 por Valdemar Raimundo Manoel – presidente do SINVESD.

²⁸ Relatório de pesquisa realizada pelo IMPAR em 1996.

exprimam maneiras próprias de perceber o mundo e que possam distinguir suas condutas, conferindo-lhes uma identidade singular.

Quanto à abrangência do mercado, verifica-se que o destino da produção local é bastante restrito, o que acompanha tendência do setor no Brasil. Conforme dados do IEMI, o Brasil é o 5º maior produtor de confeccionados no mundo, sendo sua participação equivalente a 5,4% da produção mundial, ficando atrás de Taiwan com 6,7%, Estados Unidos, com 11,7%, Índia com 20,7% e China que detém 28,0% da produção mundial.²⁹ Contudo, a produção brasileira é, em maior parte, voltada para o mercado nacional, encontrando-se em 48º lugar em valores exportados de confeccionados, com a irrisória participação de 0,3%, sendo que o maior exportador – a China – participa com 18,8% dos valores exportados de confeccionados.³⁰ Da mesma forma, o Brasil também importa pouco, pois ocupa o mesmo 48º lugar em importações neste segmento, sendo sua participação, medida em dólares, equivalente a 0,1% do total de importados, quando os Estados Unidos, que se encontram em primeiro lugar, participa com 34% dos valores importados mundiais de confeccionados.^{31 32}

O fato de a indústria de confecção brasileira ser voltada para o mercado interno é um indicativo da baixa competitividade do setor que, segundo Coutinho e Ferraz (apud Leite, 2004, p. 6), está relacionada à predominância de empresas de pequeno porte que enfrentam dificuldades de investimento *e de adoção de estratégias competitivas e de busca de mercados mais dinâmicos do que o brasileiro*.

Por outro lado, considerando que se trata de um ramo industrial que utiliza de pouca tecnologia e intensiva força de trabalho, é provável que a tendência seja de um crescimento da produção na América Latina, como acontece na Ásia, graças ao menor custo da mão-de-obra, conforme analisou o IEMI.³³

A indústria de confecção mineira também apresenta baixa competitividade. O diagnóstico realizado pelo SEBRAE em 1998, constatou que 45,24% da produção da confecção dirige-se ao mercado local, 15,56% para o mercado regional e 17,38% para o mercado estadual. A produção mineira para outros estados foi de somente 20,77% e para o exterior apenas 0,19%.³⁴

²⁹ TABELA 33, ANEXO A.

³⁰ TABELA 34, ANEXO A.

³¹ Relatório Setorial da Indústria de confecção Brasileira, 2003 – IEMI, p. 26.

³² TABELA 35, ANEXO A.

³³ Relatório Setorial da Indústria de confecção Brasileira, 2003 – IEMI.

³⁴ Diagnóstico Setorial de Confecções em Minas Gerais, 1998, p. 23.

Da mesma forma, a indústria de confecção divinopolitana também possui um mercado restrito e, conforme já indicaram outros estudos, *a confecção divinopolitana é hegemonicamente mineira e não de abrangência nacional*.³⁵ Embora seus produtos estejam presentes, em pequena escala, em todas as regiões do Brasil, a maior parte da produção destina-se ao mercado local e cidades próximas. De acordo com a pesquisa realizada no presente estudo, as cidades que mais recebem o produto são, em primeiro lugar, aquelas próximas a Divinópolis; em segundo lugar, a própria cidade; e após, Belo Horizonte e outras cidades do interior mineiro. Esta situação confirma a análise anterior de que a indústria local teve como elemento favorável ao seu desenvolvimento o fato de Divinópolis polarizar a região Centro-Oeste de Minas, sendo que o mercado de confecção local pouco extrapolou a estes limites.

TABELA 36
Destino da produção dos confeccionados de Divinópolis

RESPOSTAS	%			
	Não fornece	De 1% a 33%	De 34 a 66%	Acima de 66%
Divinópolis	16,9	47,7	27,7	7,7
Cidades próximas à Divinópolis	20,0	53,8	26,2	-
Belo Horizonte	55,4	29,2	10,8	4,6
Outras cidades do interior mineiro	46,2	30,8	15,4	7,7
São Paulo	73,8	13,8	9,2	3,1
Rio de Janeiro	87,7	10,8	1,5	-
Espírito Santo	89,2	10,8	-	-
Região Sul	89,2	7,7	3,1	-
Região Nordeste	87,7	9,2	1,5	1,5
Região Centro-Oeste	87,7	10,8	1,5	-
Região Norte	93,8	6,2	-	-

Fonte: Pesquisa direta/2004

A pequena abrangência geográfica do mercado da indústria de confecção de Divinópolis se expressa na forma como os produtos são distribuídos. Uma constatação desta pesquisa é que a maior parte dos empresários do setor são provenientes da área de vendas (comerciários, vendedores e sacoleiras). Isto pode ter influenciado a forma predominante de

³⁵ Relatório de pesquisa realizada pelo INPAR em 1996.

distribuição dos produtos. A maior parte dos pesquisados afirmaram que a colocação do produto no mercado ocorre em primeiro lugar através da loja da fábrica ou pronta-entrega. Ou seja, os empresários do setor continuam exercendo sua primeira profissão de vendedor atrás de um balcão. As vendas através de pronta-entrega contrariam as recentes tendências do mercado, voltadas para a produção puxada pela demanda, que neste segmento poderia ocorrer mediante encomendas através de representantes comerciais que levariam o mostruário às diversas regiões.

TABELA 37

Formas de colocação no mercado dos produtos fabricados pela empresa

RESPOSTAS	%			
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
Viajante pronta-entrega	15,4	38,5	13,8	1,5
Loja da fábrica	60,0	10,8	9,2	1,5
Lojista através de representante	13,8	24,6	7,7	-
Em feiras	1,5	3,1	1,5	4,6
Sacoleira	3,1	6,2	7,7	4,6
Outras	-	1,5	-	1,5
Não Respondeu	6,2	15,4	60,0	86,2

Fonte: Pesquisa direta/2004

A utilização das pronta-entregas como principal forma de distribuição do produto é também uma característica da confecção mineira. A distribuição da confecção mineira ocorre em primeiro lugar através de pronta-entrega (37,41%), em segundo lugar através de vendas no varejo (25,04%), em terceiro lugar através de representantes (23,73%), as sacoleiras estão em quarto lugar (8,5%) e outras formas de distribuição representam 1,05%.³⁶

Observou-se, neste estudo, que na maior parte das confecções locais não há maiores distinções entre as vendas no varejo e no atacado. Algumas lojas adotam um mínimo de 6 peças para as vendas no atacado, cujos preços ou condições de pagamento são melhores. As principais formas de pagamento ocorrem através de *cheque pré-datado*. Em geral, não fazem

³⁶ Diagnóstico Setorial de Confecções em Minas Gerais, p. 24.

sequer um cadastro do cliente, demonstrando uma relação de anonimato e informalidade em relação aos compradores. Este é mais um indicativo de que predomina na indústria local uma cultura mais varejista que atacadista e mais comercial que industrial. Para o secretário municipal de desenvolvimento da gestão que se encerrou em 2004, a loja de pronta-entrega constitui-se em um aspecto negativo do setor pelo fato de caracterizar um comportamento de espera, no sentido de que o cliente deve vir até à fábrica, o que é prejudicial nestes tempos de acirrada competição, quando é preciso ir até o cliente.³⁷

De fato, o Bairro Bom Pastor e a Rua Pernambuco, estão repletos de pronta-entregas da confecção local, sendo que, diariamente, encontram-se estacionados em suas proximidades inúmeros veículos coletivos de várias localidades de Minas Gerais, que transportam lojistas que vêm adquirir o produto local sem a prévia encomenda.

Os problemas de mercado apontados podem decorrer da forma como o produto é colocado no mercado. De acordo com os entrevistados, os principais problemas relacionam-se com a inadimplência, em primeiro lugar, seguida pela concorrência e pelas dificuldades com as vendas (baixo poder aquisitivo, trocas e demora na chegada de nova estação, especialmente o inverno).

TABELA 38

Principais problemas de mercado, citados pelas indústrias pesquisadas

RESPOSTAS	%		
	1º lugar	2º lugar	3º lugar
Inadimplência	55,4	20,0	3,1
Concorrência	21,5	30,8	1,5
Dificuldades de vendas (baixo poder aquisitivo, clima, trocas, transporte etc.)	15,4	6,2	6,2
Conjuntura econômica	-	4,6	3,1
Não respondeu	7,7	38,5	86,2

Fonte: Pesquisa direta/2004

É provável que a inadimplência decorra da própria informalidade como ocorre a distribuição do produto. Ou seja, as vendas são realizadas predominantemente de forma aleatória, através de pronta-entrega, a um público anônimo, com pagamento através de cheque pré-datado, sem que seja realizado um prévio cadastro do cliente, que em geral é de baixo

³⁷ Entrevista concedida em julho de 2004 por José Elísio Batista, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

poder aquisitivo. Embora as causas de falências e fechamentos de indústrias de confecção não tenham sido objeto do presente estudo, uma vez que se trabalhou somente com empresas em funcionamento, muitos empresários que passaram por estes problemas afirmam que suas crises resultaram da grande inadimplência.

O segundo problema apontado – a concorrência – pode ser decorrente do tipo de cliente que atrai esta forma de colocação do produto no mercado, ou seja, um cliente de pequeno poder aquisitivo que procura mais por preços baixos que por qualidade e que força as indústrias a estabelecerem uma concorrência em torno de preços baixos, o que prejudica a qualidade dos produtos.

Finalmente, o terceiro problema de mercado apontado, que se relaciona com as dificuldades com as vendas, pode ser provocado, além do baixo poder aquisitivo da clientela, também pela informalidade com que a produção é realizada, sem que haja uma sintonia com a demanda. Isto é, produz-se para a pronta-entrega e não mediante encomendas. Fenômenos climáticos relacionados com a demora de nova estação ou problemas relativos à conjuntura provocam desequilíbrios entre produção e consumo, ocasionando dificuldades com as vendas.

Neste sentido, verifica-se que os problemas de mercado presentes na indústria de confecção de Divinópolis trazem como causa a ausência das novas técnicas mercadológicas voltadas para uma produção puxada para a demanda, além de um certo grau de informalidade que permeia todo o processo desde a produção até a sua distribuição.

4.5.A relação da indústria de confecção local com a cadeia produtiva

As aglomerações produtivas caracterizam-se por concentrar em um mesmo espaço vários elos de uma cadeia produtiva que podem se articular de forma horizontalizada a exemplo dos distritos industriais, obtendo daí as vantagens decorrentes das economias de aglomeração e as possibilidades de se beneficiarem de articulações e parcerias entre si e com o poder público, associações de classe, agências de fomento, dentre outros atores, podendo ainda contribuir para uma forma de desenvolvimento endógeno.

Para o Programa Fórum de Competitividade desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (M.D.I.C., 2000, p. 3), a análise de uma cadeia produtiva *permite visualizá-la de modo integral, identificar debilidades e potencialidades nos elos, motivar articulação solidária dos elos, identificar gargalos, elos*

faltantes e estrangulamentos, identificar os elos dinâmicos, em adição à compreensão dos mercados, que trazem movimentos às transações na cadeia produtiva.

A compreensão das cadeias produtivas torna-se relevante por causa das atuais tendências à desconcentração produtiva em unidades autônomas. Conforme já analisado, as cadeias produtivas podem constituir relações hierarquizadas ou horizontalizadas, sendo que na América Latina predominam as primeiras (ABRAMO, 1998).

A indústria das confecções está vinculada à cadeia têxtil, que de uma forma genérica se resume no beneficiamento de fibras naturais e fabricação de fibras sintéticas, que servem de matéria-prima para a tecelagem e malharia que por sua vez produz a matéria-prima para a confecção. A indústria da confecção é, dessa forma, a ponta de uma cadeia, cujos segmentos antecedentes, especialmente a tecelagem, caracterizam-se principalmente por grandes empresas com poder oligopsônico sobre as confecções, que são em maior parte microempresas.

Por sua vez, a indústria da confecção está criando um encadeamento produtivo específico, inspirado no modelo de produção enxuta, mediante a terceirização da costura, através do trabalho em domicílio, informal e precário. Este tema, por sua especificidade, será analisado no quarto capítulo.

Nesta pesquisa verificam-se os locais de aquisição de insumos e técnicos de manutenção necessários ao processo produtivo tais como as máquinas, tecidos, aviamentos, etiquetas, peças para máquinas e técnicos em manutenção. A tabela n.º 39 demonstra que a maior parte destes elementos é adquirida na própria cidade, através do comércio atacadista e varejista local, com destaque para os aviamentos, embalagens e técnicos em manutenção. As fábricas maiores, cujo volume de compras é grande, adquirem este material diretamente dos fabricantes, em São Paulo, obtendo melhores preços e condições de pagamento. O contrário ocorre com as fábricas menores que, por terem pequeno consumo destes insumos, são obrigadas a efetuar suas compras no comércio local. Uma alternativa para os pequenos seria a formação de rede de compradores para aquisição direta do fabricante, em condições de negociação mais favoráveis. Quando os empresários foram indagados sobre esta possibilidade, alegaram dificuldades de compras em conjunto, em razão da especificidade da matéria-prima de cada fábrica.

Quanto à origem dos tecidos, a maior parte é também proveniente de São Paulo, seguida por Divinópolis. Apesar de existirem fábricas de tecidos em Divinópolis e em

Itaúna,³⁸ estas cidades fornecem pouca matéria-prima para a confecção local. Embora fabriquem malhas, uma parte considerável de sua produção destina-se a produtos relacionados ao campo cirúrgico, além de fios e fraldas. Sobre pouca incidência de negócios das confecções com a principal fábrica de tecido da região – a FITEDI (Fiação e Tecelagem de Divinópolis) - um empresário da indústria de confecção local afirmou ser difícil se relacionar com a mesma, pelo fato desta não possuir um representante de vendas na cidade.

Quanto as máquinas, estas são adquiridas em Divinópolis, através de revendedores, e em São Paulo.

TABELA 39

Estados, regiões ou países fornecedores de insumos e técnicos em manutenção

RESPOSTAS	%					
	Máquinas	Aviamentos	Embalagens e Etiquetas	Tecidos	Peças p/ Máquinas	Técnicos/ manutenção
Divinópolis	36,9	70,8	78,5	29,2	35,4	56,9
Minas Gerais	3,1	6,2	4,6	13,8	4,6	1,5
São Paulo	27,7	18,5	9,2	33,8	29,2	4,6
Rio de Janeiro	-	-	-	3,1	1,5	-
Região Sul	-	1,5	4,6	7,7	-	-
Outros Estados	-	1,5	1,5	7,7	1,5	-
Outros Países	3,1	-	1,5	1,5	-	-
NS/NR	29,2	1,5	-	3,1	27,7	36,9

Fonte: Pesquisa direta/2004. RESPOSTAS MÚLTIPLAS

As formas de relacionamento com o fornecedor ocorrem através de representante e, em menor escala, diretamente com a fábrica, conforme já mencionado. A utilização de representante deve-se à predominância de microempresas no setor, cuja pequena escala de produção impede a relação direta com o fabricante de tecidos.

³⁸ Cidade localizada à 35 km de Divinópolis.

TABELA 40
Formas de relacionamento com o fornecedor

RESPOSTAS	%			
	Sim	Não	As vezes	NR
Direto	26,2%	24,6%	24,6%	24,6%
Representante	75,4%	13,8%	3,1%	7,7%
Outra forma	-	-	1,5%	98,5%

Fonte: Pesquisa direta/2004. RESPOSTAS MÚTIPLAS

Quanto à matéria-prima, embora a confecção de Divinópolis tenha iniciado suas atividades, utilizando-se do *jeans* que, atualmente, encontra-se em segundo lugar, é a malha o tecido mais utilizado. Esta tendência contraria os dados gerais da confecção brasileira, que indicam que os tecidos planos são mais utilizados, representando 48,6% da produção total (em volume de peças), e os artigos de malha ficam em segundo lugar, com 33,1%.³⁹ Em Minas Gerais, de acordo com o SEBRAE, a malha também não é a mais utilizada, aparecendo em terceiro lugar. Porém a malha é utilizada maciçamente pelas microempresas e principalmente pelas indústrias com 2,1 a 5 anos de fundação, o que se enquadra no perfil das indústrias de Divinópolis.⁴⁰ As conclusões do SEBRAE, neste estudo, são de que futuramente haverá maior utilização de malha, devido a evolução tecnológica a qual os fabricantes deste tecido têm apresentado, o que deixará para trás os tecidos planos.

TABELA 41
Especificação da principal matéria prima utilizada

MATÉRIA PRIMA	%
Malha	44,6
Jeans	32,3
Tecido Plano	18,5
Lã	1,5
Não respondeu	3,1
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa direta/2004

³⁹ Relatório Setorial da Indústria De confecção Brasileira, 2003 – IEMI, p. 32.

⁴⁰ Diagnóstico Setorial de Confecções em Minas Gerais, p. 17.

Em síntese, percebe-se, na indústria de confecção local, uma forte dependência dos produtos fabricados em São Paulo e uma ausência de relações com as fábricas de tecidos da cidade e região. Considerando a inexistência de formas de cooperação e as especificidades dos produtos, nota-se que os pequenos fabricantes de roupas são obrigados a comprar matérias-primas através de intermediários, diferentemente das confecções maiores que estabelecem relações diretas com o fabricante, o que certamente torna-se oneroso para os pequenos.

4.6.As formas de inovação no setor

A intensificação do processo de globalização tem elevado os níveis de competitividade entre os agentes econômicos, sob pena de exclusão. A competitividade tem exigido das empresas maior capacidade de inovação, não apenas no que se refere aos aspectos tecnológicos, mas também nos processos de gestão, lançamento de novos produtos e processos produtivos. Devido a efervescência da inovação nos centros produtivos de maior relevância, a economia atual tem sido chamada de *era do conhecimento* (LASTRES, 1999). Ressalte-se que não se trata de um conhecimento em toda a sua complexidade, mas apenas sob o aspecto tecnológico.

Nos distritos industriais italianos as formas de cooperação tendem a promover novas formas de conhecimento que rapidamente são disseminadas entre seus membros, o que se traduz em eficiência coletiva e em um ambiente altamente inovador. Conforme afirma Becattini (...) *o sistema de valores e atitudes predominante no distrito – e que é mais ou menos partilhado por todos os estratos da população – inclui o orgulho de estar tecnologicamente atualizado* (apud XAVIER SOBRINHO, 2001, p. 58).

No presente estudo procurou-se investigar como se processa a inovação na indústria da confecção, verificando as formas de aprendizagem, tanto individuais como coletivas existentes entre seus agentes, que colaboram para construir uma cultura de inovação no segmento. As principais questões observadas referiram-se à importância dada pelos empresários às fontes de informação para o desenvolvimento de sua empresa; aos aspectos relacionados com a inovação tecnológica; e por último, à existência de formas de organização dos empresários que promovam a inovação coletiva do setor, tais como participação de reuniões, filiação ao sindicato e parcerias em geral.

Sob o aspecto das fontes de informações utilizadas pelo setor de confecções, é sabido que Divinópolis é sede de várias agências de fomento, tais como o SEBRAE, SENAI (Serviço Nacional da Indústria) e SESI (Serviço Social da Indústria), que desenvolvem vários programas de apoio às empresas locais, especialmente na área de qualificação. Estão presentes também, na cidade, organizações empresariais como a FIEMG que representa a indústria em nível de Minas Gerais, a ACID (Associação Comercial e Industrial de Divinópolis) que é uma associação empresarial local e o SINVEDS que é a entidade classista dos empresários de confecção. Do ponto de vista da formação técnica voltada para a indústria de confecção, tem-se o CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) de nível médio e duas instituições de ensino superior voltadas para o design na área de confecções, a UNIFENAS (Universidade José do Rosário Vellano) e a FACED (Faculdade de Ciências Econômicas de Divinópolis). No total, a cidade possui quatro instituições de nível superior que, além de prepararem profissionais específicos para a indústria de confecção, oferecem outras formações, que totalizam aproximadamente 40 cursos. Todas estas instituições podem ser caracterizadas como capital social, cuja importância cresce na medida em que o conhecimento torna-se relevante para o desenvolvimento tanto micro quanto macroeconômico.

Contudo, verifica-se que os empresários do setor de confecções utilizam pouco estas fontes de informação para o desenvolvimento de suas empresas. O dado mais alarmante refere-se ao fato de 75,4% dos empresários estudados afirmarem que não se utilizam das fontes de informações universitárias e de escolas especializadas, e outros 15,4% responderem que estas são pouco importantes. Esta ausência de interação é causada pelas próprias universidades, que tradicionalmente mantêm um relativo isolamento acadêmico, diante do que efetivamente poderiam contribuir em termos de conhecimento para o desenvolvimento de uma localidade.

As informações provenientes da FIEMG, SENAI e SEBRAE foram consideradas pouco importantes para 15,4% dos entrevistados e importantes para 24,6%, sendo que 50,8% afirmaram que não as utilizam. Da mesma forma, que as informações vindas de publicações especializadas, de feiras e concorrentes não são utilizadas por mais de 50% dos entrevistados. O fato dos empresários não utilizarem os concorrentes como fontes de informações pode ser um indicativo da ausência de troca de informações interempresariais e, em um sentido mais amplo, da ausência de cooperação que é um elemento fundamental para o sucesso dos distritos industriais.

Por outro lado, as fontes de informação consideradas muito importantes foram os clientes, os fornecedores e a própria empresa. Neste sentido, verifica-se que as formas de aprendizagem revelam-se limitadas e o ambiente inovador torna-se precário, processando-se no interior da própria empresa e não em seu ambiente externo e coletivo como nos distritos industriais.

TABELA 42

Importância das fontes de informação para o desenvolvimento da empresa

RESPOSTAS	%				BASE
	Não utiliza	Pouco importante	Importante	Muito importante	
Clientes	20,0	6,2	36,9	36,9	65
Fontes da própria empresa	13,8	9,2	46,2	30,8	65
Fornecedores	41,5	10,8	24,6	23,1	65
Concorrentes	50,8	13,8	23,1	12,3	65
Publicações especializadas	52,3	20,0	16,9	10,8	65
Fontes da FIEMG, SENAI, SEBRAI, etc.	50,8	15,4	24,6	9,2	65
Fontes do SINVESD	33,8	12,3	46,2	7,7	65
Universidades e escolas especializadas	75,4	15,4	4,6	4,6	65
Feiras	56,9	12,3	26,2	4,6	65

Fonte: Pesquisa direta/2004.

A inovação tecnológica, juntamente com os novos processos organizacionais, também têm sido os principais fatores de competitividade das empresas no atual estágio de globalização, a despeito de suas nefastas conseqüências nos níveis de emprego de trabalhadores.

Contudo, a inovação tecnológica não tem sido característica da indústria de confecção brasileira, principalmente devido ao baixo custo da mão-de-obra neste segmento. As opções de competitividade do setor têm se concentrado na redução de custos através dos processos de terceirização (LEITE, 2004, p. 6). Porém, este processo, além dos elevados custos sociais diante da forma precária como é realizado, implica, ainda, na ausência de qualidade do trabalho, uma vez que as próprias costureiras terceirizadas não possuem condições de investir em tecnologia e qualificação.

As inovações tecnológicas na área de confecção têm se restringido à utilização do CAD (desenho assistido por computador)/CAM (manufaturas assistidas por computador), que permitem a elaboração de moldes de diversos tamanhos a partir de uma matriz. Porém, este processo é utilizado na indústria de confecção divinopolitana somente por empresas maiores que produzem mais de 1000 peças/dia, utilizando-se de pouca variedade de modelos. As pequenas empresas utilizam-se de grande variedade de modelos, que são produzidos em pequena escala, utilizando-se ainda de formas artesanais na elaboração dos moldes. Este processo artesanal de elaboração de moldes implica na não uniformidade de tamanhos entre as diversas fábricas, ou seja, o que é tamanho “P” (pequeno) para uma confecção pode não ser para outra.

Verifica-se que a indústria de confecção se caracteriza por uma certa estagnação tecnológica, limitando-se à substituição do maquinário sem maiores inovações. Segundo os dados coletados, 73,8% das empresas estudadas realizam investimentos em máquinas e equipamentos em períodos não superiores a dois anos, o que representa um aspecto positivo do ponto de vista da atualização de maquinário.

TABELA 43

Intervalo de realização dos últimos investimentos em máquina e equipamentos

RESPOSTAS	%
Menos de 01 ano	32,3
Entre 01 e 02 anos	41,5
Entre 03 e 05 anos	16,9
Não foram feitos	3,1
Não respondeu	6,2
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa direta/2004

A ausência de prioridade tecnológica ficou evidenciada, quando os empresários foram indagados sobre os fatores que interferiram no sucesso de sua empresa. Somente 3,1% dos entrevistados responderam que dependeram muito intensamente da tecnologia para o sucesso de sua empresa e 35,4% afirmaram que dependeram pouco.

A ausência de incremento tecnológico, embora represente uma baixa capacidade inovativa, tem um aspecto positivo que é a geração de emprego e renda, uma vez que a introdução de novas tecnologias, na atualidade, tem como consequência a diminuição dos níveis de emprego. Mas, se as novas tecnologias não têm sido a marca da indústria da confecção, o mesmo não se pode afirmar das inovações organizacionais pautadas pela flexibilidade que têm sido utilizadas, mediante a adoção de modelos de empresas enxutas, cujas etapas terceirizadas – costura, bordado e estamparia – respondem por aproximadamente 80% da mão-de-obra utilizada. Desta forma, um dos fatores mais indicados pelos empresários como intensamente responsáveis pelo sucesso da empresa foram as mudanças na organização da empresa. Contudo, ainda que os empresários entendam que as inovações organizacionais sejam responsáveis pelo sucesso de suas empresas, elas representam a extinção de empregos formais e precarização do trabalho, conforme será analisado no capítulo 4.

O design que é um diferenciador do produto, aparece com pequena incidência pelos empresários pesquisados, como fator de sucesso de sua empresa: apenas 13,8% deles entenderam que a empresa dependeu muito intensamente do design como fator de sucesso. Para a coordenadora do curso superior de “*Design: Moda e Estilo*”, oferecido pela UNIFENAS, ainda existem confecções que não criam, preferem comprar, desmanchar e copiar.⁴¹ A pequena importância dada ao design pode ser consequência da opção do setor de confecção de Divinópolis por vender seus produtos por preço baixo.

Segundo o gerente do SEBRAE de Divinópolis, isso traz consequências negativas para as indústrias de confecção sob o aspecto da competitividade:

Muitas pessoas vêem a moda divinopolitana como algo pobre no que se refere à criatividade e às vezes chegam a dizer que as roupas produzidas aqui são cafonas. A indústria de confecção de Divinópolis é vista como uma grande cópia, uma vez que os produtos da loja X certamente estarão em exposição na loja Y e na Z. Em outras palavras, as lojas da cidade não possuem autenticidade, elas vivem da exploração da criatividade alheia.⁴²

⁴¹ Entrevista concedida em fevereiro de 2005 por Raika Lenisa Bueno Fernandes – coordenadora do curso de Design: moda e estilo da Unifenas de Divinópolis.

⁴² Entrevista concedida em julho de 2004 por Leonardo Mol de Araújo – gerente do SEBRAE de Divinópolis.

TABELA 44

Fatores que interferiram no sucesso da empresa nos últimos anos, classificados de acordo com a ordem de intensidade

RESPOSTAS	%				
	Dependeu Muito intensamente	Dependeu intensamente	Dependeu pouco	Não dependeu	Não Respondeu
Novos produtos	21,5	43,1	18,5	10,8	6,2
Mudanças na organização da empresa	18,5	27,7	24,6	24,6	4,6
Novos mercados	16,9	36,9	13,8	21,5	10,8
Mão-de-obra especializada	15,4	24,6	21,5	26,2	12,3
Investimento em design	13,8	12,3	16,9	46,2	10,8
Novos processos de produção	12,3	23,1	30,8	24,6	9,2
Expansão da capacidade produtiva	10,8	33,8	20,0	21,5	13,8
Estratégias de marketing	6,2	23,1	35,4	26,2	9,2
Tecnologia	3,1	23,1	35,4	27,7	10,8
Outros	-	1,5	-	-	98,5

Fonte: Pesquisa direta/2004. Respostas múltiplas

Sob o aspecto da competitividade, 95,4% dos entrevistados entenderam que a qualidade é o elemento mais importante. O preço baixo é o segundo fator de competitividade, sendo a opção feita por 81,5% dos entrevistados. O fator tecnológico aparece em último lugar como elemento importante na competitividade.

TABELA 45

Principais fatores de competitividade da empresa

RESPOSTAS	% BASE	
Qualidade	95,4	65
Preços	81,5	65
Marca/tradição no mercado	46,2	65
Capacidade produtiva	30,8	65
Distribuição	26,2	65
Flexibilidade produtiva (Terceirização)	26,2	65
Marketing	16,9	65
Tecnologia	9,2	65

Fonte: Pesquisa direta/2004. Respostas múltiplas

Para o gerente do SENAI, a indústria de confecção local tem como característica os baixos níveis de qualidade, produtividade e profissionalização e isso traz sérias implicações no mercado:

Divinópolis está perdendo pólo para outras regiões do país e para algumas cidades da região Nordeste. Não somos um pólo inovador, copiamos tudo, não temos investimento em design, copia-se muito, cria-se pouco. E tudo aquilo que se copia é uma cópia piorada porque se quer economizar na matéria-prima e isso acaba por denegrir a imagem. Hoje somos conhecidos por vender produtos baratos e de baixa qualidade. O que predomina é uma confecção de modinha, cópia pura, barateira.⁴³

A ausência da importância dada ao design pode ser observada também pela forma como as empresas desenvolvem seus modelos. Do total de empresas estudadas, 35,4% afirmaram ter criação própria. No entanto apenas 23,1% afirmaram que contratam estilistas, o que indica que nas outras a elaboração de modelos não é realizada por profissionais qualificados. Apesar da existência de dois cursos superiores na cidade, voltados para o design, ambos são recentes e ainda não formaram profissionais nesta área. A inserção de profissionais nesta área poderá modificar este quadro nos próximos anos.

TABELA 46

Formas de desenvolvimento de modelos em ordem de prioridade

RESPOSTAS	%		
	1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR
Faz criação própria	35,4	12,3	6,2
Contrata estilista	23,1	7,7	6,2
Tira tendências das novelas e outros programas de TV	15,4	7,7	10,8
Vê vitrines das lojas	12,3	15,4	10,8
Pesquisa em revistas de modas	9,2	36,9	6,2
Viaja ao exterior	3,1	1,5	1,5
Não respondeu	1,5	18,5	58,5

Fonte: Pesquisa direta/2004

⁴³ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis, em 22.03.2005.

A grande maioria das empresas pesquisadas lança seus modelos mais de quatro vezes ao ano, o que é feito, segundo os empresários, permanentemente. Esta parece ser uma característica das indústrias de confecção de pequeno porte, que procuram a competitividade mediante a criatividade, embora façam isso de forma pouco profissional, sem a orientação de estilistas. As empresas de pequeno porte no segmento de confecção, como é o caso de Divinópolis, encontram algumas vantagens em relação às grandes empresas, pelo fato de atuarem em um mercado altamente diversificado e de produzirem em pequenos lotes. Enquanto as grandes empresas priorizam a produtividade com menor quantidade de lançamentos anuais, as pequenas dão importância à variedade. Estes fatores permitem que renovem permanentemente seus modelos ainda que dentro de uma mesma estação.

TABELA 47

Frequência de lançamento de novos modelos

RESPOSTAS	%
Uma vez por ano	6,1
Duas vezes por ano	15,4
Três vezes por ano	7,7
4 vezes por ano	27,7
Mais de 4 vezes por ano	35,4
Não soube responder	7,7
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa direta/2004

4.7.O arranjos produtivos locais e a estrutura institucional de apoio à indústria de confecção

A estrutura institucional de uma aglomeração produtiva é compreendida como um conjunto de instituições que lhe dão suporte, tais como tais como instituições de crédito, de treinamento de mão-de-obra, instituições de ensino e pesquisas, agências governamentais de fomento, de serviços tecnológicos e de circulação de informações. Quando estas instituições articulam-se em uma aglomeração produtiva, podem promover uma governança externa às

empresas, com conseqüências positivas ao seu desenvolvimento, podendo ser caracterizadas como capital social. Este, por sua vez, torna-se mais importante que os tradicionais fatores econômicos (terra, capital e trabalho), diante das necessidades de inovação e aprendizagem da economia contemporânea.

Neste item discute-se o apoio institucional do sistema FIEMG na formação de APL's na região Centro-Oeste de Minas Gerais e também o da própria aglomeração da indústria de confecção de Divinópolis. Ao final, analisam-se as formas de cooperação existentes no segmento e seu suporte institucional de apoio a este segmento industrial.

Uma das características marcantes dos distritos industriais são as formas de cooperação existentes entre seus membros. A concentração de indústrias especializadas em determinada localidade é propícia às economias de aglomeração, principalmente pelo fato de permitir parcerias entre as empresas, favorecendo trocas de experiências e informações, reduzindo custos e elevando a eficiência coletiva do segmento empresarial. As parcerias podem ser formadas para atender a um grande comprador, cuja escala de produção de uma empresa isolada é insuficiente; adquirir matéria-prima em maior escala diretamente do fornecedor; adquirir máquinas e equipamentos coletivos; e para desenvolver pesquisa e tecnologia. Conforme Klink (2001, p. 24):

Todos os casos paradigmáticos abordam redes de empresas de pequeno e médio porte, que baseiam suas relações em mixes de confiança mútua, troca de informações, cooperação e competição. A participação conjunta de stakeholders locais no processo de tomada de decisão, tais como os sindicatos, os governos locais, as associações empresariais e outras organizações não governamentais, é também crucial nesses casos.

O sistema FIEMG, baseando-se nas experiências internacionais de distritos industriais contemporâneos, especialmente aqueles desenvolvidos na Terceira Itália, está empenhado na construção de arranjos produtivos na região Centro-Oeste de Minas Gerais, conforme explica o gerente do SENAI:

Nós pegamos o exemplo italiano e estamos tentando adaptá-lo à realidade brasileira. Vamos ter que romper com a cultura individualista para começar a trabalhar o coletivismo e isso envolve conscientização e muito trabalho. A inspiração é a Itália.⁴⁴

O trabalho é realizado pela FIEMG, através do Instituto Euvaldo Lodi (I.E.L.), pelo SENAI, SEBRAE e por entidades representativas de cada aglomeração produtiva, podendo contar também com o apoio do poder público municipal, além do suporte do Governo Federal. Conforme afirmou o gerente do SENAI, *os APL's estão sempre abertos a novas participações de quaisquer entidades.*⁴⁵ O objetivo é a organização de A.P.L's a partir de aglomerações espaciais produtivas de empresas especializadas em determinado produto.

O APL busca o desenvolvimento coletivo da cadeia produtiva de um determinado município ou região. Hoje encontra-se oficializado pelo governo. Existem APL's com apoio formal do governo federal, estadual das prefeituras, do SEBRAE e da FIEMG.⁴⁶

O suporte do Governo Federal aos APL's ocorre através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, utilizando-se dos Fóruns de Competitividade; do Ministério da Ciência e Tecnologia, mediante o Programa Plataformas Tecnológicas e do Ministério da Integração Nacional (FIEMG, 2003, 15).

O principal foco de atuação são concentrações de empresas de pequeno e médio porte, cuja fragilidade deve ser suprida por formas de redes horizontalizadas de cooperação. Seus fomentadores entendem que os APL's tornam-se um instrumento valioso de produção de conhecimento e inovação coletiva, cujos custos não são suportáveis isoladamente por cada empresa. Além de promover a troca de informações e conhecimentos, os APL's também buscam resolver coletivamente problemas relacionados à infra-estrutura, acesso a mercados e fornecedores.

⁴⁴ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis, em 22.03.2005.

⁴⁵ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis, em 22.03.2005.

⁴⁶ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis, em 22.03.2005.

Em geral, a metodologia utilizada para a constituição de um APL é a mesma para qualquer setor produtivo. A idéia central de um APL é promover o desenvolvimento das aglomerações produtivas através de parcerias entre o poder público, empresas, agências de fomento, centros de formação e entidades representativas do segmento, objetivando *criar alternativas para o crescimento que impliquem menores investimentos, resultando em maior produtividade do capital* (FIEMG, 2003, 15).

A idéia do desenvolvimento endógeno está presente nestes programas pelo fato de buscarem a eficiência da cadeia produtiva geograficamente concentrada, procurando criar as economias da aglomeração e evitando as vulnerabilidades externas. Alguns APL's fazem referência à promoção de um desenvolvimento sustentável e outros limitam-se à esfera econômica, sem maiores reflexões sobre a sustentabilidade ambiental ou social da cidade.

Sob o aspecto operacional, um APL inicia-se a partir da iniciativa das agências de fomento, mas gradativamente as responsabilidades na condução dos trabalhos vão sendo transferidas para os empresários da aglomeração produtiva. Inicialmente fazem um diagnóstico do setor, caracterizando as empresas e verificando suas dinâmicas mais gerais tais como o relacionamento com os fornecedores, processo produtivo, mercado e os elos da cadeia produtiva presentes na aglomeração. Após este diagnóstico, o segundo passo é mobilizar os atores envolvidos, buscando sensibilizá-los para a formação de laços cooperativos, além de promover a capacitação do empresariado e da mão-de-obra para operar no arranjo. O terceiro passo é a definição de tarefas e responsabilidades. Um instrumento utilizado nesta etapa é o planejamento estratégico, através do qual são elaboradas análises de conjuntura, da cadeia de suprimentos do setor e da gestão dos negócios (FIEMG, 2003, p. 19). Procura-se definir ações a partir das necessidades apresentadas nos diagnósticos, estabelecendo os responsáveis para desenvolvê-las. Estas atividades tornam-se institucionalizadas através de um comitê gestor que tem como função integrar as empresas e entidades pertencentes ao arranjo, bem como atender as suas mais variadas demandas coletivas relacionadas com a pesquisa e o desenvolvimento, treinamento e troca de informações (FIEMG, 2003, p. 20). O comitê gestor deve transformar as dificuldades em projetos que busquem beneficiar todo o arranjo produtivo.

A FIG. 6 apresenta o organograma de um modelo de governança para um APL, sugerido pelas instituições que desenvolvem este trabalho.

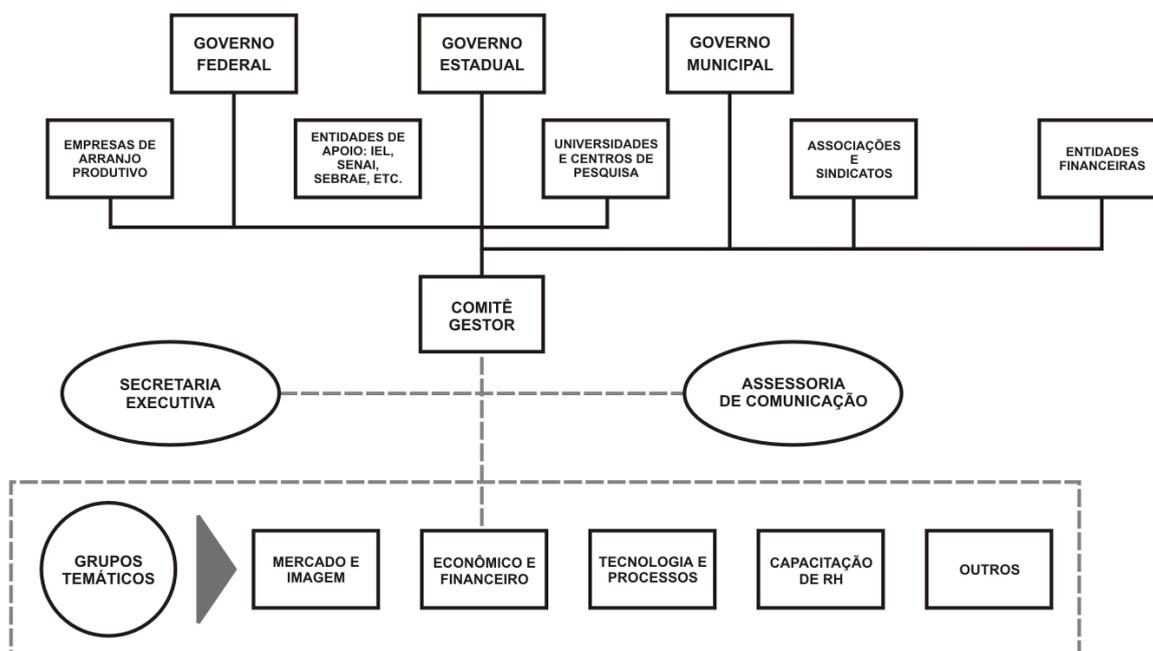


FIGURA 6 – Organograma de um modelo de governança para um APL
 Fonte: IEL-MG, apud FIEMG, 2003, p. 21

As agências de fomento estão desenvolvendo também um sistema de avaliação dos APL's que está sendo denominado Gestão Estratégica Ordenada. Este sistema funda-se na utilização das tecnologias de informação, através das quais todas as ações dos APL's se tornam visíveis através de um *site* da Internet.

Atualmente, a idéia é informatizar os APL's através da Gestão Estratégica Ordenada. Dessa forma, para saber como está determinado APL, com vão as ações, o que está acontecendo, quem participa, bastará acessar essas informações da Gestão Estratégica Ordenada. Podemos assim, monitorar o trabalho. A vantagem deste sistema é que estabelecerá metas e indicadores de desempenho, focado em resultados.⁴⁷

A região Centro-Oeste de Minas é um campo fértil para este tipo de trabalho, uma vez que algumas de suas cidades possuem aglomerações produtivas especializadas em áreas de calçados, confecções, móveis, metalurgia, cerâmica e fogos de artifício, sendo compostas por empresas de pequeno e médio porte. Alguns APL's já estão formados, como é o caso do *setor*

⁴⁷ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis.

calçadista de Nova Serrana, o de fundição envolvendo Itaúna, Divinópolis e Cláudio e o de fogos de artifício de Santo Antônio do Monte.

Na região, temos três APL's em andamento. Formalmente constituído podemos ter como referência Nova Serrana, pelo seu tempo de funcionamento de três anos. É uma saída para a falta de recursos e de investimento governamental. É interessante porque não visa só o desenvolvimento da indústria, mas também do município, da parte social.⁴⁸

Outros segmentos ainda estão se organizando em APL's como a indústria de móveis de Carmo de Cajuru e a indústria de confecção de Formiga. A indústria de confecção de Formiga possui uma peculiaridade em relação à indústria de Divinópolis, pelo fato daquela ter sido formada através de empresas terceirizadas que prestam serviços para grandes fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro, popularmente denominadas facções, sendo que atualmente buscam também trabalhar com exportações através do APL.

Em Formiga, trabalha-se com facção, mas existe um segmento liderado pelos industriais que é o de exportação. Neste setor vão ser produzidas peças inteiras, não será apenas facção. Isso porque, atualmente muitas fábricas vão buscar peças na Colômbia, porque precisam de grande quantidade de peças. A idéia é produzir calça jeans, uniforme, modinha e moda praia. Atualmente a facção trabalha a um ano produzindo para grifes de São Paulo.⁴⁹

O A.P.L. da indústria de confecção de Divinópolis ainda está em fase embrionária, conforme justificou o gerente do SENAI:

O setor de confecção é um setor mais complicado, demora-se mais a convencer as pessoas. (...) Está em fase embrionária. Isso porque a construção de um APL baseia-se em fatos e dados, então o primeiro ponto é o diagnóstico. O que tínhamos, foi feito apenas com 30 empresas, sem muita profundidade. Agora vamos fazer um com mais abrangência e profundidade.

As dificuldades de constituição do APL do setor de confecção estão relacionadas com a ausência de uma rede de interações sociais neste segmento. A construção do APL implica na modificação desta tradição.

Nesta pesquisa procurou-se verificar os aspectos de cooperação entre os empresários através da participação em parcerias, filiação à entidade de classe e participação em

⁴⁸ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis, em 22.03.2005

⁴⁹ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis, em 22.03.2005.

encontros ou reuniões com outros empresários da confecção e instituições de apoio, para tratar de assuntos de interesse comum.

Embora o setor de confecção de Divinópolis seja uma concentração de indústrias especializadas, seus empresários ainda não utilizam de articulações horizontalizadas na gestão de seus negócios. Isso fica evidenciado, uma vez que 69,2% das empresas estudadas nunca participaram de qualquer forma de parceria. As articulações ocorridas foram em número pequeno, como para adquirir matéria prima, quando 10,8% dos empresários responderam afirmativamente. As parcerias para desenvolver processos de inovação tecnológica foram realizadas por 7,7% dos pesquisados e para atender a um grande comprador por 6,2% destes.

TABELA 48

Participação da empresa em parceria com outras empresas

RESPOSTAS	%
Atender a um grande comprador	6,2
Desenvolver algum processo de inovação tecnológica	7,7
Adquirir matéria-prima ou máquinas e equipamentos	10,8
Outras formas de parceria:	4,6
Nunca participou de nenhuma parceria	69,2
Não Respondeu	1,5
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa direta/2004

Os dados a respeito da participação em encontros ou reuniões com outros empresários da confecção ou instituições de apoio, para tratar de assuntos de interesse comum, indicam que as formas de cooperação neste sentido ainda são bastante incipientes. Do total de pesquisados, somente 23,1% responderam que sempre participam. A maior incidência de respostas – 47,7% - foi de que “às vezes” participam. E 29,2% afirmaram que nunca participaram.

A ausência de redes horizontalizadas neste segmento, para o gerente do SENAI local, tem como conseqüência a vulnerabilidade do setor e a baixa competitividade:

(...) é um setor não muito unido, muito desagregado. Essa desunião é uma característica que nós da FIEMG estamos tentando trabalhar para reverter. Em Nova Serrana, o setor calçadista possui um bom nível de cooperativismo, bem mais alto que o de

Divinópolis. Estas desarticulações causam, ao meu ver algumas vulnerabilidades. De acordo com os dados nós não somos competitivos nem em preço nem em qualidade. A China, coloca uma bermuda dupla face à venda em Divinópolis pelo preço de R\$12,00, se nós formos fazer a mesma bermuda, o nosso preço de venda seria em torno de R\$20,00 a R\$24,00. É um concorrente para o qual não podemos fechar os olhos. A China está presente em nosso mercado.⁵⁰

Outro dado indicativo de ausência de cooperação no setor de confecção local refere-se ao baixo percentual de sindicalizados em sua entidade representativa, o SINVEDS. Esta entidade foi fundada em 1989 e possui um número de 203 sindicalizados, o que equivale apenas a 33,94% das empresas em funcionamento. Em suas atividades o SINVEDS procura ampliar o mercado da indústria de confecção através da organização de feiras próprias, bem como na participação de outras feiras de caráter nacional e internacional. Fornece também consultorias nas áreas de produção e circulação de mercadorias, além de assessoria jurídica.

A FIEMG possui uma sede regional na cidade e está envolvida na formação do A.P.L. de confecção, conforme indicado anteriormente. Esta entidade representa o BNDES e o BDMG, objetivando proporcionar, especialmente às PME's, o acesso às linhas de financiamento destes bancos.

A partir de uma iniciativa do SINVEDS, foi criada em Divinópolis uma instituição de crédito cooperativo da indústria de confecção, o DIVICRED. Esta instituição possui uma política de crédito especial para a indústria de confecção, com taxas de juros abaixo do mercado.

O Sistema "S" juntamente com o SEBRAE estão presentes na cidade e concentram esforços na criação de APL's. O SENAI possui um Centro Tecnológico de Confecção que visa à qualificação dos trabalhadores do setor.

Ainda em termos de qualificação profissional, a cidade possui instituições de formação de nível médio e superior, conforme citado anteriormente. A UNIFENAS e a FACED que oferecem cursos superiores na área de design, moda e estilo, não formaram profissionais ainda, pelo fato de seus cursos serem recentes. Por esta razão, não há ainda condições de avaliação de sua contribuição para a indústria de confecção local. Contudo, com exceção dos estágios supervisionados e extracurriculares, nenhuma destas instituições encontra-se articulada ao segmento através da extensão universitária, ou seja, todas atuam de forma

⁵⁰ Entrevista concedida por Cristiano Ribeiro Ferreira Jacobi, gerente do SENAI de Divinópolis, em 22.03.2005.

isolada. Mas, todas afirmaram que um incipiente trabalho de engajamento já está acontecendo.

Embora haja instituições em diversas áreas voltadas para a aglomeração de confecção, através das entrevistas realizadas, pôde-se verificar a ausência de interações entre as mesmas e a aglomeração de confecção. Apenas o SENAI, SESI, SEBRAE, FIEMG e SINVEDS mantêm alguns laços, objetivando o desenvolvimento da aglomeração, especialmente na construção do APL. As demais instituições atuam de forma isolada. Outro dado relevante é a total ausência do poder público local nas interações com a indústria de confecção. Segundo o secretário de desenvolvimento econômico do Município, isto não é realizado porque não *rende voto. Contudo, admitiu que o governo local poderia desempenhar um papel importante de articulador e facilitador das ações locais de desenvolvimento, principalmente buscando a inclusão da informalidade que ronda a confecção.*⁵¹

O conjunto destes dados são indicativos de que as formas cooperativas no segmento de confecção ainda são precárias ou mesmo inexistentes. Apesar de o segmento possuir instituições de apoio, não há maiores interações entre estas instituições e as indústrias de confecção, a exemplo dos D.I.'s italianos.

A construção do APL do setor de confecção de Divinópolis é um grande desafio para as agências de fomento. Como as formas de cooperação ainda são bastante incipientes ou mesmo inexistentes, o segmento é apenas uma concentração espacial produtiva especializada que se beneficia de algumas economias da aglomeração tais como proximidade de alguns fornecedores, de clientela, mão-de-obra especializada. Apesar de poderem contar com centros de ensino e pesquisa, associações de classe e agências de fomento, utilizam pouco deste tipo de suporte. *As estratégias de competitividade do segmento estão se constituindo por uma via inferior, conforme indicam os dados coletados, mediante a informalidade, precarização do trabalho e pouca inovação.*

Falta ainda à indústria de confecção local o desenvolvimento de formas de cooperação que lhe proporcionem maior eficiência coletiva. As fontes de informação das empresas decorrem principalmente da própria empresa. Ou seja, não aproveitam plenamente do suporte proporcionado pelas instituições de ensino técnico de nível médio e superior, pelas agências de fomento e pelas organizações empresariais como a FIEMG, ACID e SINVEDS. Neste

⁵¹ Entrevista concedida por José Elísio Batista, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico na gestão 2001/04

sentido, as formas de aprendizagem do setor de confecções revelam-se limitadas e o ambiente inovador torna-se precário, processando-se no interior da própria empresa e não em seu ambiente externo e coletivo como nos distritos industriais.

Apesar de o segmento possuir um potencial para se tornar um arranjo produtivo bem sucedido, isto só será possível na medida em que conseguir superar a cultura individualista presente entre seus administradores, estabelecendo uma rede de interações sociais cooperativas. A expectativa é que esta situação seja modificada através do trabalho que vem sendo realizado pelas agências de fomento. Resta saber se os demais atores vinculados a este segmento também se empenharão neste rumo.

5. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO IMPLICAÇÕES NA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES

Este capítulo tem como objetivo analisar a precarização do trabalho feminino na indústria de confecção de Divinópolis, a partir de sua reestruturação. Procura-se refletir sobre as condições mais gerais de precarização do trabalho e sobre a forma como esta se manifesta no trabalho feminino ao longo das cadeias produtivas. A informalidade, que se encontra em plena expansão no contexto da reestruturação produtiva, é analisada, enfocando suas características na indústria de confecção, através do trabalho domiciliar das costureiras. Ao final, é apresentada uma pesquisa qualitativa acerca das condições do trabalho realizado por estas costureiras domiciliares da indústria de confecção de Divinópolis.

5.1. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho

A reestruturação produtiva que emerge em meio à crise da produção em massa, tem sido pressionada pelo acirramento da competição em nível global, pela manutenção ou elevação da taxa de lucro e se orienta pela introdução de novas tecnologias, por novas formas de gestão do trabalho e pela desconcentração produtiva, conforme analisado no capítulo 1.

Conforme afirma Antunes (2000, p. 24), surgem novos processos, onde o cronômetro, a produção em grande escala são *'substituídos' pela flexibilização da produção, pela 'especialização flexível', por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.*

Sob o aspecto do trabalho, verifica-se que uma das marcas destes tempos são as inovações nas legislações trabalhistas, na medida em que vários países estão modificando, gradativamente, o modelo de contrato de trabalho rígido criado ao longo do Estado do bem estar social. O contrato de trabalho sólido, com todos os direitos e obrigações previamente definidos e inalterados ao longo de sua duração, está sendo substituído por modelos mais flexíveis. No Brasil, estas alterações não são recentes, tendo iniciado já na década de 1970. Em janeiro de 1974 foi publicada a Lei n.º 6.019 (D.O.U., 1974) criando a figura do trabalhador temporário, que permitiu a contratação de trabalhadores sem o pagamento de

todos os direitos previstos para o contrato por tempo indeterminado. Em 1983, a Lei n.º 7.102 (D.O.U. 1983) regulamentou a terceirização nos serviços de vigilância bancária. E em 1994 foi aprovada a Lei n.º 8.949/94 (D.O.U.), que acrescentou o parágrafo único ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, admitindo a terceirização na forma de cooperativa. Esse dispositivo possibilitou o surgimento de inúmeras cooperativas de trabalho incentivadas pelos próprios empregadores, objetivando eliminar direitos de trabalhadores ditos cooperados. A terceirização que em diversas situações é realizada na informalidade e ilegalidade, encontra nas cooperativas a forma legal de exclusão da proteção social do Estado. Sobre as cooperativas de trabalho que atuam nos processos de terceirização, Borges e Druck (2002, p.119) entendem que:

É possível que seja a forma de terceirização mais perversa que se difundiu durante a década, já que precariza o trabalho de forma legal – coberta pela legislação – além de criar uma ilusão para aqueles trabalhadores que acreditam ser a cooperativa uma alternativa de autogestão e de um trabalho solidário.

Verifica-se, dessa forma, que o direito objetivo, como regulador das relações sociais, vem paulatinamente apresentando várias modificações e inovações nos textos legais para se adaptar a essas novas exigências do capital.

No Brasil, as convenções e acordos coletivos de trabalho também estão se modificando no sentido de flexibilizar e permitir a precarização do trabalho. As modificações mais comuns referem-se aos chamados bancos de horas que visam flexibilizar a jornada de trabalho. Este mecanismo permite o trabalho em sobrejornada e sua compensação em outro período. É um instrumento de adequação a jornada de trabalho às necessidades das empresas. Contudo, o constante prolongamento da jornada de trabalho contribui ainda mais para o desemprego, caracterizando-se ainda pela utilização em larga escala da mais-valia absoluta. Trata-se de uma grande oportunidade dada pela Constituição Federal promulgada em 1988, na medida em que seu art. 7º, inciso XIII, permite a alteração de jornada de trabalho fixada em 8 horas diárias e 44 horas semanais, através de acordo ou convenção coletiva.

Castel (1998) em suas análises sobre *as metamorfoses da questão social*, entende que atualmente há dois segmentos de emprego: um primário e outro secundário. O primeiro é formado por trabalhadores qualificados, melhor remunerados e mais estáveis. O segundo compõe-se de trabalhadores menos qualificados e submetidos às flutuações da demanda. Afirma Castel que não é somente esta periferia que é precária, mas que *vem ocorrendo uma desestabilização dos próprios estáveis*. E dentro desta nova questão social, indica que três fenômenos estão ocorrendo no mundo do trabalho. O primeiro é a própria desestabilização

dos estáveis. O segundo é a instalação definitiva da precariedade para os mais desqualificados. Castel está se referindo àquelas pessoas que vivem de trabalho temporário, situação que denomina de *interino permanente*. Para este sociólogo, estes trabalhadores têm a precariedade como destino. Vivem de alternância entre *atividade e inatividade, de virações provisórias marcadas pela incerteza do amanhã*, tendo que viver somente do presente, do que ganham a cada dia. A terceira situação, citada por Castel, refere-se aos jovens que nunca trabalharam e aos trabalhadores que estão envelhecendo. Para ele, estes possuem enormes dificuldades de encontrar lugar no processo produtivo. Chama-os de inúteis para o mundo, os supranumerários, normais inúteis, não-forças sociais. Considera que esta inutilidade social também desqualifica-os no plano cívico e político. Eis que são incapazes de se organizar. No máximo permanecem resignados ou manifestam alguma violência esporádica. Entendendo o trabalho como elemento integrador da sociedade, de criador de identidades, Castel afirma que, para o desempregado, sua identidade está perdida. Inicialmente pela profissão, depois pelo pertencimento sindical e finalmente pelos vínculos sociais.

É neste contexto de reestruturação produtiva, marcada por flexibilizações de toda natureza que Mattoso (1996) afirma que tem havido uma expansão da insegurança no trabalho em diferentes níveis, tais como insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação.

As atuais condições de trabalho são marcadas pela precariedade, tendência esta que vem sendo considerada como de caráter estrutural e não cíclico. Tanto o trabalho masculino quanto o feminino vivenciam esta situação. Relevantes estudos, porém, indicam que as mulheres são mais atingidas por este processo.

5.2.A precarização do trabalho feminino no contexto da reestruturação produtiva

Em geral, as novas tendências organizacionais baseadas na flexibilidade, além de significar uma resposta à crise do fordismo nos anos 70, procuraram atender às exigências das novas tecnologias fundadas na microeletrônica, da mesma forma como as inovações tayloristas/fordistas também visavam atender às novas tecnologias da época. Mas, no caso brasileiro, alguns autores (BORGES; DRUCK, 2002) entendem que a reestruturação industrial tem se pautado mais por novos processos organizacionais que por inovações

tecnológicas. Focada na desconcentração, flexibilidade e redução de custos, a marca da reestruturação brasileira tem sido a terceirização.

As terceirizações ocorridas a partir dos processos de desconcentração têm promovido a formação de cadeias produtivas que tanto podem ser hierarquizadas a exemplo do modelo japonês ou toyotismo, como horizontalizadas como no caso da Terceira Itália.

Segundo Abramo (1998), na América Latina prevalece a formação de cadeias produtivas mais próximas ao modelo japonês, caracterizadas pela grande assimetria de poder entre as empresas e fragilidade nas relações. Para a autora, esta assimetria se fundamenta no poder oligopsônico das empresas contratistas, em decisões unilaterais, em novos processos de segmentação do trabalho e no trabalho feminino precário, cujas características estão relacionadas:

a) à natureza dos processos de reestruturação e abertura comercial existentes em muitos países da região; b) à predominância de estratégias de competitividade baseadas na redução de custos sobre outras que tentam promover um maior equilíbrio entre custos, qualidade e design; c) à fragilidade dos tecidos produtivos sobre os quais se desenvolvem esses processos, tanto em termos econômicos quanto institucionais (existência de serviços avançados, processos de formação de atores, existência de espaços de negociação entre eles, etc.) (ABRAMO, 1998, p. 46)

A autora destaca a presença do taylorismo/fordismo nas cadeias produtivas hierarquizadas, uma vez que embora suas características principais estejam sendo modificadas no topo, estas são reconstituídas em seu conjunto. Neste sentido, a separação entre concepção e execução é mantida, visto que a concepção se concentra na empresa líder e a execução se espalha ao longo da cadeia produtiva.

As hierarquias que se formam nestas cadeias não ocorrem apenas em nível de poder e subordinação empresarial, mas também em nível de condições de trabalho. Os trabalhadores diretos da empresa que estão no topo possuem direitos sociais que vão se reduzindo ao longo da cadeia, caracterizando-se sua ponta, na maioria das vezes, pelo trabalho desprotegido socialmente.

Vários estudos a este respeito (ABRAMO, 1998; POSTHUMA, 1998; HIRATA, 1998; NEVES, 2000; 2001; e NOGUEIRA, 2004) têm apontado para o aumento da participação das mulheres, cujo trabalho tem se concentrado na ponta da cadeia com acentuada precariedade. Não se trata de um fenômeno tipicamente brasileiro, mas que vem se manifestando em vários países. E embora seja uma situação típica das cadeias hierarquizadas,

segundo Leite (2004), este quadro tem sido apresentado nas cadeias horizontalizadas como é o caso do modelo italiano:

De uma forte segmentação no mercado de trabalho, caracterizando-se também pela combinação de uma ampla variedade de condições de trabalho com níveis bastante diferenciados de qualidade, remuneração e estabilidade, e, mais uma vez, com uma pronunciada divisão sexual do trabalho, por meio da qual o trabalho feminino cumpre importante papel na garantia da flexibilidade. (LEITE, apud ABRAMO, 1998, p. 46)

No caso do Brasil, a TAB. n.º 49 que apresenta a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho é bastante elucidativa. A principal conclusão decorrente destes dados refere-se à crescente participação feminina na PEA, com a relativa redução da participação masculina. Em 1976 a participação feminina na PEA era de 28,2% e em 2002 este número se elevou para 42,5%. Contudo, se a participação feminina na PEA foi substancial, indicando um crescimento de 47,56% entre 1976 e 2002, o mesmo não ocorreu quanto ao crescimento das mulheres no conjunto dos empregados. Em 1976, sua participação era de 30,3% e em 2002 de 35,8%, indicando um crescimento de apenas 18,15% neste período. Estes dados são indicativos de que os processos de reestruturação produtiva têm ampliado a participação da mulher no mercado de trabalho, mas esta inserção não tem ocorrido na forma do emprego formal, mas em atividades informais e precárias.

TABELA 49

Participação de homens e mulheres na PEA e entre empregados - Brasil – 1976 – 2002

Anos	% de homens na	% de mulheres na	% de homens entre	% de mulheres
1976	71,2	28,8	69,7	30,3
1981	68,7	31,3	67,8	32,2
1983	67,0	33,0	66,6	33,4
1985	66,5	33,5	65,2	34,4
1990	64,5	35,5	63,3	36,7
1993	60,4	39,6	68,2	31,8
1995	59,6	40,4	67,4	32,6
1997	59,6	40,4	66,8	33,1
1998	59,3	40,7	66,1	33,9
2002	57,6	42,5	64,2	35,8

Fonte: IBGE/PNADs-Microdados (apud Fundação Carlos Chagas
http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/tabelas/mmt1.html

*Adaptada por Célia Maria Pedrosa

Outro dado significativo de discriminação sexual, refere-se à remuneração, conforme se verifica na TAB.50. O percentual de mulheres que recebem as menores faixas salariais (até 2 salários mínimos) é superior ao dos homens, sendo que o percentual de homens que recebem as maiores faixas salariais (mais de 10 salários mínimos) é superior ao das mulheres. Por sua vez, o número de mulheres que não possuem rendimentos é superior ao dos homens.

TABELA 50
Rendimento dos ocupados por sexo – Brasil – 2002*

Gênero	Classes de rendimento mensal (salário mínimo)				
	Até 2 sm	Mais de 2 a 5 sm	Mais de 6 a 10 sm	Mais de 10 sm	S/rendimento
Masculino	51,4	26,1	8,2	4,9	8,1
Feminino	57,8	18,7	5,2	2,3	17,0
Total	54,1	22,2	7,0	3,0	11,8

Fonte: IBGE/PNAD – microdados

(apud Fundação Carlos Chagas, http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/tabelas/mmt1.html)

*Adaptada por Célia Maria Pedrosa

A maior inserção da mulher no mercado de trabalho também não significa uma distribuição mais equitativa dos afazeres domésticos, conforme TAB. 51, que indica que as mulheres continuam dedicando maior tempo à lida doméstica que os homens. Este papel feminino de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornadas de trabalho parciais e salário reduzido.

TABELA 51
Percentual de horas semanais dedicadas
aos afazeres domésticos por pessoas de 10 anos e mais,
segundo o sexo – Brasil – 2002

Classes de horas semanais	Homens	Mulheres
Até 16 horas	83,6	33,2
De 17 a 40 horas	15,2	47,5
Mais de 40 horas	1,1	19,4
Total	100	100

Fonte: IBGE/PNAD - microdados

Por esta razão, Abramo (1998) chama a atenção para a necessidade de *visibilização* de alguns problemas encobertos ao longo de uma cadeia produtiva. Para a autora, visibilizar significa pensar a classe trabalhadora de forma *complexa e diversificada*, levando-se em consideração situações de discriminação sexual, marcadas pela precarização do trabalho feminino, que são acentuadas também por outras formas de discriminações como as raciais e étnicas.

Posthuma (1998), ao analisar a participação feminina ao longo das cadeias produtivas, utiliza-se do conceito de exclusão social, procurando aplicá-lo no contexto do trabalho. Para esta autora, exclusão social é um termo mais abrangente, que envolve não apenas as formas tradicionais de exclusão como pobreza, discriminação e desigualdade, mas, permite pensar também em suas formas de reprodução, envolvendo comportamentos individuais e coletivos e instituições que a reforçam. Neste sentido, a exclusão não significa somente o desemprego aberto, mas também as formas precárias de trabalho.

Esta autora, ao analisar o aumento da participação feminina na PEA tanto no Brasil como em outros países, concluiu que se trata de uma inserção excluída:

A atividade econômica feminina continua sendo caracterizada por segregação ocupacional, em setores de baixo status, com remuneração menor que os homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis equivalentes de escolaridade. (POSTHUMA, 1998, p. 21)

Segundo a autora, as oportunidades de trabalho que têm surgido para as mulheres referem-se a empregos com tempo parcial, com menores salários, em postos mais precários, menos qualificados e no mercado informal. A divisão do trabalho, baseada em habilidades femininas, oculta uma discriminação sexual e reforça as representações de gênero historicamente construídas.

O novo paradigma produtivo poderia oferecer maiores condições de igualdade entre homens e mulheres, devido à introdução de tecnologias microeletrônicas. Mas, conforme afirma Posthuman (1998), as pesquisas têm indicado que no Brasil e em outros países as discriminações sexuais estão se aprofundando, tanto em termos de ocupação quanto de qualificações. Para os homens com enfoque tecnológico e para as mulheres as qualificações são de caráter comportamental, fundadas na responsabilidade, lealdade, comprometimento e capacidade de iniciativa.

Neves (2001), ao analisar a reestruturação da cadeia produtiva da FIAT de Betim (MG), concluiu que os processos de reestruturação adotados por esta empresa constituem uma cadeia de subcontratação, que concentra trabalhadores jovens, com maior escolaridade e do

sexo masculino na montadora. Por outro lado, as empresas situadas nos níveis mais baixos da cadeia produtiva, que exercem atividades com menor exigência tecnológica, concentram maior número de trabalhadoras. Neste estudo, a autora também confirma que o processo de reestruturação produtiva e de mudanças tecnológicas não modificaram as formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Ao contrário, reforçaram as situações históricas de subordinação da mulher na sociedade. As formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho revelam as representações sobre o gênero masculino e feminino construídos culturalmente. Ou seja, estas representações culturais são a base da divisão sexual do trabalho, *estabelecendo 'os lugares' a que estão destinados homens e mulheres desde a inserção no mercado de trabalho, as estratégias de qualificação, e os postos de trabalho a serem ocupados* (NEVES, 2001, p. 107).

Contudo, embora esta seja uma situação predominante, vale destacar algumas exceções, conforme indica outro estudo de Neves e Carvalho Neto (2002, p. 211) acerca dos processos de trabalho na fábrica da Mercedes-Benz instalada em Juíz de Fora, na qual verificaram a significativa presença de mulheres na linha de montagem da nova planta (...), sendo inclusive eleitas como porta-vozes das equipes de produção.

Hirata (1998), em um estudo que relaciona reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero, afirma que, embora não haja uma linearidade sobre os impactos dos novos modelos produtivos sobre a organização sexuada do trabalho, há evidências de que esses processos atingem mais as mulheres, sob o aspecto da precarização e informalidade. Há predominância do trabalho qualificado para os homens e um trabalho repetitivo e monótono para as mulheres.

Nogueira (2004), ao analisar este processo, conclui que a feminização do trabalho traz a contradição da precariedade e da emancipação. Mas, que, embora trabalhando em condições precárias, a mulher poderá buscar sua emancipação e modificar este quadro.

5.3.A informalidade no contexto da reestruturação produtiva

A informalidade é um fenômeno inerente ao sistema capitalista, sendo sua conceituação complexa, uma vez que envolve variadas situações. Uma de suas definições decorre de um estudo realizado no final dos anos 60 pela OIT (organização Internacional do Trabalho), relacionando informalidade ao desenvolvimento econômico (FIGUEIRAS;

DRUCK; AMARAL, 2004, p.212). Neste estudo, a informalidade estava associada aos processos de êxodo rural não suportados em sua totalidade pela economia formal urbana. Ou seja, o contingente de trabalhadores que migram para as cidades, não eram absorvidos em sua totalidade pela economia urbana, levando ao crescimento da informalidade. A formulação deste conceito se justifica pelo contexto da época, marcada pela intensa migração de população rural para as cidades nos países que se encontravam em processo de industrialização. Contudo, esta definição apresenta limitações pelo fato de a informalidade ser pensada somente sob o ponto de vista do desenvolvimento dos países em processos de industrialização, em uma visão dualista que separa economia rural e urbana, deixando de considerar as dinâmicas excludentes do processo de produção capitalista.

Segundo estes autores, em meados dos anos 70, passou-se a pensar na informalidade associada a atividades não capitalistas, ou seja, aquelas que não se sustentam a partir da geração da mais-valia, nem pela separação entre o capital e trabalho. Os exemplos mais comuns seriam os trabalhadores por conta própria e as economias familiares, que são segmentos que se desenvolvem subordinados aos processos mais gerais do capitalismo, contraindo ou expandindo conforme o ciclo econômico. Entendem estes autores que este conceito de informalidade rompe com a teoria dual estática presente no conceito anterior, que dividia a economia em dois setores independentes entre si - o moderno e o tradicional - e não refletia a complexidade da dinâmica do processo de produção e emprego. Neste segundo conceito, a informalidade passou a ser pensada no contexto dos processos mais gerais de acumulação capitalista, embora mantendo ainda uma certa dualidade, por separar o setor formal e legal do informal e ilegal.

Para os marxistas, a questão da informalidade estava relacionada ao conceito de exército industrial de reserva, ou seja, a existência de um número de trabalhadores desempregados ou semi-empregados dispostos a aceitarem condições inferiores de trabalho e mantidos no sistema capitalista como freio às pretensões de melhorias daqueles que estão no setor formal. Conforme afirma Lima e Soares (2002, p. 165), esta perspectiva eliminava a dualidade, apontando para a informalidade como uma condição para garantir a acumulação, mas mantendo ainda as condições salariais como situações predominantes. Conforme explica Silva, L.A.M. (2001, p.87):

A crítica marxista insistia na contradição inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista que gera seu próprio excedente de trabalho e, ao mesmo tempo, nele se baseia, procurando contrapor-se à perspectiva dualista e ao caráter contingente que essa conferia ao

‘setor informal’, em uma primeira tentativa de reunificar a análise da evolução estrutural social.

Porém, a crise do fordismo e os processos de reestruturação produtiva exigem uma maior reflexão acerca da informalidade, porque esta apresenta forte tendência à expansão diante da adoção de processos produtivos pautados pela flexibilidade e precarização do trabalho. Neste contexto, a informalidade passa a ser pensada não apenas em decorrência do êxodo rural ou de traços intrínsecos da economia de subsistência, ou de um exército industrial de reserva diante de uma sociedade predominantemente salarial.

Um estudo de Ulyssea (2005) aponta para um crescimento da informalidade do trabalho na década de 1990, depois de um período de estabilidade entre 1983 e 1989. Segundo este autor, nos anos de 1983/89 a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apresentou a informalidade com pouca alteração, permanecendo nos níveis próximos de 28% da população ocupada. Mas, ao final da década de 1990 ela alcançou o percentual de 38%. Para Amadeo et ali (apud ULYSSEA, 2005), o fato de a informalidade alcançar, na década de 1990, níveis superiores ao início dos anos de 1980, que foram marcados por uma forte crise econômica, é um indicativo de que este fenômeno está assumindo um caráter estrutural e não conjuntural.

Dessa forma, a informalidade passa a ser analisada a partir das novas dinâmicas da reestruturação produtiva do capital, tratando-se de um fenômeno em expansão, que envolve tanto os países centrais quanto os periféricos. A informalidade deixa de se referir somente à economia ilegal ou não registrada para fazer parte também da estrutura produtiva dos mercados formais através dos processos de flexibilização (FIGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). São conseqüências da adoção de modelos de empresas enxutas e se expressam através dos terceirizados, trabalhadores temporários, autônomos e também pelo trabalho a domicílio. Envolvem tanto trabalhadores qualificados quanto desqualificados, com altas ou baixas remunerações.

Neste sentido Silva, L. A. M. chama a atenção para um certo esvaziamento do conceito de informalidade no contexto da reestruturação produtiva. Para este autor, a informalidade que antes estava associada a uma condição de marginalidade, exclusão e provisoriade, atualmente tem se tornado uma perspectiva definitiva. O autor observa que a informalidade tem se tornado sinônimo de empreendedorismo, que nada mais é do que uma nova forma de exploração capitalista que busca criar uma ideologia que camufla as condições de desemprego, risco e insegurança:

(...)projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si mesmo. (SILVA L. A. M., 2002, p. 105)

Neste mesmo sentido, Lima e Soares (2002, p. 179) entendem que as tendências crescentes de informalidade procuram valorizar o empreendedorismo e o trabalho autônomo como uma forma de desonerar o capital.

5.4.A informalidade no contexto do trabalho domiciliar da indústria de confecção de Divinópolis

De forma genérica pode-se conceituar o trabalho domiciliar como atividade remunerada exercida no espaço de moradia de quem o realiza. Assumem as formas assalariadas ou por conta própria, podendo o trabalhador realizar todo o processo produtivo ou apenas uma de suas etapas.

Foi utilizado em larga escala no início da revolução industrial, consistindo no *putting out system*⁵². Segundo Marx (apud SILVA, L. H. 2000), as condições de trabalho e remuneração eram precárias, consistindo na execução de partes do processo produtivo nas próprias casas dos trabalhadores, e, devido à exigência de prazos de entrega, poderia ocupar vários membros da família, inclusive crianças, sendo remunerada apenas a pessoa contratada.

A reestruturação produtiva, ao utilizar-se da informalidade, está expandindo o trabalho domiciliar, cuja desintegração se processou com o advento da indústria moderna, mas que retorna na atualidade em meio à introdução de novas tecnologias. Embora este fenômeno possa parecer paradoxal, o mesmo encontra-se coerente com as novas tendências de gestão de trabalho pautadas pela flexibilidade e redução de custos.

Em geral, o trabalho domiciliar encontra-se inserido nas pontas das cadeias produtivas, algumas de extensão internacional, envolvendo grandes empresas que buscam, conforme

⁵² “Sistema de produção industrial, em que a empresa distribui a matéria-prima entre trabalhadores(as) que permanecem em casa, e recolhe o produto posteriormente. O(a) trabalhador(a) não tem vínculo de emprego formal e ganha pela produção que tenha sido entregue.” (Rodrigues, 1990, p. 90)

Lavinias e Sorj (2000, p. 235), tirar *proveito, seja das competências de trabalhadores em diferentes regiões do mundo, seja de menores níveis de remuneração.*

Esta modalidade de trabalho está sendo utilizada de duas formas, uma envolvendo a contratação assalariada formal e outra, o trabalho informal na condição de autônomo, sendo remunerado somente pelas tarefas realizadas (LAVINAS; SORJ, 2000, p. 234). No caso do Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho não distingue o trabalho assalariado, isto é, com vínculo empregatício, pelo local de trabalho, e sim pelas relações de emprego. Neste sentido determina seu artigo 6º: *Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego* (CARRION, 1998, p. 41). A C.L.T. define as relações de emprego, em seu artigo 3º, como aquelas caracterizadas pelo trabalho contínuo, subordinado e remunerado: *Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.* (CARRION, 2005, p. 32). Dessa forma, em muitas situações de trabalho domiciliar, há a relação empregatícia, embora não seja reconhecida pelo empregador, tornando-se uma forma mascarada de trabalho autônomo. No entanto, é realizado por uma única pessoa de forma continuada, para um mesmo empregador, com subordinação, principalmente de cumprimentos dos prazos e qualidade do produto, recebendo a remuneração por tarefa.

A ausência do reconhecimento do vínculo empregatício tem sido um dos motivos da expansão do trabalho domiciliar. Segundo Silva, L.H (2000, p.276), esta modalidade de trabalho tem se caracterizado por

a) sonegação dos benefícios e direitos assegurados pela legislação aos trabalhadores; b) intensificação do trabalho e extensão da jornada para que possam cumprir os prazos contratados; d) irregularidade dos rendimentos devido à demanda variável de trabalho; e) pequena ou nula capacidade de negociação com os contratantes em decorrência da dispersão e inexistência de contatos entre os trabalhadores contratados, tornando difícil ou inviável qualquer forma de organização e atuação coletiva; f) difícil registro fidedigno de sua magnitude devido a seu caráter oculto ou invisível; g) utilização predominantemente de mão-de-obra feminina.

No trabalho domiciliar informal, conforme afirmam Abreu e Sorj (1993), há uma predominância masculina para o trabalho qualificado e conseqüentemente melhor remunerado

e situação inversa para o gênero feminino. As estratégias de reestruturação fundadas no trabalho domiciliar informal têm encontrado certa ressonância nas mulheres, diante de suas necessidades de permanecerem em suas casas desempenhando as tarefas domésticas.

Na indústria de confecção, a adoção de processos de terceirizações fazem parte da reestruturação do setor, buscando torná-lo mais competitivo, diante das dificuldades com a concorrência estrangeira durante o início da abertura comercial nos anos de 1990. As formas de reestruturação na indústria da confecção utilizam-se pouco de novas tecnologias, tendo se pautado mais pela descentralização e flexibilização da produção com o objetivo de reduzir custos, especialmente os encargos sociais, sem maiores preocupações com a qualidade. Conforme afirma Leite (2004, p.10):

(...)os efeitos desse tipo de reestruturação sobre o setor não parecem de bom augúrio, tendo em vista que ele acaba dificultando a adoção de estratégias de competitividade baseadas na qualidade. Como já explicitamos, a competição por custos tende a contaminar o setor, impondo-se de maneira imperiosa sobre o conjunto das empresas na medida em que dificulta a competição das empresas que buscam qualidade.

Outro aspecto que favorece os processos de terceirizações refere-se à sazonalidade da produção, com picos nos períodos que antecedem o inverno e o Natal, o que leva os empresários a subcontratarem nestes períodos.

A indústria de confecção, embora utilize predominantemente do trabalho feminino, tem algumas de suas tarefas tradicionalmente realizadas por homens. Em geral, as principais etapas do processo produtivo são: criação de modelos, elaboração de moldes, infesto⁵³, corte, costura, estamparia e acabamento. A criação de modelos e a elaboração de moldes envolvem poucos trabalhadores, exige maior grau de qualificação, não havendo distinções de gênero na execução destas tarefas. O infesto e o corte são realizados por homens e também envolvem poucos trabalhadores. A costura, que representa aproximadamente 80% da força de trabalho utilizada em todo o processo produtivo, é realizada por mulheres e está sendo terceirizada, juntamente com o acabamento e a estamparia.

⁵³ Infesto refere-se à preparação do tecido para o corte, envolvendo a colocação de várias camadas do mesmo sobre uma grande mesa.

A terceirização da costura, na indústria da confecção, reforça uma discriminação histórica no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho. Leite (2004, p. 13), indica que já em 1999 havia neste setor, relativamente, mais mulheres sem carteira anotada que homens. Ou seja, do total de homens que trabalhavam na indústria têxtil e do vestuário, 29,6% não possuíam carteira anotada, contra 70,4% de mulheres na mesma condição. Da mesma forma que 30,8% dos homens deste segmento trabalhavam por conta própria, contra 69,2% de mulheres.

TABELA 52

Distribuição dos empregados na indústria têxtil e do vestuário, segundo a posição na ocupação e o sexo (Brasil – 1999)

Posição na ocupação	Homens	Mulheres	Total
Assalariado com carteira	38,1	61,9	100
Assalariado sem carteira	29,6	70,4	100
Trabalhador por conta própria	30,8	69,2	100
Empregador	45,0	55,0	100
Total	36,1	63,9	100

Fonte: Desep/CUT a partir do IBGE.

Projeto de Pesquisa e Formação Sindical “Reestruturação produtiva, política, industrial e contratação coletiva nos anos 90: as propostas dos trabalhadores”, Caderno Síntese, Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados, 2ª fase (LEITE, 2004, p. 13)

Outra forma de discriminação nesta indústria é a que se manifesta com relação à raça: enquanto os brancos apresentam uma concentração maior entre empregadores e os trabalhadores com carteira, os negros se concentram proporcionalmente mais entre os trabalhadores por conta própria e os assalariados sem carteira (LEITE, 2004, p. 13).

A TAB. 53 apresenta os dados desta situação:

TABELA 53**Distribuição dos empregados da indústria têxtil e do vestuário, segundo a posição na ocupação e a raça/cor (Brasil – 1999)**

Posição na ocupação	Branca	Negra	Amarela	Total
Assalariado com carteira	60,7	39,1	0,2	100
Assalariado sem carteira	56,4	43,3	0,2	100,0
Trabalhador por conta própria	40,9	59,1	0,0	100,0
Empregador	86,0	13,2	0,8	100,0
Total	59,8	40,0	0,2	100,0

Fonte: Desep/CUT a partir do IBGE. Projeto de Pesquisa e Formação Sindical “Reestruturação produtiva, política, industrial e contratação coletiva nos anos 90: as propostas dos trabalhadores”, Caderno Síntese, Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados, 2ª fase. (LEITE, 2004, p. 13)

Segundo esta autora, há também a discriminação étnica, através da contratação precária de trabalhadores recém-imigrados, principalmente da Bolívia e Coreia, cuja situação irregular no Brasil os obriga a se submeterem a condições de informalidade e maior exploração no trabalho.

Há ainda, nas indústrias têxteis e de confecção, discriminações sexuais quanto ao tamanho da empresa. A TAB. 54 indica que as mulheres correspondem, em média, a 61,3% de toda a mão-de-obra deste segmento. Contudo, é nas empresas de menor porte (até 19 empregados) que há maior concentração de mulheres, representando 74,7% do total dos trabalhadores, enquanto nas empresas de maior porte (500 empregados ou mais), elas representam apenas 45,7% do conjunto dos trabalhadores.

TABELA 54

Indústria Têxtil e confecção – Empregos, em 31/12, segundo o tamanho do estabelecimento e gênero (Brasil, 1998-2002)*

Gênero	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais	Total
1998					
Masculino	24,6	32,6	47,9	55,2	39,0
Feminino	75,4	67,4	52,1	44,8	61,0
Total	100	100	100	100	100
1999					
Masculino	24,9	31,9	47,5	53,0	38,3
Feminino	75,1	68,1	52,1	47,0	61,7
Total	100	100	100	100	100
2000					
Masculino	25,6	32,9	47,2	54,2	38,9
Feminino	74,4	67,1	52,8	45,8	61,1
Total	100	100	100	100	100
2001					
Masculino	25,4	32,6	48,1	54,1	38,6
Feminino	74,6	67,4	51,9	45,9	61,4
Total	100	100	100	100	100
2002					
Masculino	26,1	32,9	47,2	55,1	38,7
Feminino	73,9	67,1	52,8	44,9	61,3
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Anuário Estatístico – RAIS; www.tem.gov.br, 2004 (LEITE, 2004, p. 11)

* Adaptada por Célia Maria Pedrosa

Uma discriminação histórica refere-se ao fato de as mulheres receberem remuneração inferior à que é paga aos homens. Na indústria têxtil e da confecção também prevalece esta situação. Conforme pode-se observar na TAB. 55, em 2002, enquanto a média salarial masculina era de R\$698,17, a feminina era de R\$421,98, sendo que esta situação prevaleceu nos anos anteriores.

TABELA 55

**Indústria têxtil – remuneração média nominal, em 31/12,
segundo o gênero (Brasil, 1998-2002)**

Gênero	1998	1999	2000	2001	2002
Masculino	580,33	595,73	595,17	653,26	698,17
Feminino	339,02	342,32	354,82	389,81	421,98
Total	433,29	439,48	448,45	491,54	528,88

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Anuário Estatístico – RAIS; www.tem.gov.br, 2004 (LEITE, 2004, p. 12)

Abreu e Sorj (1993, p. 43-61), ao estudarem o trabalho domiciliar inserido no contexto da indústria da confecção do Rio de Janeiro, apontaram alguns resultados que podem ser paradigmáticos neste tipo de trabalho. Para estas autoras, o trabalho realizado no domicílio pelas costureiras terceirizadas está envolto ao papel que a mulher desempenha enquanto mãe, esposa e dona de casa, uma vez que permite que a trabalhadora realize tarefas ao longo do dia, em uma exaustiva jornada que tanto é força de trabalho quanto reprodutora da força de trabalho, na medida em que garante as condições necessárias para que os demais trabalhadores externos retornem ao trabalho. O espaço do trabalho é o espaço da família, está disperso por toda a cidade, fora dos limites da empresa e dentro dos limites da casa.

Segundo estas autoras, as mulheres que desenvolvem o trabalho domiciliar são de meia idade, possuem mais de um filho e têm dificuldades de se ausentar de casa durante todo o dia. Apesar de não possuírem vínculo empregatício reconhecido, em seu trabalho estão presentes todos os elementos de um contrato de trabalho, tais como uma subordinação (obedecem ordens relacionadas a prazos de entrega, qualidade, quantidade e forma do produto), possuem uma remuneração por peça, cujo preço é determinado pelo tomador de serviço, e, ainda que com alguma sazonalidade, trabalham para um mesmo empresário durante certo período. Porém, apesar dos elementos caracterizadores do vínculo empregatício, são obrigadas ao pagamento da contribuição previdenciária como autônomas e assumem os eventuais defeitos e perdas de material que ocorrem nas peças costuradas.

Para as autoras, há uma fraca identidade profissional destas trabalhadoras, uma vez que não há uma nítida divisão entre os afazeres domésticos e o trabalho profissional. Isso faz com que o trabalho profissional torne-se domesticado, sem uma avaliação de custo e benefício:

Trabalhando isoladamente, sem colegas, comunicando-se intermitentemente e esporadicamente com seu empregador, sem possibilidades de carreira ou promoção, ignoradas pelos sindicatos e excluídas dos benefícios sociais atribuídos aos trabalhadores assalariados, não é de se estranhar que essas mulheres encontrem grandes dificuldades para diferenciar a sua identidade profissional daquela de mãe e esposa (ABREU; SORJ, 1993, p. 61)

O trabalho terceirizado, domiciliar e informal também está sendo adotado pela indústria de confecção de Divinópolis, como estratégia de reestruturação, visando à redução de custos, o que vem sendo apontado na literatura como uma tendência geral deste segmento no Brasil. A formação de cadeias a partir da desconcentração produtiva na indústria da confecção de Divinópolis não elimina as características tayloristas em seu processo de trabalho. Permanece a rígida divisão do trabalho, a especialização e repetição de tarefas e pouca qualificação do trabalhador em quase todas as etapas da produção, com exceção da parte de criação. A concepção do produto, que se realiza através da criação de modelos, juntamente com os moldes, o infesto e corte continuam sendo realizados diretamente pela maior parte das empresas. Os moldes são terceirizados somente quando se trata de produção padronizada, a exemplo de moldes de camisas masculinas, que são elaborados por sistemas computadorizados e adquiridos de São Paulo. As etapas da produção que estão sendo terceirizadas referem-se à estamparia, acabamento e costura, sendo caracterizadas como repetitivas. Neste sentido, o taylorismo é mantido ao longo da cadeia produtiva, separando-se o processo de concepção no topo e a execução nas demais unidades.

Embora apenas 38,5% dos empresários entrevistados em Divinópolis tenham afirmado que terceirizam a costura, esta tarefa representa a maior parte da força de trabalho de uma confecção. Dessa forma, sua terceirização significa a dispensa da grande maioria dos trabalhadores diretos, devendo ser considerado ainda que este número deverá expandir-se pelo fato de muitos entrevistados terem afirmado que pretendem subcontratar costureiras.

TABELA 56
Etapas da produção realizadas diretamente ou
terceirizadas pelas empresas

ETAPAS	%		
	Realiza diretamente	Terceiriza	NS/NR
Criação dos modelos e dos moldes	80,0	20,0	-
Infesto e corte	92,3	7,7	-
Costura	60,0	38,5	1,5
Estamparia	12,3	72,3	15,4
Acabamento (botões, bordado etc.)	46,2	52,3	1,5

Fonte: Pesquisa direta/2004. Respostas múltiplas

O trabalho de costura e acabamento, quando terceirizado, é realizado por facções. Na indústria da confecção de Divinópolis, o termo facção refere-se ao trabalho realizado pelas costureiras terceirizadas de forma informal e precária. Por ser informal, não se tem o exato número de facções presentes na indústria da confecção de Divinópolis. Uma pesquisa realizada pelo ICCAPE (Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor), em 2000, estimou seu número em 1.500 unidades.

Face a esta ausência de dados, nesta pesquisa optou-se por uma análise qualitativa do trabalho a domicílio das costureiras, mediante a aplicação de questionários semi-estruturados junto à dez faccionistas escolhidas aleatoriamente na cidade, cuja análise dos resultados se apresenta abaixo.

Embora seu trabalho seja discreto e silencioso, realizado na privacidade de suas casas, as faccionistas podem ser localizadas com certa facilidade, na periferia da cidade, em bairros cujos moradores são de baixa renda, sendo comum encontrar uma ou duas costureiras em um único quarteirão. Verificou-se, durante o levantamento de dados, um certo receio no fornecimento das informações, especialmente quando indagadas sobre número de pessoas que trabalham, o que pareceu um temor pela fiscalização tributária.

As costureiras faccionistas, como já ficou evidenciado, são mulheres. Têm em comum o fato de serem casadas, possuírem filhos e algumas até netos, sendo que suas idades variam entre 30 e 50 anos. Dentre as entrevistadas, apenas duas permaneciam no estado civil de solteiras e não possuíam filhos. Este perfil de mulheres coincide com o das mulheres que realizam costuras domiciliares no Rio de Janeiro, conforme estudo de caso realizado por Abreu e Sorj (1993). Para estas autoras, este perfil parece ser o preferencial dos empresários,

pelo fato de representarem maior estabilidade que as solteiras, que buscam melhores oportunidades de emprego.

Nenhuma das costureiras entrevistadas concluiu o ensino fundamental, sendo trabalhadoras com baixa escolaridade, o que evidencia duas formas de exclusão que se relacionam: a exclusão educacional e a de direitos previstos na legislação trabalhista. “ Não dá para ganhar muito, mas sei que na minha idade e com a baixa escolaridade que possuo não encontro nada melhor” (Entrevista, costureira 10).

Possuem entre três e cinco máquinas de costura, sendo que algumas costureiras afirmaram que, nos períodos de maior intensidade de trabalho, o marido e filhos colaboram no trabalho. Além da família, algumas relataram que, em épocas de pico, nos períodos que antecedem o inverno e o final de ano, subcontratam outras companheiras, sem qualquer registro de carteira de trabalho, caracterizando o que tem sido chamado de quarteirização. “No final do ano quando o serviço aperta, costumo chamar algumas amigas para trabalhar comigo. Assim todos temos um natal feliz”. (Entrevista, costureira 8). “Não trabalho o ano todo, mas no final do ano quando o serviço aperta, contrato uma vizinha para me ajudar na costura e coloco meu marido e filhos para arrematar as peças.” (Entrevista, costureira 1).

Estas características do trabalho domiciliar apontam outras duas situações graves. A primeira refere-se ao envolvimento dos filhos no trabalho, indicando a possibilidade de utilização do trabalho infantil, que implica em prejuízos à infância e à educação escolar. A segunda situação grave refere-se à sazonalidade do trabalho, que gera a insegurança quanto à renda e à própria sobrevivência, fazendo com que estas trabalhadoras tenham que viver do que ganham a cada dia, sem maiores projetos. Quando indagadas sobre a renda, quase todas as entrevistadas tiveram dificuldades para responder: “Não sei falar quanto ganho, porque as pessoas me pagam picado e então eu vou usando o dinheiro para pagar as despesas e aí perco o controle”. (Entrevista, costureira 1). “Não sei dizer quanto ganho, depende do trabalho (Entrevista, costureira 6)”.

Quanto a este aspecto, afirma Leite:

(...) a descontinuidade do trabalho dessas mulheres, que se tornam extremamente dependentes das conjunturas que o determinam, seja a dinâmica de seus contratantes, seja a da vida familiar. Entradas e saídas do mercado, intercaladas, muitas vezes, por longos períodos sem trabalho parece ser uma constante na vida dessas costureiras. (LEITE, 2004, p. 27)

Ainda que com certa dificuldade foi possível verificar que seus rendimentos variam entre um e dois salários mínimos, havendo períodos em que ficam sem trabalho e sem renda. Também admitem que este valor não leva em consideração que alguns gastos domésticos aumentaram após ingressarem neste tipo de trabalho, como a energia elétrica e telefone. “Atualmente minha conta de luz aumentou. Aumentaram também gastos com telefone. Apareceram ainda gastos com mecânico de máquinas e peças para a manutenção”. (Entrevista, costureira 10).

Além destes gastos, as faccionistas ainda assumem os prejuízos quanto às eventuais peças que são danificadas. O preço do trabalho é determinado pelo tomador de serviços, o que demonstra uma clara hierarquia nas relações entre as costureiras e as fábricas tomadoras do serviço. Esta situação é típica das cadeias produtivas que predominam na América Latina (ABRAMO,1998), marcadas pela assimetria, decisões unilaterais, fragilidade das relações e a precarização do trabalho feminino. O poder oligopsônico das empresas tomadoras de serviço fica evidenciado, pois, apesar de não se saber o número exato de faccionistas, estas existem em um número próximo ao triplo das empresas de confecções tomadoras. Segundo as faccionistas entrevistadas, é comum uma empresa contratar várias facções para executar o trabalho e as tentativas de negociação do preço fracassam diante do grande número de costureiras que aceitam trabalhar pelo preço determinado pelo empresário. Neste sentido, verifica-se que as costureiras domiciliares atuam como exército industrial de reserva não apenas em relação às trabalhadoras diretas das confecções, mas também em relação às suas companheiras que se encontram na mesma condição. Contudo, o conceito de exército industrial de reserva se aplicaria a uma condição provisória para os trabalhadores, uma vez que a regra seria o trabalho formal. No caso das indústrias de confecção, as costureiras domiciliares estão atuando como exército industrial de reserva permanente, com a tendência a tornarem-se a maior parte da mão-de-obra deste segmento, cujo trabalho é utilizado ou dispensado, segundo as demandas flexíveis das empresas.

A fragilidade do poder de negociação poderia ser superada através da criação de uma associação de defesa de seus interesses. Mas, realizando o trabalho de forma isolada, distante de outras companheiras e dispersas pela cidade, a organização de uma entidade está distante de se concretizar. Sequer conhecem esta possibilidade. A associação de defesa de seus interesses poderia tornar-se um instrumento de valorização profissional, situação que é pouco percebida por estas costureiras, que entendem seu trabalho não como uma forma de emancipação, mas como uma contribuição às despesas domésticas. A desvalorização de seu

trabalho se manifesta também pelo fato de só poder ser realizado após cumprir com suas obrigações domésticas, conforme afirmou uma costureira:

Com a facção tive a oportunidade de ajudar meu marido nas despesas da casa. Pude ainda ajudar meus filhos a terem acesso a coisas importantes como cursos por exemplo. Nunca tinha trabalhado antes porque me casei muito nova e tive filhos muito cedo. Não tinha com quem deixar as crianças para trabalhar. Como sabia costurar comecei fazendo pequenos reparos para as vizinhas e hoje sou faccionista. (Entrevista, costureira 9).

A jornada de trabalho das entrevistadas é em média de 12 horas por dia ou *enquanto agüentar*, conforme afirmou uma costureira ((*Entrevista, costureira 6*). O trabalho remunerado é intercalado com as tarefas domésticas, e, nas épocas de maior pico produtivo, trabalham também aos sábados e domingos. Este prolongamento de trabalho torna-se vantajoso para os empresários que não arcam com os tradicionais ônus das horas extras, cujo adicional legal no Brasil é de no mínimo 50%, exigido nas relações assalariadas reconhecidas. Dessa forma, o trabalho domiciliar, embora mascarado como autônomo, torna-se uma expressão de precariedade, sem a regulamentação das jornadas de trabalho e outros direitos. A fixação da jornada diária de trabalho, em média 8 horas, cuja conquista foi precedida de um processo de lutas dos trabalhadores, encontra-se na atualidade em retrocesso, permitindo a utilização em larga escala do que Marx chamou de mais-valia absoluta. Contudo, apesar das longas jornadas serem prejudiciais à saúde, ao convívio social e ao lazer, as costureiras demonstraram uma certa passividade nesta condição, conforme afirmou uma entrevistada: “Não sei fazer outra coisa a não ser a lida doméstica e costurar. A vantagem é que pode conciliar o trabalho com tarefas domésticas.” (Entrevista, costureira 4).

Pôde-se verificar, ao longo das entrevistas, que estas costureiras apresentam algumas rejeições quanto ao trabalho fabril, especialmente quanto à separação entre local de trabalho e de moradia, pois, além dos salários não serem compensadores, há também a perda de controle sobre seu tempo. “Na fábrica, até o tempo para ir ao banheiro era regulado. Não compensa o salário que recebe para deixar os filhos, as tarefas domésticas e o risco de ladrão“. “A vantagem é que não tem patrão. Na fábrica força muito com o trabalho”. (Entrevista, costureira 6).

Por outro lado, sentem as desvantagens do trabalho informal. As queixas das costureiras foram: “Se não trabalha não ganha, não tem direitos. Acho ruim esse trabalho

porque não tenho nenhum direito. As fábricas deveriam anotar nossa carteira”. (Entrevista, costureira 7). “Não tá tendo vantagem porque não tem carteira anotada”. (Entrevista, costureira 3). “A gente trabalha só na hora do aperto”. (Entrevista, costureira 2).

Outra reclamação refere-se à ausência de férias, afirmando algumas costureiras que, quando não estão trabalhando, não significa que estão descansando, pois estão sempre disponíveis para o trabalho e que gostariam de ter férias como os demais trabalhadores.

Quase todas estas costureiras, antes de ingressarem no trabalho domiciliar, trabalhavam em fábricas, mas o trabalho formal foi abandonado devido à necessidade de cuidar dos filhos, conforme declarou uma entrevistada: “Eu ganhava mais quando não trabalhava por conta própria, mas depois que meus filhos nasceram ficou muito difícil continuar. Então optei pela facção em casa porque posso trabalhar e ficar com eles”. (Entrevista, costureira 2).

Para Nunes Filho, não é o estado civil e sim a necessidade de cuidar dos filhos que torna a mulher disposta ao trabalho domiciliar: *o que prende a mulher ao trabalho industrial a domicílio está muito mais afeto a sua condição de mãe do que de esposa* (apud LEITE, 2004, p. 25).

Ainda que a mulher encontre motivos para a realização do trabalho domiciliar - cuidar dos filhos, da casa ou do marido - este está se constituindo enquanto uma forma de inserção excluída da mulher no mercado de trabalho, conforme afirma Posthuma (1998). Trata-se de um trabalho precário, com baixo nível de remuneração, ausência de garantias trabalhistas e intermitência. Mais que uma opção da mulher, refere-se a um novo patamar de acumulação do capital, marcado pelo retorno de formas mais exacerbadas de exploração do trabalho, típicas das condições da sociedade industrial que antecedeu ao Estado do bem-estar social. Conforme afirma Leite (2004), de um lado encontra-se o empregador, que busca flexibilidade, redução de custos e transferência de riscos, em um contexto de elevada competitividade. De outro, estão as costureiras, mulheres, mães e esposas que acumulam a dupla função: da exclusividade do cuidado dos afazeres do lar e da contribuição para o seu sustento. Também Ramalho (1997) chama atenção para este tipo de situação, citando pesquisas realizadas em países europeus, onde trabalhadores em domicílios aceitam baixos salários e condições de trabalho precárias, demanda irregular, extensa jornada de trabalho, entre outros fatores que caracterizam este tipo de atividade produtiva, chamando atenção também para a desinformação sobre os direitos legais. Neste contexto, a indústria da confecção reforça as condições históricas de subordinação da mulher na sociedade, mantendo intacto seu papel de principal responsável pelas tarefas domésticas, ainda que isso lhe custe um trabalho

remunerado precário. O papel culturalmente construído que a mulher representa na sociedade, permite, no novo contexto da nova reestruturação produtiva, as velhas formas de discriminação sexual e exploração do trabalho.

O desenvolvimento da indústria da confecção em Divinópolis ao longo dos anos de 1980 e 1990, permitiu uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, o que poderia libertá-la da exclusividade do trabalho doméstico e fazê-la avançar em seu processo de emancipação. Contudo, a reestruturação pela qual este segmento passa, faz com que suas trabalhadoras retornem à segregação de suas casas, acumulando tarefas domésticas e trabalho remunerado precário. Entretanto, conforme indicou a literatura, não se trata de um fenômeno exclusivo deste segmento, mas das tendências mais gerais do processo de reestruturação produtiva. Neste sentido, afirma Neves (2000, p.182):

De fato, a utilização da mão-de-obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre em meio de jornadas parciais, contratos por tempos determinados, trabalhos a domicílio, utilizando-se uma vez mais da qualificação informal adquirida pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo Contrário, elas estão submetidas a condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis – ocasionando intensificação do ritmo do trabalho – e pela perda dos direitos legais.

A expansão do trabalho informal na indústria de confecção modificará, ao longo do tempo, a composição e o perfil da mão-de-obra formal da indústria da confecção de Divinópolis. A costura, etapa do processo produtivo que ocupa em média 80% da mão-de-obra e é realizada por mulheres, está sendo terceirizada, e tarefas como administração, criação, infesto e corte que possuem grande participação masculina são mantidos no quadro de trabalhadores diretos, conforme já analisado. Neste sentido, este segmento poderá passar de um perfil de mão-de-obra formal predominantemente feminina, para um perfil mais equilibrado de homens e mulheres, podendo até ter maioria masculina de trabalhadores formais. Mantidas as atuais tendências, os homens devem se concentrar no topo da cadeia, em tarefas administrativas, de comando, de maior qualificação e conseqüentemente com melhor remuneração. E as mulheres permanecerão na ponta da cadeia, realizando o trabalho informal, taylorizado, marcado pela monotonia, repetição e desqualificação.

Outra tendência refere-se à composição da mão-de-obra formal em todo setor industrial local. Conforme já analisado anteriormente, o desenvolvimento da indústria da

confeção em Divinópolis representou uma alternativa de geração de emprego e renda para uma população que se encontrava empobrecida diante da crise da siderurgia que até então havia sido a principal empregadora da indústria local. Os dados analisados no capítulo 2 indicaram que em 2000, este segmento representava 45% da mão-de-obra industrial e em 2002 já havia caído para 41,79%. Permanecendo esta tendência, este segmento deixará de ser o maior gerador de empregos formais no setor industrial de Divinópolis, levando suas trabalhadoras à informalidade e conseqüente precariedade. Esta precarização não afeta apenas as trabalhadoras costureiras domiciliares, mas compromete o desenvolvimento local, uma vez que isso implicará a ausência de pessoas com condições de investimento social, cultural e econômico.

6. CONCLUSÃO

Este estudo enfocou a aglomeração produtiva de indústrias de confecções existente na cidade de Divinópolis-MG, sua importância para o desenvolvimento local, suas dinâmicas, seu processo de reestruturação e as implicações para o trabalho.

Os processos de reestruturação produtiva estão apresentando grandes impactos no mundo do trabalho e também no espaço urbano. A redução do papel do Estado como indutor do desenvolvimento aliada ao reordenamento das atividades econômicas estão obrigando as cidades a buscarem formas de integração aos fluxos econômicos e conduzirem seu desenvolvimento de forma relativamente autônoma. No debate do novo regionalismo, as correntes globalista e regionalista propõem diferentes caminhos. A primeira aponta para formas de desenvolvimento exógenas e a segunda concentra-se no desenvolvimento endógeno, enfatizando a re-territorialização e a participação dos atores locais no processo de tomada de decisão, conforme foi abordado no capítulo 1 deste estudo.

É nesta disputa de paradigmas de desenvolvimento que se permite pensar alternativas para a cidade de Divinópolis-MG. *Destacou-se*, no capítulo 2, que o desenvolvimento econômico desta cidade, até os anos de 1980 e 1990, foi fortemente influenciado por fatores externos, a começar por sua origem, decorrente de um entroncamento ferroviário e da instalação das oficinas ferroviárias no distrito. A predominância industrial no setor siderúrgico, iniciada em meados do século passado, colocava a cidade na condição de produtora de bens intermediários para a nascente indústria de bens duráveis de São Paulo e para o mercado externo. Esta tendência industrial, embora fosse a grande geradora de receitas para o município e responsável por seu crescimento populacional, vulnerabilizava a cidade nos períodos das crises decorrentes das oscilações da política cambial. Tratava-se ainda de um desenvolvimento predatório tanto pela degradação ambiental quanto pelas condições de trabalho insalubres.

Da mesma forma que o desenvolvimento da cidade foi impulsionado por fatores externos, seus problemas econômicos e de desemprego, ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, também decorreram, em grande parte, de decisões alheias aos atores locais, como foi o caso do fechamento da fábrica da Coca-cola e da Cervejaria Kaiser, da crise do setor siderúrgico e de outros processos de reestruturação empresarial.

É neste contexto, que se destacou, neste estudo, a formação da aglomeração de confecções local como uma possibilidade de se inaugurar um novo padrão econômico pautado por um desenvolvimento endógeno, com novas formas de cooperação e participação social, fortalecimento das PME's em arranjos produtivos, geração de emprego e renda e reterritorialização de processos. Conforme analisado no capítulo 2, a indústria da confecção que surgiu em Divinópolis na década de 1970, e se expandiu na década de 1980, foi capaz de proporcionar maior diversidade econômica e gerar emprego e renda para uma cidade que estava perdendo investimentos e postos de trabalho.

A relevância deste segmento industrial para a cidade justifica a necessidade de compreender suas dinâmicas, objetivando contribuir para a elaboração de políticas de apoio. Conforme ficou demonstrado, trata-se de uma aglomeração de PME's que em geral apresentam algumas dificuldades de gestão, inovação, acesso ao crédito e conquista de mercado. Dessa forma, neste estudo, enfocaram-se as características gerais da aglomeração, suas formas de inserção nas redes comerciais, suas interações sociais e seus processos de reestruturação.

Duas hipóteses foram apresentadas. A primeira é que a indústria de confecção de Divinópolis se insere nas redes de comércio pela via inferior, ou seja, de forma subordinada, mediante a informalidade, precarização do trabalho e pouca inovação. E a segunda hipótese, subsidiária à primeira, é que, embora este segmento industrial se caracterize enquanto uma aglomeração produtiva, nela estão ausentes as formas de cooperação e interação com os diversos atores locais, elementos típicos dos arranjos produtivos e dos distritos industriais. Estes elementos, uma vez confirmados, tornam-se indicadores de vulnerabilidade tanto para a indústria de confecção quanto para a cidade, considerando-se sua capacidade de geração de emprego e renda.

A conclusão deste estudo é que essas hipóteses foram confirmadas. O resultado da pesquisa apontou que há um elevado grau de falência precoce das empresas deste segmento, cuja inserção no mercado ocorre sem o conhecimento das condições de competitividade e de um posicionamento mercadológico adequado. Sua competitividade é pautada principalmente pelo baixo preço da mercadoria, o que inibe investimentos em inovação, *design* e qualidade do produto. Esta estratégia, aliada à forma como o produto é colocado no mercado, atrai um cliente de baixo poder aquisitivo e como consequência, a inadimplência, que foi apontada pelos empresários como um dos principais problemas.

A baixa capacidade de inovação ficou demonstrada pela pouca importância que os empresários dão ao *design* e também pela precariedade das fontes de informação. Estas, em

sua maioria, são oriundas da própria empresa, apesar de existirem, na cidade, centros de ensino e treinamento de mão-de-obra voltados para a indústria de confecção.

A ausência de interações sociais, neste segmento industrial local, ficou evidente pelo elevado percentual de empresas que nunca participaram de qualquer parceria no interior da aglomeração, bem como pela pequena participação dos empresários em reuniões para tratar de assuntos de interesse comum. Entretanto, verificou-se o empenho do SEBRAE, do SENAI, do SINVEDS e da FIEMG para organizar o arranjo produtivo, o que demonstra um certo apoio institucional ao segmento. Por outro lado, observou-se a ausência de interações por parte de outras instituições que dão suporte à aglomeração, principalmente das instituições de ensino e de crédito. A ausência de apoio do governo municipal local ficou demonstrada tanto por parte do poder público quanto pelos empresários que reclamaram contra a falta de suporte governamental.

Conclui-se, desta forma, que a indústria de confecção se insere nas redes comerciais pela via inferior e não possui formas de interação social elementares para a formação de um arranjo produtivo local. Porém, isso não lhe retira a importância para a economia de Divinópolis. Mas, se esta indústria se originou sem o apoio de políticas públicas, os indicadores são de que seu bom desempenho e sua capacidade de geração de emprego dependerão de sua organização coletiva, envolvendo cooperação, participação social e valorização de todo o conjunto de sua cadeia produtiva, especialmente das costureiras terceirizadas que estão atuando na informalidade.

A informalidade, fenômeno de caráter estrutural no contexto da reestruturação produtiva, encontra-se em plena expansão na indústria de confecção de Divinópolis, através do trabalho domiciliar e precário das costureiras. Focada na desconcentração, flexibilidade e redução de custos, a marca da reestruturação na indústria de confecção de Divinópolis tem sido a terceirização, o que acompanha as tendências das reestruturações produtivas no Brasil. *Este fato é uma clara* demonstração de que este segmento se insere nas redes comerciais pela via inferior. As características que este trabalho assume – baixa remuneração, ausência de direitos sociais, ausência de representação, extensas jornadas que intercalam o trabalho doméstico e o remunerado – implicam grandes prejuízos para estas trabalhadoras, significando o restabelecimento de antigas formas de exploração do trabalho. Conforme demonstraram vários estudos, envolvendo a reestruturação produtiva e gênero, a mulher está ampliando sua participação no mercado de trabalho, mas com maior precariedade e reforçando situações históricas de subordinação na sociedade.

A indústria de confecção que significou uma alternativa de geração de emprego e renda para a cidade, chegando a ocupar em 2000, 45% da mão-de-obra formal industrial local, agora poderá contribuir para o crescimento da informalidade na cidade. Ressalte-se que este processo afeta não apenas quem vive deste trabalho informal, mas compromete também uma proposta de desenvolvimento voltada para a valorização das potencialidades locais e que priorize uma governança pautada pela participação e inclusão social, cooperação e confiança, conforme preconiza a vertente regionalista.

Neste sentido, torna-se necessária a participação do governo local, desenvolvendo políticas públicas que visem reverter esta dinâmica geradora de exclusão social. O associativismo, a capacitação técnica e gerencial e o microcrédito são exemplos de iniciativas bem sucedidas de inclusão da informalidade. É, neste contexto, que compreender os processos mais gerais da indústria de confecção significa repensar as formas de desenvolvimento local, colocando para os diversos atores locais a necessidade de definição dos caminhos para a cidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. “Um olhar de gênero. “Visibilizando precarizações ao longo das cadeia produtivas”, In: L. ABRAMO; A. R. P. ABREU (Org.), *Gênero e trabalho na sociologia latino americana*, São Paulo: Alast. 1998.

ABREU, Alice de Paiva; SORJ, Bila. “Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas do Rio de Janeiro”. In: ABREU, Alice de Paiva; SORJ, Bila. (Org.), *O trabalho invisível: Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Rio Fundo. 2003.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. “Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional”. In: T. A. ANDRADE; R. V. SERRA, (Org.), *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA. 2003.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. “Crescimento econômico nas cidades médias”. In: T. A. ANDRADE; R. V. SERRA, *Cidades médias brasileiras*, Rio de Janeiro, IPEA.2003.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, 7 ed., Campinas: Cortez/Editora da Unicamp. 2000.

ARANTES, Otilia; VAINER Carlos; MARICATO. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

BAGNASCO, Arnaldo. “Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: A. URANI; G. COCCO;A. P. GALVÃO (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*, Rio de Janeiro, DP&A.2002.

BECATTINI, Giacomo. “Os distritos industriais na Itália”. In: A. URANI, G. COCCO; A. P. GALVÃO (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*, Rio de Janeiro, DP&A. 2002.

BODDY, Martin. ”Reestruturação industrial, pós fordismo e novos espaços industriais: uma crítica”. In: L. D. O. P. VALADARES;. PRETECELLE (Org.) *Reestruturação urbana*, São Paulo, Nobel.1990.

BORGES, Ângela; DRUCK, Graça. “Terceirização: o balanço de uma década.”. In: G. DRUCK (Coord.). *Trabalho, flexibilidade e precarização*, Caderno CRH, Salvador, EDUFBA, v. 17, n. 41. 2002.

BORJA, J.; CASTELLS, Manuel. *Local and global: the management of the cities in the information age*, United Nations Center for human Settlements, Istanbul. 1996.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados. 2002.

BRASIL. *Lei nº 6.019 de 03 de janeiro de 1974*. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. (D.O.U., 04.01.74).

BRASIL. *Lei nº 7.102 de 20 de junho de 1983*. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. (D.O.U., 21.06.83).

BRASIL. *Lei nº 8.949 de 09 de dezembro de 1994*. Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. (D.O.U. 12.12.94).

CARRION, Rosinha Machado; LOPES, André de Oliveira. “Desenvolvimento local e governança: o caso da central de comercialização de matéria prima para o setor de reciclo em Porto Alegre”. In: A. CARVALHO NETO; M. A. NEVES e D. M. FERNANDES (Org.). *Trabalho e cidade*, Belo Horizonte, Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária. 2004.

CARRION, Valentin. *Comentários á consolidação das leis do trabalho: legislação complementar jurisprudência*, São Pau: Saraiva. 1998.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes. Título original: *Les metamorphoses de la question sociale*, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 4. edição, São Paulo, Paz e Terra. CASTILHOS, Clarice Chiappini (2001), “Inovação”. In: A. D. CATTANI (Org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*, Petrópoli: Vozes. 2000.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Mirela Carvalho Pereira da. “Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália”. In: A. URANI; G. COCCO; A. P. GALVÃO (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*, Rio de Janeiro: DP&A. 1999.

COELHO, Franklin Dias. “Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local”. In: J. M. NERY, N. S. SOMEKH; R. ROLNIK (Org.), *Desenvolvimento local*, São Paulo, Polis, n. 25. 1996.

CONCEIÇÃO, Otávio A.C.. “A Escola da Regulação”. In: A. D. CATTANI (Org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*, Petrópolis: Vozes. 2001.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. *Continuidade e ruptura nas linhas da modernidade*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, datilo. 1999.

CORÓ, Giancarlo. “Distritos e sistemas de pequena empresa na transição”. In: A. URANI; G. COCCO, A. P. GALVÃO (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*, Rio de Janeiro, DP&A. 2002.

CORRÊA, Maria Baumgarten. “Reestruturação produtiva e industrial”. In: A. D. CATTANI (Org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*, Petrópolis: Vozes. 2000.

DIVINÓPOLIS. *Anuário Estatístico de Divinópolis*. 2005. Disponível em <<http://www.divinopolis.mg.gov.br/>>. Acesso em 06.05.2005.

DIVINÓPOLIS. *Plano Decenal de Educação – Divinópolis-MG*. [s.n.t.].2003.

DOWBOR, Ladislau. “A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento”. In: S. C. BAVA, *Desenvolvimento local*, São Paulo: Polis, n. 25. 1996.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Diagnóstico das indústrias de fogos de artifício de Santo Antônio do Monte*, Belo Horizonte: FIEMG. 2003.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS *et a.* (s.d.), *A Região Centro-Oeste*. Belo Horizonte, Centro de Multimídia da Telemig.

FIGUEIRAS, Luiz Antônio Machado; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão. “O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica”. In: J. C. LIMA (Coord.), *Dossiê: trabalho e novas sociabilidades, Caderno CRH*, Salvador: EDUFBA.v. 17, n. 41. 2004.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Séries históricas*. Disponível em <http://www.fcc.org.br/series_historicas/mtf.html, acesso em 13/07/05. 2005.

GURISATTI, Paulo. “O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial”, in A. URANI; G. COCCO e A. P. GALVÃO (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*, Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna; uma pesquisa das origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Loyola, (Tradução: The condition of posmodernity). 2000.

HIRATA, Helena. “Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero”. In: *Revista latinoamericana de estudos del trabajo*, São Paulo: Unicamp. 1998.

IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1994*. Rio de Janeiro: IBGE. 1994.

IBGE. *Cidades*. 2005. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 06.01.2005.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico: IX Recenseamento geral do Brasil – 1980*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, n. 15. 1981.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico: Minas Gerais VIII Recenseamento geral do Brasil – 1980*. Rio de Janeiro, IBGE. (1970?)

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico-1991: Minas Gerais*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 6, n. 16. 1991.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico: VII Recenseamento geral do Brasil – 1960*. [S,L.] IBGE. Serviço Nacional de Recenseamento. (1960?).

INSTITUTO CENTRO DE CAPACITAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDOR. *Relatório da pesquisa amostral sobre o setor de confecções do município de Divinópolis-MG*: ICCAPE. 2000.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL S/C LTDA. *1º relatório setorial da indústria da confecção brasileira*, São Pau: IEMI. Relatório. 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA E ANÁLISE DE MERCADO REGIONAL. *Relatório de pesquisa sobre a indústria da confecção em Divinópolis*, Divinópolis: INPAR, v. 6. Relatório, datilo. 1996.

KIRSCHNER, Ana Maria. “A sociologia brasileira e a empresa”. In: *Revista Brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, São Paulo: ANPOCS. 1996.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade – região: regionalismo e reestruturação produtiva no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

KUMAR, K. *Da sociedade industrial à pós-moderna*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1995.

LARANJEIRA, Sônia M. G.C. “Fordismo e pós-fordismo”. In: A. D. CATTANI (Org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*, Petrópolis: Vozes. 2001.

LASTRES, Helena Maria Martins. “Chaves para o terceiro milênio na era do conhecimento”. In: H. M. M. LASTRES (Org.), *Informação e globalização na era do conhecimento*, Rio de Janeiro: Campus. 1999.

LAVINAS, Lena, SORJ, Bila. “O trabalho a domicílio em questão”. In: M. I. B. ROCHA, *Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios*, 34 ed., São Paulo. 2000.

LEITE, Márcia de Paula. *Tecendo a precarização: Gênero, Trabalho e Emprego na Indústria de confecções de São Paulo*: ANPOCS. CD-ROM. 2004.

LEMOS, Cristina. “Inovação na era do conhecimento”. In: H. M. M. LASTRES, (Org.), *Informação e globalização na era do conhecimento*, Rio de Janeiro: Campus. 1999.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria José. “Trabalho flexível e o novo informal”. In: DRUCK, G. (Org.), *Trabalho, flexibilidade e precarização*, Salvador: CRH/UFBA e EDUFBA. 2002.

LIPIETZ, Alain. “Globalização, reestruturação produtiva e impacto intra-urbano”. In: S. C. BAVA (Org.), *Políticas públicas para o manejo do solo urbano*, São Paulo: Pólis. 1996.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *A desordem do trabalho*, São Paulo: Scritta, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO. *Fórum de competitividade-
Diálogo para o desenvolvimento*. Brasília (sine nomine). 2002.

MONIE, Frederic; SILVA, Gerardo. *A mobilização produtiva dos territórios*, Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

NEVES, Magda de Almeida. “Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores”. In: A. CARVALHO NETO; M. A. NEVES (Org.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT – Instituto de Relações do Trabalho da PUC Minas. 1998.

NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO NETO, Antônio. “Novos espaços de produção, ‘governança’ e relações de trabalho”. In: J. P. SILVA; M. S. SANTOS; I. J. RODRIGUES (Org.), *Crítica contemporânea*, São Paulo: Annablume. 2002.

NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO NETO, Antônio. “Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero”. In: M. I. B. ROCHA, *Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios*, São Paulo, 34 ed. 2000.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*, São Paulo: Campinas, Autores Associados. 2004.

OLIVEIRA, Francisco. “Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?” In: P. SPINK; S. C. BAVA; V. PAULICS, *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*, São Paulo: Pólis. 2002.

PEREIRA, Rosângela Maria. *Pedagogia do lar/oficina: produção, mobilização e aquisição do conhecimento no trabalho a domicílio das costureiras faccionistas de Divinópolis*. Dissertação de mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, datilo. 2004.

POSTHUMA, Anne Caroline. “Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina”. In: L. ABRAMO e A. P. ABREU (Org.), *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino Americana*, São Paulo: ALAST. 1998.

PUTNAM, Robert D. (2002), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim, 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002.

RAGO, Margareth Luzia. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

RAMALHO, José Ricardo. “Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil”. In: R. ANTUNES et al., *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos – reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra.*, São Paulo: Boitempo. 1997.

RODRIGUES, Gilda de Castro. *Planejamento familiar*, São Paulo: Ática. 1990.

ROVERE, Renata Lebre La. “As pequenas e médias empresas na economia do conhecimento: implicações para políticas de inovação”. In: H. M. M. LASTRES (Org.), *Informação e globalização na era do conhecimento*, Rio de Janeiro: Campus. 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez. 1997.

SENGENBERGER, Werner; PIKE, Frank. “Distritos industriais e recuperação econômica: questões de pesquisa e de política”. In: A. URANI, G. COCCO; A. P. GALVÃO (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*, Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Sistema de informações mercadológicas municipais*, Divinópolis: SEBRAE, Relatório. 1995.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Diagnóstico setorial de confecções de Minas Gerais*, Belo Horizonte: SEBRAE. Relatório. 1999.

SILVA, Gerardo. “Sobre a ‘tropicalização’ da experiência dos distritos industriais italianos”. In: A. URANI G. COCCO; A. P. GALVÃO (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*, Rio de Janeiro:, DP&A. 2002.

SILVA, Lorena Holzmann da. “Divisão do trabalho”. A. D. CATTANI (Org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*, Petrópolis, Vozes. 2001.

SILVA, Luiz Antônio da. “Da informalidade à empregabilidade”. In: G. DRUCK (Coord.), *Trabalho, flexibilidade e precarização*, *Caderno CRH*, Salvador: EDUFBA, nº 37. 2002.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. “Da informalidade à empregabilidade”. In: CENTRO DE RECURSOS HUMANOS/UFBA (Org.), *Trabalho, flexibilidade e precarização*, Salvador: CRH/UFBA e EDUFBA. 2002.

SILVA, Rosa Elizabeth. *A rede de inovação no cluster de biotecnologia de Belo Horizonte – um estudo sobre as interações sociais, ambiente local e capacitação tecnológica das empresas*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, datilo. 2004.

SILVEIRA, Caio; BOCAYUVA, Cunca; ZAPATA, Tânia.. BAVA (Org.), *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*, São Paulo: Pólis. 2002.

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. 22 ed., São Paulo: Ática. 1999.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 2 Ed., São Paulo: Contexto. 1998.

ULYSSEA, Gabriel. *Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura*, Rio de Janeiro: IPEA. 2005. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>, acesso em 20/07/05.

URANI André. “Prefácio”. In: URANI André. A. URANI., G. COCCO; A. P. GALVÃO (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*, Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único*. Rio de Janeiro, Vozes. 2001.

VELTZ, Pierre. “Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas”. In: A. HENRI (Org.), *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

VERSIANI, Ângela França; GASPAR, Renata de Magalhães. “Diferenças e similaridades entre micro, pequenas e médias empresas do segmento de confecção na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. In: M. R. NABUCO; A. CARVALHO NETO (Org.), *Relações de trabalho contemporâneas*, Belo Horizonte, Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária. 1999.

XAVIER SO, Guilherme Gaspar de Freitas. “Especialização Flexível”. In: A. D. CATTANI, A. D. (Org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*, Petrópolis: Vozes. 2000.

ANEXO A

TABELA 07

Indústrias de confecção por segmento de mercado no Brasil – 1997 – 2002

Área de atuação	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Vestuário	15.744	15.716	14.416	15.634	15.367	14.767
Meias/Acessórios	1.289	1.320	1.1153	1.235	1.290	1.256
Linha lar	1.552	1.542	1.401	1.501	1.325	1.291
Artigos técnicos.	429	431	408	427	456	452
Total	19.014	19.009	17.378	18.797	18.438	17.766
Índice (%)	100,0	100,0	91,4	98,9	97,0	93,4

Fonte: IEMI, 2003, p. 28

TABELA 08

Produção de confecção por porte (1)

Segmento/ porte	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Participação %
Pequenas	738	834	966	1.160	1.115	1.052	11,10
Médias	3.546	3.587	4.141	4.876	4.676	4.522	47,80
Grandes	2.627	2.888	3.149	3.518	3.743	3.885	41,11
Total (2)	6.911	7.309	8.256	9.554	9.534	9.459	100,00

Fonte: IEMI, 2003, p. 31

Nota (1) pequenas até 30 empregados diretamente na produção, médias de 31 a 200; grandes acima de 200.

(2) em milhões de peças.

TABELA 09

Número de indústrias de confecção por região do Brasil - 1997-2002

Região	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Norte	447	435	427	372	459	421
Nordeste	2.312	2.388	2.430	2.587	2.599	2.607
Sudeste	11.856	11.757	10.072	10.882	10.192	9.667
Sul	3.731	3.733	3.738	4.151	4.310	4.208
Centro-Oeste	668	696	711	805	878	863
Total	19.014	19.009	17.378	18.797	18.438	17.766

Fonte: IEMI, 2003, p. 27

TABELA 10
Número de indústrias por segmento em Divinópolis
(2000 / 2001 / 2002)

ATIVIDADE	2000	2001	2002
Extração de Minerais	6	7	8
Ind. de transf.de produtos de minerais não metálicos	45	47	44
Indústria metalúrgica	111	113	119
Indústria mecânica	25	26	26
Ind. de material elétrico, eletrônico e de comunicação	11	13	13
Indústria de material de transporte	11	13	11
Indústria da madeira	12	11	9
Indústria do mobiliário	49	44	43
Indústria do papel e papelão	6	6	8
Indústria de borracha	8	8	8
Ind. de couros, peles e assemelhados e artefatos de uso pessoal e de viagem "exclusive calçados e artigos do vestuário"	15	13	12
Indústria Química	12	12	13
Indústria de produtos farmacêuticos e veterinários	-	-	1
Indústria de produtos farmacêuticos e veterinários	-	-	01
Indústria de perfumaria, sabões e velas	7	6	7
Indústria de matérias plásticas "exclusive móveis"	16	20	20
Indústria têxtil	19	19	19
Confecção de roupas para homens e mulheres	711	724	693
Confecção de peças íntimas do vestuário masculino e feminino	3	3	3
Confecção de roupas para recém-nascidos e infanto-juvenil	4	4	4
Fabricação de calçados e partes "exclusive calçados ortopédicos", profissionais e para segurança do trabalho)	26	22	22
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos – Diversos	51	53	59
Indústria de produtos alimentícios	53	52	57
Indústria de bebidas	4	5	5
Indústria editorial e gráfica	28	28	26
Indústrias diversas	24	24	22
Indústria da construção	20	20	21
Energia elétrica distribuição de gás canalizado, serviços de água e esgoto, limpeza pública, remoção e beneficiamento do lixo	1	1	1
TOTAL	1278	1294	1274

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais (apud. Anuário Estatístico de Divinópolis-MG)

TABELA 33
Produção mundial de artigos confeccionados

Países produtores	Toneladas(i)	Participação %
1. China	6.701.679	28,0
2. Índia	4.953.140	20,7
3. Estados Unidos	2.792.831	11,7
4. Taiwan	1.601.695	6,7
5. Brasil	1.295.172	5,4
6. México	1.282.500	5,4
7. Coréia do Sul	1.116.975	4,6
8. Paquistão	918.450	3,8
9. Turquia	616.020	2,6
10. Japão	440.163	1,8
11. Alemanha	426.600	1,8
12. Rússia	374.868	1,4
Outros	1.478.000	6,1
Total	23.971.093	100,0

Fonte: ITMF – Países membros (apud IEMI , 2003, P. 25.)

Nota (i) estimativas

TABELA 34
Principais países exportadores de confeccionados

Países Exportadores	US\$ milhões	Participação %
China	36.650	18,8
Hong Kong (i)	23.446	12,0
Itália	13.632	7,0
México	8.011	4,1
Alemanha	7.219	3,7
Estados Unidos	7.012	3,6
Turquia	6.627	3,4
Índia	6.030	3,1
França	5.392	2,8
Bangladesh	5.111	2,6
Indonésia	4.531	2,3
Coréia do Sul	4.306	2,2
Bélgica	4.186	2,1
Tailândia	3.575	1,8
Reino Unido	3.569	1,8
Brasil	536	0,3
Subtotal	139.833	71,6
Outros	55.197	28,4
Total	195.030	100,0

Fonte: OMC Organização Mundial do Comércio (apud IEMI , 2003, P. 26)

Nota: (i) inclui re-exportação

TABELA 35
Principais países importadores de confeccionados

Países importadores	US\$ milhões	Participação %
01- Estados Unidos	66.391	34,0
02- Alemanha	20.069	10,3
03- Japão	19.148	9,8
04- Hong Kong (i)	16.098	8,3
05- Reino Unido	13.411	6,9
06- França	12.302	6,3
07- Itália	6.904	3,5
08- Países Baixos	5.247	2,7
09- Bélgica	4.978	2,6
10- Espanha	4.367	2,2
11- Canadá	3.922	2,0
12- México	3.836	2,0
13- Suíça	3.229	1,7
14- Áustria	3.012	1,5
15- Rússia	2.665	1,4
48- Brasil	179	0,1
Subtotal	185.758	95,3
Outros	9.272	4,7
Total	195.030	100,0

Fonte OMC Organização Mundial do Comércio (IEMI , 2003, p. 26)

Nota: (i) inclui importações para re-exportação

ANEXO B

Questionário aplicado aos empresários das Indústrias de Confeção de Divinópolis / MG

Prezado senhor(a)

Este questionário é um instrumento de coleta de dados que visa caracterizar o setor de confecções de Divinópolis, no qual sua empresa está inserida. As informações recolhidas serão utilizadas no projeto de pesquisa de Célia Maria Pedrosa, aluna do Mestrado de Ciências Sociais: Gestão de Cidades da PUC MINAS. Os resultados serão apresentados de forma agregada e está assegurado o sigilo do respondente.

1. Ano de fundação da empresa:

2. Forma de entrada do empresário no ramo de negócio

- a) Criou e estruturou sua própria fábrica
- b) Comprou uma fábrica já estruturada
- c) Outra resposta

3. Atividade exercida pelo empresário antes de atuar no setor de confecção:

4. Entre a atividade anterior e a atividade atual ficou algum tempo desempregado: _____

5. Em caso afirmativo, qual período?

6. Atividade exercida pelo empresário na empresa (admite mais de uma resposta em ordem de prioridade: 1º, 2º 3º...)

a) Área administrativa

b) Área de vendas

c) Área técnica/planejamento

d) Área de produção

7. Recursos Humanos

a. Grau de escolaridade do dirigente máximo da empresa:

b- Número de empregados:

c- Grau de escolaridade dos empregados:

Grau de instrução	Analfabeto	1º Grau Incompleto	1º Grau Completo	2º Grau Incompleto	2º Grau Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduação
Número de funcionários								

8. A empresa está instalada em:

Local próprio

| alugado

| cedido

Outro: _____

9. MERCADO

a. Área de atuação por segmento de mercado (admite mais de uma resposta em ordem de prioridade: 1º, 2º 3º...)

a) Vestuário

b) Meias/Acessórios

c) Linha Lar

d) Artigos Técnicos

b- Tratando-se de vestuário, especificação da linha de produtos (admite mais de uma resposta em ordem de prioridade: 1º, 2º 3º...)

- | | | | |
|-----------------------|--------------------------|--|--------------------------|
| 1. roupas jeans | <input type="checkbox"/> | 7. sportware (academia) moda esportiva | <input type="checkbox"/> |
| 2. roupas infantis | <input type="checkbox"/> | 7. moda íntima, roupa pra dormir | <input type="checkbox"/> |
| 3. uniformes | <input type="checkbox"/> | 8. roupa esporte | <input type="checkbox"/> |
| 4. roupa social | <input type="checkbox"/> | 9. maiôs | <input type="checkbox"/> |
| 5. vestidos de noivas | <input type="checkbox"/> | 10 acabamentos | <input type="checkbox"/> |
| 6. camisas | <input type="checkbox"/> | | |

c. Quantidade de peças produzidas em 2003

d. Volume médio diário de peças produzidas

C – Especificação do segmento de mercado, quanto ao sexo (admite mais de um item)

- Feminino

- Masculino

d. Especificação do segmento de mercado quanto à faixa etária (admite mais de um item)

- Recém-nascido

- Infantil

- Juvenil

- Adulto

e. Especificação dos segmentos de mercado das fábricas de confecção quanto ao poder aquisitivo (admite mais de uma resposta em ordem de prioridade: 1º, 2º 3º...)

- Baixo poder aquisitivo

- Médio poder aquisitivo

- Alto poder aquisitivo

- Todas as classes de consumo

f. Para quais os Estados ou regiões a empresa fornece seu produto

	Não fornece	Fornece pouco de 1% a 33%	Fornece intensamente De 34 a 66%	Muito intensamente Acima de 66%
Divinópolis				
Cidades próximas à Divinópolis				
Belo Horizonte				
Outras cidades do interior mineiro				
São Paulo				
Rio de Janeiro				
Espírito Santo				
Região Sul				
Região Nordeste				

Região Centro-Oeste				
Região Norte				

g. Formas de colocação no mercado dos produtos fabricados pela empresa.

	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	Não citado
Viajante pronta-entrega					
Loja da fábrica					
Logista através de representante					
Em feiras					
Sacoleira					
Outras					

h. Faturamento médio mensal :

i. Porte da empresa sob o aspecto tributário: micro pequena média

j. Cite 3 principais problemas de mercado:

- 1.
- 2.
- 3.

10. PRODUÇÃO

a. Quais são os Estados, regiões ou países fornecedores dos seguintes insumos e técnicos em manutenção:

	Máquinas	Aviamentos (linha, cordão, elástico, botões, colarinho)	Saco plástico para embalagem e etiquetas	tecidos	Peças para manutenção das máquinas	Técnicos em manutenção
Divinópolis						
Minas Gerais						
São Paulo						
Rio de Janeiro						
Região Sul						
Outros Estados						
Outros Países						

b. Quais são as principais matérias primas utilizadas (citar quatro principais)

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.

c. Forma de relacionamento com o fornecedor

	Sim	Não	As vezes
Direto			
Representante			
outro			

d. Especifique as máquinas e utensílios que a empresa possui e utiliza:

Máquina	Quantidade
Máquina de corte	
Máquina de costura reta	
Máquina de costura braço	

Máquina refileira	
Máquina overlok	
Máquina galoneira	
Máquina de pregar botão	
Ferro de passar roupa	
Máquina caseadeira	
Bordadeira	
Cortadora de viés	
Debrunhadeira	
Embainhadora	
Fechadora de bolso	
Interloque	
Pregadora de bolso	
Goleira	
Máquina fusionadora	
Zig-zag ponto fixo	
Pregadora de cós	
Pregadora de elástico	
Outras	

e. Há quanto tempo foram feitos os últimos investimentos em máquina e equipamentos

Menos de 01 ano	
Entre 01 e 02 anos	
Entre 03 e 05 anos	
Não foram feitos investimentos	

f. Quais as etapas da produção sua empresa realiza diretamente e quais são terceirizadas

	Realiza diretamente	Terceiriza
Criação dos moldes ou modelos		
Infesto e corte		
Costura		
Estamparia		
Acabamento (botões,bordado etc.)		
Outro:		

g. Quantas vezes você lança novos modelos:

Uma vez por ano	Duas vezes por ano
Três vezes por ano	4 vezes por ano
Mais de 4 vezes por ano	Não soube responder

h. Como você desenvolve seus modelos: (admite mais de uma resposta em ordem de prioridade: 1º, 2º 3º...)

Contrata estilista <input type="checkbox"/>	Tira tendências das novelas e outros programas de TV <input type="checkbox"/>	Vê vitrines das lojas
Viaja ao exterior <input type="checkbox"/>	Pesquisa em revistas de modas <input type="checkbox"/>	Faz criação própria <input type="checkbox"/>

Outra:

11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A - O sucesso da empresa dependeu nos últimos anos de (admite mais de uma resposta)

	Não depende	Dependeu pouco	Dependeu intensamente	Muito intensamente
Tecnologia				

Novos produtos				
Novos processos de produção				
Mudanças na organização da empresa				
Estratégias de marketing				
Investimento em design				
Novos mercados				
Expansão da capacidade produtiva				
Mão-de-obra especializada				
Outros				

b. Assinale, até 4 itens, os principais fatores de competitividade de sua empresa

1. Qualidade

2. Preços

3. Marca/tradição no mercado

4. Distribuição

5. Flexibilidade produtiva (terceirização)

6. Marketing

7. Capacidade produtiva

8. Tecnologia

9. Não soube responder

c. Assinale, até 3 itens, os fatores locacionais mais importantes para sua empresa (colocar em ordem de prioridade: 1º, 2º 3º...)

1. Proximidade de fornecedores

2. proximidades de outras empresas

3. proximidades de clientes

4. incentivos governamentais e ou locais

5. mão-de-obra especializada

6. custo de mão-de-obra

7. outros (descrever)

d. Qual a importância das fontes de informação para o desenvolvimento de sua empresa?

	Não utiliza	Pouco importante	importante	Muito importante
Fontes do Sinvesd				
Fontes da Fiemg, SENAI, SEBRAI, etc				
Fontes da própria empresa				
Concorrentes				
Clientes				
Fornecedores				

Universidades e escolas especializadas				
Feiras				
Publicações especializadas				
Outros:				

e. Qual a situação que melhor descreveria a empresa em termos de inovação tecnológica

1. a empresa não precisa investir em tecnologia
2. a empresa precisa investir em inovação, embora não tenha capacidade (técnica, financeira e recursos humanos etc)
3. a empresa precisa e investe, adaptando-se a um ambiente em constante transformação

f. Assinale, até 4 itens, os principais objetivos da empresa ao realizar investimentos em tecnologia

1. substituir produtos
2. melhorar a qualidade de produtos
3. ampliar a produção
4. reduzir custos com mão-de-obra
5. reduzir o consumo de matéria-prima
6. flexibilizar a produção
7. outros: descrever _____

g. Assinale, até 04 itens, as principais dificuldades enfrentadas pela empresa para se desenvolver

1. dificuldade na obtenção de recursos financeiros
2. falta de pessoal qualificado
3. concorrência nacional ou estrangeira
4. dificuldade de mudar a cultura da empresa
5. falta de apoio governamental
6. elevada carga tributária
7. defasagem tecnológica
8. falta de qualidade do produto
9. dificuldade no processo de gestão da empresa
10. dificuldades de vendas
11. inadimplência
12. excessos de erros e desperdícios

outros (descrever) _____

h. A empresa é filiada ao SINVESD:

1 () sim 2 () não por que?

i. Você participa de encontros ou reuniões com outros empresários da confecção ou instituições de apoio, para tratar de assuntos de interesse comum?

1. () sempre 2. () as vezes 3. () nunca

j. Sua empresa já participou de alguma parceria com outras empresas visando:

1. atender a um grande comprador
2. desenvolver algum processo de inovação tecnológica
3. adquirir matéria-prima ou máquinas e equipamentos
4. outras formas de parceria:
5. Nunca participou de nenhuma parceria

ANEXO C

Perfil das costureiras domiciliares entrevistadas

Este questionário é um instrumento de coleta de dados que visa caracterizar as facções do setor de confecções de Divinópolis. As informações recolhidas serão utilizadas no projeto de pesquisa de Célia Maria Pedrosa, aluna do Mestrado de Ciências Sociais: Gestão de Cidades da PUC MINAS. Os resultados serão apresentados de forma agregada e está assegurado o sigilo do respondente.

1. Gênero
2. Idade
3. Estado Civil
4. Número de filhos
5. Antes de trabalhar com facção qual atividade exercia?
6. A facção é registrada?
7. Local de trabalho
8. Jornada de trabalho como costureira
9. Jornada de trabalho doméstica
10. Há uma intercalação de tarefas domésticas e de costureira durante o dia?
11. Grau de instrução
12. Remuneração média mensal
13. Período de trabalho anual
14. Número de máquinas que possui
15. O trabalho é realizado por outros membros da família?
16. Número de pessoas que trabalha
17. Em caso de empregados é feito o registro em sua CTPS?
18. Há formas de subcontratação
19. Participa de alguma associação de classe:
20. Forma de definição de preços
21. Os gastos domésticos aumentaram após o trabalho de facção
22. Quem assume as eventuais danificações de peças

Perfil das costureiras entrevistadas

Costureira 1:

Possui 30 anos, é casada e tem dois filhos, um com 9 anos de idade e outro com 2 anos. Não concluiu o ensino fundamental. Antes de trabalhar em sua casa, possuía emprego formal em uma fábrica. Embora sua jornada de trabalho seja indefinida, nas épocas de pico, trabalha, em média, 12 horas por dia e conta com a ajuda de sua filha de 9 anos. Sua renda média é de R\$500,00 por mês.

Costureira 2:

Possui 37 anos, é casada, tem dois filhos, uma filha com 15 anos de idade e um filho com 2 anos. Não concluiu o ensino fundamental. Antes de trabalhar em sua casa, possuía emprego formal em uma fábrica. Presta serviços apenas para uma fábrica. Em geral trabalha sozinha, de forma intermitente. Nos períodos de pico, contrata algumas auxiliares sem o registro de carteira de trabalho. Sua renda média é de R\$300,00 e afirmou que recebia mais quando trabalhava em fábrica, mas com o nascimento da filha, se viu obrigada a trabalhar em casa.

Costureira 3.

Possui 42 anos, é casada e possui três filhos adolescentes. Sua formação escolar é de 1º grau incompleto. Antes de trabalhar em sua casa, possuía emprego formal como balconista de uma fábrica. Afirmou que ingressou no trabalho domiciliar porque tornou-se difícil conseguir emprego aos 37 anos, quando foi despedida da fábrica na qual trabalhava. Sua jornada de trabalho é de 8 horas por dia e os serviços domésticos são realizados pelos filhos. Sua renda mensal é de R\$600,00, mas afirmou que não pode contar com este dinheiro durante o ano todo, uma vez que trabalha mais no início e final de ano.

Costureira 4.

Possui 48 anos, é casada e possui três filhos, sendo dois adolescentes e uma filha adulta e já casada. Sua formação escolar é de 1º grau incompleto. Antes de trabalhar em sua

casa, possuía emprego formal como costureira de uma fábrica. Acha o atual trabalho muito ruim, porque a renda é menor, a jornada de trabalho é maior e não possui direitos trabalhistas. Trabalha com três máquinas, as quais são responsáveis pelo aumento na conta de energia elétrica. Acha seu trabalho solitário e repetitivo. Os preços das peças são determinados pelo tomador de serviços e sua renda média é de R\$450,00 por mês. Além do trabalho como costureira, realiza os serviços domésticos e cuida de um neto, para que sua filha possa trabalhar em uma fábrica.

Costureira 5.

Possui 40 anos, é solteira e não possui filhos. Sua formação escolar é de ensino fundamental incompleto. Antes de trabalhar em sua casa, possuía emprego formal como costureira de uma fábrica. Sua renda mensal é aproximadamente de R\$600,00. Realiza o trabalho de facção juntamente com duas irmãs, sendo que nenhuma delas possui registro na carteira de trabalho. A jornada de trabalho é de 12 horas por dia, podendo aumentar nos períodos de pico.

Costureira 6.

Possui 38 anos, é casada e tem dois filhos, ainda crianças. Sua formação escolar é de 1º grau incompleto. Antes de trabalhar em sua casa, possuía emprego formal como costureira de uma fábrica, mas preferiu trabalhar em casa, quando o segundo filho nasceu. Recebe em média, R\$400,00 mensais e há períodos que fica sem trabalho e sem renda. Mas, acha que esta é a melhor maneira de uma mulher com pouca instrução e com filhos, trabalhar, uma vez que não compensa deixar a casa e os filhos para trabalhar fora, com um salário baixo.

Costureira 07

Possui 40 anos, é solteira e sem filhos. Sua formação escolar é de 1º grau incompleto. *Diferentemente das demais costureiras, organiza seu trabalho fora do contexto doméstico, embora em um espaço ligado à sua casa. Possui uma jornada diária de 10 horas e uma renda média mensal de R\$600,00. Nas épocas de maior quantidade de trabalho contrata empregadas sem registro na carteira.*

Costureira 08

Possui 39 anos, é casada, mãe de 03 filhos adolescentes. Não possuía outra atividade remunerada antes de trabalhar como costureira faccionistas. Para esta costureira, o trabalho remunerado só foi possível quando os filhos cresceram e passaram a depender menos de seus cuidados. Não soube informar sua remuneração, nem sua jornada de trabalho.

Costureira 09

Possui 38 anos, é casada, mãe de 03 filhos e não concluiu o ensino fundamental. Casou-se ainda bastante jovem e as tarefas domésticas impediram-lhe de adquirir uma profissão. Por esta razão, não possuía outra atividade remunerada antes de se tornar costureira e este trabalho aprendeu quando ajudava uma vizinha que também é faccionista. Possui uma jornada diária de 14 horas, que é intercalada com o trabalho doméstico, mas afirma que em determinados períodos suas atividades se estendem “até a madrugada”. Possui uma renda média mensal de R\$600,00, trabalha sozinha e eventualmente conta com a ajuda dos filhos.

Costureira 10.

Possui 41 anos, é casada, mãe de 04 filhos e possui ensino fundamental incompleto. O trabalho como costureira faccionista iniciou após a invalidez do marido, devido à redução da renda familiar. Aprendeu costurar com algumas amigas. Trabalha em média 10 horas por dia e divide tanto as tarefas domésticas quanto as de faccionista com os filhos e marido. Não soube informar sua renda, mas afirma que é pequena, mas não consegue outro trabalho, devido a ausência de qualificação.

ANEXO D

Regiões de Planejamento

